

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

**CENTRO DE APOIO A MENORES EM VULNERABILIDADE SOCIAL EM VÁRZEA
GRANDE-MT**

FABIANA ZILISALMORIA

PROF. ESP. ALESSANDRA ZANELATTINOUI

Várzea Grande - MT, junho de 2019.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

**CENTRO DE APOIO A MENORES EM VULNERABILIDADE SOCIAL EM VÁRZEA
GRANDE-MT**

FABIANA ZILISALMORIA

Monografia apresentada junto ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande - MT, como requisito para obtenção do título de Graduado.

PROF. ESP. ALESSANDRA ZANELATTIINOUI

Várzea Grande - MT, junho de 2019.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: CENTRO DE APOIO A MENORES EM VULNERABILIDADE SOCIAL EM VÁRZEA
GRANDE-MT

Aluna: FABIANA ZILI SALMORIA

ORIENTADOR: PROF. ESP. ALESSANDRA ZANELATTI INOUI

Aprovado em ___ de _____ de 2019.

Prof. Msc. Carmelina Suquerê de Moraes
Coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo

Comissão Examinadora:

Prof. Esp. Alessandra Zanelatti Inoui
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Orientadora

Prof. Esp. Daniela Nazario Barden
Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG
Examinador Interno UNIVAG

Prof. Dr. Antônio Soukef Júnior
Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG
Examinador Externo UNIVAG

DEDICATÓRIA

À minha filha Lívia, luz da minha vida, pelos incontáveis momentos que durante esta trajetória, saudosa chorou;
À meu esposo Eder, por sua incrível capacidade de acreditar em mim até quando eu mesma não acreditava;

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse ao longo de minha vida.

Ao UNIVAG, e todos os seus funcionários que oportunizaram a janela da qual hoje vislumbro um novo horizonte.

A minha orientadora, professora Alessandra Zanelatti Inoui, pela paciência durante as orientações, seu apoio, empenho, e confiança em minha capacidade foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

À Professora Msc. Carmelina Suquerê de Moraes, à Professora Esp. Daniela Nazario Barden e ao professor Dr. Antonio Soukef Junior, pelo paciente trabalho de revisão e complementação deste trabalho.

Agradeço a todos os professores por tamanha dedicação e transmissão de conhecimentos durante esses anos, terão os meus eternos agradecimentos.

À minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Agradeço a minha mãe Juracy, heroína que mesmo distante esteve presente nesta caminhada me dando apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Ao meu pai que é uma estrela lá no céu, tenho plena certeza de que esteve olhando por mim em todos os momentos.

Obrigada meu amor Eder e minha filha Lívia que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo, sempre entenderam que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

Enfim, agradeço todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

“EU SOU PORQUE NÓS SOMOS”.

(Filosofia Ubuntu)

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| LISTA DE FIGURAS..... | 5 |
| LISTA DE TABELAS | 10 |
| LISTA DE GRÁFICOS..... | 10 |
| RESUMO..... | 11 |
| ABSTRACT..... | 11 |
| 1 INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1.1 PROBLEMÁTICA | 13 |
| 1.2 JUSTIFICATIVA | 15 |
| 1.3 OBJETIVOS | 16 |
| 1.3.1 OBJETIVO GERAL..... | 16 |
| 1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 16 |
| 1.4 PÚBLICO ALVO..... | 17 |
| 1.5 ESTADO DA ARTE | 17 |
| 1.5.1 O ABANDONO DE CRIANÇAS - CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO..... | 18 |
| 1.5.2 A POBREZA COMO VULNERABILIDADE SOCIAL E SEU REFLEXO NA VIOLAÇÃO DE DIREITOS DOS MENORES | 21 |
| 1.5.3 SURGIMENTO DO ECA E OS TIPOS DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL..... | 23 |
| 1.5.4 ABRIGOS INSTITUCIONAIS | 25 |
| 1.5.4.1 CASA LAR..... | 26 |
| 1.5.4.2 CASA DE PASSAGEM..... | 26 |
| 1.5.4.3 REPÚBLICA | 27 |
| 1.5.5 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL..... | 28 |
| 1.5.5.1 ENTENDENDO O CRAS E O CREAS..... | 29 |
| 1.5.6 DE MENOR ABANDONADO A MAIOR DESABRIGADO | 30 |
| 1.5.6.1 QUANDO INICIA O DESABRIGAMENTO..... | 30 |
| 1.5.7 AMBIENTES INSTITUCIONALIZADOS NO BRASIL | 31 |
| 1.5.7.1 OS AMBIENTES INSTITUCIONALIZADOS EM VÁRZEA GRANDE-MT | 32 |
| 1.6 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA | 34 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 36 |
| 2.1 CONCEITOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL | 36 |
| 2.2 FUNÇÃO E USOS DO CENTRO DE APOIO AOS MENORES EM VULNERABILIDADE SOCIAL | 37 |
| 2.3 BENEFÍCIOS SOCIAIS PROPORCIONADOS PELO CENTRO DE APOIO..... | 39 |
| 2.4 BENEFÍCIOS AMBIENTAIS DA PROPOSTA | 40 |
| 3 ASPECTOS NORMATIVOS | 41 |
| 3.1 NO ÂMBITO INTERNACIONAL | 41 |
| 3.1.1 ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS), CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA/ 1989 | 41 |
| 3.2 NO ÂMBITO NACIONAL..... | 42 |
| 3.2.1 ECA- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/1990..... | 42 |
| 3.2.2 LOAS- LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/1993 | 42 |
| 3.3 NO ÂMBITO LOCAL | 42 |
| 3.3.1 LEI Nº. 5.892/91. CÓDIGO ESTADUAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E A JUVENTUDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS | 42 |
| 3.3.2 LEI Nº. 6.696/95. CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS | 43 |

| | |
|--|-----------|
| 3.3.3 LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE DE 2005 | 44 |
| 4 ASPECTOS SOCIOLÓGICOS ALMEJADOS | 44 |
| 4.1 QUALIDADE DE VIDA | 45 |
| 4.2 INOVAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA | 46 |
| 5 ASPECTOS TÉCNICOS | 48 |
| 5.1 UMA PROPOSTA SUSTENTÁVEL | 48 |
| 5.1.1 MATERIAIS E TÉCNICAS SUSTENTÁVEIS PROPOSTOS | 48 |
| 5.1.2 INFRAESTRUTURA VERDE | 50 |
| 5.2 PROJETOS DE REFERÊNCIA | 52 |
| 5.2.1 MORADIAS DOS ALUNOS DA FUNDAÇÃO BRADESCO | 52 |
| 5.2.2 ROEBOURNE CHILDREN AND FAMILY CENTRE | 54 |
| 5.2.3 ESCOLA RATCHUT / DESIGN IN MOTION | 57 |
| 5.1.4 MATRIZ DE ANÁLISE | 59 |
| 6 ASPECTOS METODOLÓGICOS | 60 |
| 6.1 UMA PROPOSTA PROJETUAL | 60 |
| 6.1.1 O OBJETO | 61 |
| 6.1.2 CONCEITO ESTRUTURANTE | 61 |
| 7 REGIÃO ESCOLHIDA | 61 |
| 7.1 ESTUDO DO ENTORNO | 62 |
| 7.1.2 JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DO TERRENO | 63 |
| 7.1.3 PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS DO ENTORNO | 64 |
| 7.1.4 APROXIMAÇÃO DO LOCAL | 65 |
| 7.1.5 HIERARQUIZAÇÃO VIÁRIA E TRANSPORTE PÚBLICO | 65 |
| 7.1.6 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO | 66 |
| 7.2 ESTUDO DAS CONDICIONANTES FÍSICO-ESPACIAIS | 68 |
| 7.2.1 SETORES DE INTERVENÇÃO | 68 |
| 7.2.2 TOPOGRAFIA | 68 |
| 7.2.3 INSOLAÇÃO E VENTOS DOMINANTES | 70 |
| 7.2.4 CLIMA | 70 |
| 7.2.5 VEGETAÇÃO | 71 |
| 7.3 PARTIDO ARQUITETÔNICO | 71 |
| 7.3.1 PARTIDO ADOTADO PARA A IMPLANTAÇÃO | 71 |
| 7.3.2 PARTIDO ADOTADO PARA AS EDIFICAÇÕES | 73 |
| 7.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ - DIMENSIONAMENTO | 74 |
| 7.5 ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA | 76 |
| 7.6 SETORIZAÇÃO | 77 |
| 7.7 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INCIDENTE | 77 |
| 7.7.1 CÁLCULOS DE ÍNDICES URBANÍSTICOS E VAGAS DE ESTACIONAMENTO | 79 |
| 7.7.1.1 CÁLCULO DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS | 79 |
| 7.7.1.2 CÁLCULO DAS VAGAS DE ESTACIONAMENTO | 80 |
| 7.8 ENSAIOS TÉCNICOS | 80 |
| 8 TÉCNICAS E MATERIAIS CONSTRUTIVOS | 85 |
| 9 PROPOSTA FINAL | 93 |
| 10 COMPOSIÇÃO DE AMBIENTES | 94 |
| 10.1 SETOR PEDAGÓGICO | 94 |
| 10.2 SETOR PROFISSIONALIZANTE | 98 |
| 10.3 SETOR ADMINISTRATIVO | 102 |
| 10.4 SETOR DE SERVIÇOS | 105 |
| 10.5 SETOR DE VIVÊNCIA | 107 |
| 10.5.1 SETOR DE VIVÊNCIA-REFEITÓRIOS | 107 |

| | |
|---|------------|
| 10.5.2 SETOR DE VIVÊNCIA ACESSO PRINCIPAL..... | 111 |
| 10.5.3 SETOR DE VIVÊNCIA QUADRA E PISCINA COM VESTIÁRIOS | 114 |
| 10.5.4 SETOR DE VIVÊNCIA REDÁRIOS E DESCANSO | 114 |
| 10.6 SETOR DE SAÚDE..... | 116 |
| 10.7 SETOR DE HABITAÇÃO (ACOLHIMENTO)..... | 119 |
| 10.7.1 SETOR HABITAÇÃO TUTOR E Bebês | 119 |
| 10.7.2 SETOR DE HABITAÇÃO FEMININA..... | 123 |
| 10.7.3 SETOR DE HABITAÇÃO MASCULINA | 123 |
| 10.8 SETOR DE REPÚBLICAS..... | 127 |
| 10.8.1 SETOR DE REPÚBLICA FEMININA | 127 |
| 10.8.2 SETOR DE REPÚBLICA MASCULINA..... | 130 |
| 10.8.3 SETOR DE REPÚBLICA ÁREA DE LAZER | 130 |
| 11 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 132 |
| 12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 133 |
| 12.1 REFERÊNCIAS CITADAS E CONSULTADAS | 133 |
| 12.1.1 REFERENCIAL LEIS, DECRETOS E CONSELHOS..... | 137 |
| APÊNDICES | 139 |
| APÊNDICE A..... | 139 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1- Roda dos Expostos | 19 |
| Figura 2: Mapa comparativo da taxa de IVS de 2000 a 2010..... | 23 |
| Figura 3: Informações sobre Assistência Social | 28 |
| Figura 4: Quantidade de crianças acolhidas por estado. | 31 |
| Figura 5. Acompanhamento da criança ao voltar para sua família de origem ou a um novo lar. | 40 |
| Figura 6. Vazio urbano na cidade de Várzea Grande-MT | 40 |
| Figura 7: Criança no crime | 44 |
| Figura 8: Crianças na escola | 44 |
| Figura 9. Arquitetura sensorial como forma de absorver a diversidade de pessoas e necessidades | 47 |
| Figura 10: Painéis solares | 49 |
| Figura 11: Ventilação cruzada | 49 |
| Figura 12: Telha Ecológica Tetra Pak simples | 50 |
| Figura 13: Telha Ecológica com manta térmica | 50 |
| Figura 14: Brises Verticais em madeira..... | 50 |

| | | | |
|--|----|---|----|
| Figura 15: Esquema da produção do asfalto de borracha..... | 51 | Figura 31: Proximidades do local num raio de 1500 metros | 65 |
| Figura 16. Vista da moradia infantil de Tocantins | 52 | Figura 32: Mapa de hierarquização viária e transporte público..... | 66 |
| Figura 17. Escola moradia integrada à natureza e a sociedade | 53 | Figura 33: Posição da câmera fotográfica..... | 67 |
| Figura 18. Materiais vernaculares (blocos de terra feitos a mão e madeira) | 53 | Figura 34: Vista Norte do terreno | 67 |
| Figura 19. Edifício totalmente integrado ao meio ambiente | 54 | Figura 35: Vista Oeste do terreno | 67 |
| Figura 20-Fachada principal do Roebourne and Family | 54 | Figura 36: Vista Sudoeste do terreno..... | 68 |
| Figura 21-Variação das alturas do teto..... | 55 | Figura 37: Vista Sul do terreno..... | 68 |
| Figura 22- Janelas com diferentes cores e peitoris..... | 55 | Figura 38: Planta planialtimétrica..... | 69 |
| Figura 23-Caixa de areia e torneiras para atividades externas | 56 | Figura 39: Topografia do terreno e da cidade de Várzea Grande-MT .. | 69 |
| Figura 24- Fachada com diferentes cores, texturas e movimentos..... | 57 | Figura 40: Estudo de insolação e ventos dominantes incidentes no terreno | 70 |
| Figura 25- Representação da caverna, areia, montanha e árvores..... | 58 | Figura 41: Vista aérea de aldeia indígena Kalapalo, Xingu-MT | 71 |
| Figura 26-Circulações externas cobertas | 58 | Figura 42: Crianças de aldeia africana que seguem o Ubuntu | 72 |
| Figura 27-Mobiliários e janelas adaptados a pedagogia Montessori ... | 59 | Figura 43: Utilização de brises móveis horizontais nas edificações internas..... | 73 |
| Figura 28: Mapa Brasil/Mato Grosso/Várzea Grande..... | 62 | Figura 44: Setorização/implantação..... | 77 |
| Figura 29:Localização geográfica do terreno..... | 63 | Figura 45: Mapa de Zoneamento de Uso e Ocupação do solo de Várzea Grande-MT | 78 |
| Figura 30: Equipamentos do entorno | 64 | | |

| | | | |
|--|----|---|-----|
| Figura 46: Jardim interno (setor de saúde)..... | 82 | Figura 62: Cozinha experimental..... | 95 |
| Figura 47: Circulações internas dos setores | 83 | Figura 63: Planta baixa e cortes Setor Pedagógico..... | 96 |
| Figura 48: Imagem ilustrativa de Jardim sensorial | 84 | Figura 64: Cortes setor pedagógico | 97 |
| Figura 49: Jardim sensorial proposto para o Centro de apoio..... | 85 | Figura 65: Fachada frontal e acesso setor profissionalizante..... | 98 |
| Figura 50: Brises horizontais móveis nas fachadas das edificações internas | 86 | Figura 66: Salas de cabeleireiro, manicure e pedicure e maquiagem ... | 98 |
| Figura 51: Corte demonstrando a incidência solar às 15h | 87 | Figura 67: Área de vivência com bebedouros normais e PCD | 98 |
| Figura 52: Corte demonstrando a incidência solar às 15h com a utilização dos brises | 88 | Figura 68: Acesso ao setor profissionalizante | 99 |
| Figura 53: Estudo de sombra a partir do caminho do sol as 15 horas.. | 88 | Figura 69: Vista do jardim interno..... | 99 |
| Figura 54: Placa Solar fotovoltaica Canadian Solar..... | 91 | Figura 70: Sala de eletroeletrônica | 99 |
| Figura 55: Piso drenante intertravado | 92 | Figura 71: Sala de artesanato | 99 |
| Figura 56: Piso drenante asfalto de borracha | 92 | Figura 72: Planta baixa Setor profissionalizante..... | 100 |
| Figura 57: Fachada setor pedagógico..... | 94 | Figura 73: Cortes setor profissionalizante | 101 |
| Figura 58: Sala de pintura | 94 | Figura 74: Fachada frontal setor administrativo | 102 |
| Figura 59: Sala de teatro | 95 | Figura 75: Fachada lateral direita setor administrativo..... | 102 |
| Figura 60: Sala de dança | 95 | Figura 76: Recepção setor administrativo..... | 102 |
| Figura 61: Sala de música | 95 | Figura 77: Planta baixa setor administrativo..... | 103 |
| | | Figura 78: Cortes setor administrativo..... | 104 |

| | | | |
|--|-----|--|-----|
| Figura 79: Fachada setor de serviços | 105 | Figura 95: Jardim interno recepção..... | 112 |
| Figura 80: Planta baixa setor de serviços | 105 | Figura 96: Sala multiuso | 112 |
| Figura 81: Cortes setor de serviços | 106 | Figura 97: Planta baixa setor de vivência acesso..... | 112 |
| Figura 82: Fachada frontal setor de vivência (refeitórios) | 107 | Figura 98: Corte setor de vivência (acesso principal)..... | 113 |
| Figura 83: Fachada posterior setor de vivência (refeitórios)..... | 107 | Figura 99: Vista 1 da Quadra, vestiários e piscina..... | 114 |
| Figura 84: Refeitórios dos menores de 0 a 6 anos e brinquedoteca ... | 108 | Figura 100: Vista 2 da Quadra, vestiários e piscina..... | 114 |
| Figura 85: Refeitório para menores de 7 a 13 anos..... | 108 | Figura 101: Planta baixa setor de vivência estudos e redários..... | 115 |
| Figura 86: Refeitório dos menores de 14 a 18 anos e jardim interno. | 108 | Figura 102: Cortes redários e estudos..... | 115 |
| Figura 87: Vista do jardim interno/vivência no refeitório..... | 108 | Figura 103: Proposta para espaço de estudos..... | 116 |
| Figura 88: Planta baixa e cortes setor de vivência (refeitórios) | 109 | Figura 104: Proposta para espaço de descanso | 116 |
| Figura 89: Perspectiva do refeitório 0 a 6 anos com vista para entrada principal do centro de apoio..... | 109 | Figura 105: Jardim interno setor de saúde | 116 |
| Figura 90: Refeitório de 7 a 13 anos com vista para setor pedagógico e entrada principal..... | 109 | Figura 106: Fachada frontal do setor de saúde | 117 |
| Figura 91: Cortes setor de vivência (refeitórios)..... | 110 | Figura 107: Espera/Recepção | 117 |
| Figura 92: Fachada principal do Centro de apoio | 111 | Figura 108: Área de vivência jardim interno | 117 |
| Figura 93: Biblioteca..... | 111 | Figura 109: Vista das circulações internas do setor de saúde | 117 |
| Figura 94: Sala de vídeo..... | 111 | Figura 110: Planta baixa setor de saúde..... | 118 |
| | | Figura 111: Cortes setor de saúde..... | 118 |

| | | | |
|---|-----|--|-----|
| Figura 112: Quarto 3 a 7 anos (espaço feminino) | 119 | Figura 128: Área de lazer das repúblicas | 127 |
| Figura 113: Quarto 3 a 7 anos (espaço masculino) | 120 | Figura 129: Planta baixa república feminina | 128 |
| Figura 114: Refeitório separado por idades e mobiliários | 120 | Figura 130: Vista1- República feminina..... | 128 |
| Figura 115: Vista refeitório3 a 7 anos e bebês | 120 | Figura 131: Vista 2-República feminina..... | 128 |
| Figura 116: Brinquedoteca para as crianças de 0 a 7 anos (Hab. Tutores)..... | 120 | Figura 132: Cortes setor república feminina..... | 129 |
| Figura 117: Planta baixa setor de habitação (tutores) | 121 | Figura 133: Vista- República masculina..... | 130 |
| Figura 118: Cortes setor de habitação tutores | 122 | Figura 134: Planta baixa setor de república (lazer)..... | 130 |
| Figura 119: Suíte feminina de 15 a 18 anos..... | 123 | Figura 135: Cortes setor de república (lazer)..... | 131 |
| Figura 120: Suíte de 07 a 10 anos | 123 | Figura 136: Vista da área de lazer das repúblicas | 131 |
| Figura 121: Copa e estar habitação masculina | 124 | | |
| Figura 122: Sala de estudos habitação masculina | 124 | | |
| Figura 123: Vista 1-- achada das Habitações feminina-tutores e masculina respectivamente..... | 124 | | |
| Figura 124: Vista 2- fachada das habitações..... | 124 | | |
| Figura 125: Planta baixa setor habitação masculina | 125 | | |
| Figura 126: Cortes setor de habitação (acolhimento) masculino | 126 | | |
| Figura 127: República masculina, área de lazer e república feminina | 127 | | |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Diferenças entre CRAS e CREAS | 29 |
| Tabela 2: Tipos de trabalho de Amparo e Proteção do CRAS e do CREAS..... | 29 |
| Tabela 3: Síntese análise comparativa dos Projetos Referenciais..... | 59 |
| Tabela 4: Índices urbanísticos do terreno..... | 78 |
| Tabela 5: Afastamentos mínimos..... | 79 |
| Tabela 6: Estudos de volumetria | 80 |
| Tabela 7: Algumas espécies do Bioma Cerrado..... | 83 |
| Tabela 8: Análise de angulação dos brises..... | 87 |
| Tabela 9: Irradiação solar média em Várzea Grande | 91 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Crianças e adolescentes privados de direitos básicos no Brasil..... | 22 |
| Gráfico 2: Número de crianças abrigadas em cada unidade da casa lar em Várzea Grande-MT | 33 |

RESUMO

SALMORIA, F. Z. **Centro de apoio a menores em vulnerabilidade social em Várzea Grande-MT.** 2019. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de Várzea Grande, Várzea Grande/MT, 2019.

O objetivo principal deste estudo é desenvolver uma proposta de Centro de apoio a menores em vulnerabilidade social para o município de Várzea Grande-MT, analisando as necessidades básicas e fundamentais dos menores que estão em situação precária de vida ou abandonadas por suas famílias, e sendo assim amparadas por medidas protetivas onde poderão ser inseridas em serviços de acolhimento institucional.

Assim sendo, cumprindo o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, elencando conceitos estruturantes deste tema que é complexo, já que trata de uma parcela frágil da sociedade, dessa forma, encontrar através da Arquitetura uma maneira de transformar esses menores em risco, em cidadãos dignos e que possam encarar essa fase difícil da vida de forma mais agradável,

feliz e com os menores danos possíveis ao seu futuro, utilizando para isso, a cultura o esporte e o lazer como contribuição com o processo educativo básico, profissionalizante e de vivência a favor da inclusão desses indivíduos na sociedade.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade social, menores, dignidade, inclusão social.

ABSTRACT

SALMORIA, F. Z. **Support center for children in social vulnerability in Várzea Grande-MT.** 2019. Monography (Graduation in Architecture and Urbanism), College of Architecture and Urbanism, University Center of Várzea Grande, Várzea Grande/MT, 2019.

The main objective of this study is to develop a proposal for a Center to Support Minors in Social Vulnerability in the municipality of Várzea Grande-MT, analyzing the basic needs of minors who are in precarious situations or abandoned by their

families and, they are under protective measures where they may be inserted in institutional reception services.

Therefore, complying what determinates the Statute of the Child and Adolescent, stating structuring concepts of this theme, which is complex because it deals with a fragile part of society. Thus in face of it, find through Architecture a way to transform these minors at risk, in dignified citizens who can face this difficult phase of their lifes in a more pleasant, happy and with the least harm possible to their future, using culture, sports and leisure as a contribution to the basic educational process, professionalizing and living in favor of the inclusion of these individuals in the society.

Keywords: Social vulnerability, minors, dignity, social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o número de crianças e adolescentes que estão “abandonadas”, seja abandono afetivo ou nas ruas das cidades, sem um lar, alimentos e amor é preocupante e implica diretamente no futuro de cada indivíduo e indiretamente na sociedade, pois o futuro de qualquer país começa com a base, que são os menores e, portanto, esta base precisa ser melhor amparada, para que as próximas gerações convivam com outra realidade e maiores perspectivas para estes cidadãos que merecem novas oportunidades.

O presente trabalho apresenta um estudo realizado acerca dos ambientes institucionalizados e centros de apoio, e de como estes espaços podem ajudar a combater a “vulnerabilidade social”, na qual se encontram os menores cuja vida é precária, e os desprovidos de um lar seja qual for o motivo, para que a proposta de um centro de apoio aos menores em vulnerabilidade social seja bem fundamentada, e para que cumpra com as suas funções já estabelecidas por lei.

Para o desenvolvimento desta proposta é de fundamental importância uma abordagem da conceitualização sobre este tema

tão delicado que é a vulnerabilidade social, buscando entendê-la em vários âmbitos, pois apresenta diversas faces, e em todas elas são as crianças e adolescentes que acabam sendo de alguma forma prejudicados.

Quando os menores estão sofrendo com o abandono, eles estão suscetíveis a quaisquer tipos de perigos, sendo considerados segundo Adorno e Pinheiro (1993, p. 115), “vítimas preferenciais da violência” onde considera-se que esses menores carentes, ainda segundo os autores “são classificados como violentos invertendo-se a condição de violados em seus direitos”, o que acontece na maioria das situações, e passam a ser tratados pela sociedade como “aqueles que são impunemente defendidos pelos direitos humanos e personificados como violadores de direitos”.

Isso acontece constantemente, principalmente se não estiverem acolhidos de forma segura e eficiente, portanto, será desenvolvida a proposta de um espaço onde os menores recebam uma formação complementar, esportes, lazer, além de um cuidado humanitário, pois a afetividade tende a estruturar e ajudar no desenvolvimento psicológico destes indivíduos num momento tão crucial que é a vulnerabilidade.

O público alvo deste estudo são menores de 0 a 18 anos, ambos os sexos, que se encontram em situação de acolhimento, afastados do convívio familiar temporariamente ou definitivamente e também para crianças em situação de vida precária, onde encontrarão um local de estrutura adequada com segurança, privacidade, higiene e apoio profissional, envolvendo também a sociedade neste processo, para que haja uma inclusão social satisfatória a estas crianças e adolescentes.

É importante salientar também que a proposta leva em consideração as necessidades dos menores em fase de desabrigoamento, ou seja, quando está chegando a maioridade e ele precisa sair do local, o que na maioria das vezes acontece sem orientação e capacitação, buscando meios para inseri-los na sociedade e capacitando-os para o mercado de trabalho de forma eficaz.

1.1 PROBLEMÁTICA

Na cidade de Várzea Grande-MT, deparou-se na Proteção Social Especial com 20 (vinte) menores em situação de

acolhimento definitivo¹, 07 (sete) menores em acolhimento em casa de passagem ², e na Proteção Social Básica os programas contam com 24 grupos de trabalho distribuídos por bairros que possuem 25 menores por grupo, porém, sem um espaço adequado para o desenvolvimento das atividades (dados coletados em pesquisa in loco).

Sabe-se que as crianças e adolescentes são o futuro do país, e, não há um futuro promissor se a base estiver sofrendo com a dura realidade das ruas, do abandono, da falta de vínculos afetivos, educação, lazer e moradia digna. Assim essas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade que segundo Adorno e Pinheiro (1993, p. 110), “sofrem pela ausência de políticas sociais capazes de restituir sua infância” onde por fim acabam “submetendo-se a restrições e constrangimentos que comprometem sua vida”.

Assim sendo, pode-se afirmar que os menores em vulnerabilidade necessitam muito mais do que apenas um local

para morar, pois estão passando por momentos de grande sofrimento e angústia, fazendo-se necessário um apoio de profissionais capacitados para tratá-los e ampará-los da melhor maneira possível, onde pela falta de recursos segundo Adorno e Pinheiro (1993, p.110), acabam “desumanizando-os, embrutecendo-os, e instituindo a violência como única linguagem possível, aquela que exclui o diálogo e o apelo pela razão”.

Portanto, como deveria ser estruturado um projeto arquitetônico que abrigue um lar para as crianças abandonadas juntamente com um complexo educacional para os que estão em situação precária, visando contribuir com seu futuro?

Dado que a situação de vulnerabilidade social engloba os menores em situação de vida precária, os abandonados e os em fase de abandono, como criar um espaço que atenda suas necessidades e proporcione uma inclusão social eficaz?

Como criar um espaço deste porte levando em consideração a questão da sustentabilidade?

¹ “Quando já tiveram todos os seus direitos violados e estão em medida protetiva aguardando adoção”. (Fonte: Entrevista pesquisa in loco).

² “Quando estão aguardando a decisão judicial, se tentarão uma reinserção familiar ou se serão destinados às casas lares do município”. (Fonte: entrevista pesquisa in loco).

1.2 JUSTIFICATIVA

Os centros de apoio e acolhimento institucional são os meios em que a sociedade pode utilizar de forma emergencial para acolher os menores e ajudar a combater a vulnerabilidade social em que se encontram.

Para os em condições de vida precária proporcionar um espaço onde possam passar parte do dia com refeições, lazer e atividades complementares àquelas da escola tradicional.

E, para os abandonados, dar-lhes um lar provisório acolhedor e digno até que sua situação seja resolvida, pois se estes menores ficarem sem apoio e expostos nas ruas, serão marginalizados e em decorrência de sua vulnerabilidade social poderão vir a ser recrutados para o crime ou tráfico, conforme cita Abramovay (2002, p. 64) “essas interações sociais podem facilitar a influência de marginais sobre outros membros da comunidade, desenvolvendo a propensão ao crime e violência”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) “ prevê direitos básicos para crianças e adolescentes, tais como dignidade,

respeito e convivência familiar”. Mesmo assim, segundo Alves, I. (2017), “apenas na cidade de São Paulo 77.290 crianças e adolescentes estão em situação de abuso, negligência e exploração”.

Na cidade de Várzea Grande-MT, existem dois serviços de proteção infanto juvenil, a básica (crianças carentes) e a especial (crianças já destinadas para a adoção), segundo psicólogo responsável pelas Casas Lares de Várzea Grande (pesquisa in loco, março de 2019), no serviço de proteção especial³, existem 20 menores para adoção em 4 casas lares e 07 menores na casa de passagem, local onde ficarão até ser resolvido se terão condições de retornar a suas famílias ou não, em caso negativo, seguirão para as casas lares para assim serem destinados à adoção.

De acordo com a funcionária da Assistência Social de Várzea Grande, (pesquisa in loco, março de 2019), no trabalho de Proteção básica em Várzea Grande, existem 24 grupos de 25 menores por grupo de crianças carentes atendidas por programas sociais.

³ Quando todos os direitos da criança e adolescente já foram violados, incluindo abusos, maus tratos, trabalho infantil, etc.

Entretanto, a instituição carece de ambientes adequados para o desenvolvimento destes trabalhos, não possuindo atualmente nenhum espaço físico de apoio destinado a essa questão, valendo-se de espaços cedidos temporariamente pela sociedade, pavilhões de igreja, centros comunitários etc, conforme cita a entrevistada, esses locais geralmente são “insalubres”, seja por ser quente, ou em locais perigosos, distantes e sem o mínimo de recursos para o desenvolvimento das atividades, acaba não atraindo os menores para participar dos programas de apoio ofertados.

Com isso, é importante destacar que este centro de apoio proposto visa suprir as deficiências dos menores, seja da proteção básica ou especial, cuidando de sua educação, cultura, lazer, esporte, saúde, etc., buscando uma formação ética e social e priorizando seu estado emocional, para que não tenham deficiências e atrasos no desenvolvimento de sua vida afetiva, social e profissional.

Adotando um local com arquitetura convidativa que atraia a atenção destas crianças e adolescentes por meio de cores, texturas, sons, aromas, e sensação de liberdade, além de criar uma estrutura em que sentir-se-ão abraçados e acalentados inclusive pela

natureza, para que sua estadia no local seja enriquecedora de alguma forma, possibilitando uma reinclusão social rápida e eficaz.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Esta proposta tem como objetivo geral desenvolver um projeto arquitetônico de um centro de apoio para os menores em situação de vulnerabilidade social em Várzea Grande-MT.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar e pesquisar sobre os temas vulnerabilidade social.
- Pesquisar projetos de referência com a mesma temática.
- Investigar sobre público alvo na região do município de Várzea Grande.
- Pesquisar e analisar sobre as legislações pertinentes à temática.
- Propor projeto arquitetônico com técnicas sustentáveis.

1.4 PÚBLICO ALVO

O presente trabalho visa atender as crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade que estão inseridas no cadastro de Proteção Social Básica (atendidas pelo CRAS⁴), e as inseridas na Proteção Social Especial (atendidas pelo CREAS⁵), no município de Várzea Grande-MT.

Além dos menores a proposta visa atender também os jovens que estão em fase de desabrigoamento, ou seja, que estão prestes a sair do acolhimento que vai até 18 anos, pois, percebeu-se durante pesquisa in loco a preocupação do psicólogo com o destino e com a segurança dos menores que estavam para completar a maioridade, com isso, será proposto um espaço (as repúblicas) para apoiá-los dos 18 aos 21 anos de idade e/ou até obterem autonomia pessoal e financeira.

⁴ Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

1.5 ESTADO DA ARTE

A vulnerabilidade social possui duas faces, a primeira face é quando a situação de vida da família é precária e as crianças e adolescentes não tem estímulos e perspectivas de futuro, sendo conhecido como abandono afetivo. Diante disso, observa-se que é necessário um local apropriado para que esses jovens passem parte do dia.

A segunda face é retratada pelo abandono, quando não estão mais em seio familiar e, portanto, onde os direitos da criança e do adolescente foram violados, assim esses indivíduos necessitam dos ambientes institucionalizados para sobreviver.

O abandono afetivo é aquele que mesmo na presença da família o menor está de alguma forma desamparado, conforme salienta Poli, Cardin e Mafra (2015, p.14), “o abandono afetivo é a violação de um direito fundamental do filho menor ao convívio com o pai e a mãe, negando-lhe o amparo afetivo, carinho e atenção”.

⁵ Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS

Em contrapartida o abandono por falta de assistência familiar é aquele cuja presença da família é negada ao menor, independentemente da motivação, e assim ele necessita de outros lares que são os ambientes institucionalizados para ampará-los.

1.5.1 O ABANDONO DE CRIANÇAS - CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Para compreendermos melhor o tema, será feito uma análise sobre o abandono de crianças no Brasil e no mundo, sendo que este é um assunto que sempre existiu na história da sociedade.

Para Marcílio (1998, p.21), “abandonar bebês é um fenômeno desde as grandes civilizações da Antiguidade que variaram apenas as motivações e intensidades, em face do fato praticado e aceito”.

Essa prática de abandono está presente na história segundo Marcílio (1998, p.21), desde o Código babilônico de Hamurabi, no

II milênio a. C. onde diz: “Se um homem adotar uma criança e der seu nome a ela como filho, criando-o, este filho quando crescer não poderá ser reclamado por outra pessoa”, ou seja, o abandono e a necessidade de um local para abrigar os abandonados sempre esteve presente na história e com o passar dos anos foi apenas mudando a forma como acontece e como é encarada pela sociedade e seus governantes.

No Brasil, o abandono acontece desde sua descoberta e início de sua colonização. Para Rocha e Moreira (2017, p.81), no período colonial era comum a prática da Roda dos Expostos⁶ (Figura 1), que eram instaladas nas Santas Casas de Misericórdia como forma de acolher a criança para que sua vida fosse preservada assim como a identidade da mãe.

⁶ O nome roda dos expostos refere-se a um artefato de madeira fixado ao muro ou janela dos hospitais, no qual era depositada a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo, sem

que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada. (ROCHA E MOREIRA, 2017, P. 81).

Figura 1- Roda dos Expostos



Fonte: AGUIAR, J., (2005).

Essa “roda dos expostos”, segundo Marcílio (1997, p. 53), “foi a primeira forma de assistencialismo a crianças abandonadas no Brasil”, atendendo as preocupações de pessoas “ricas” donas de comércios que viam as crianças abandonadas nas ruas como um problema para seu negócio.

Prática esta, que durou muito tempo no Brasil, para Freitas (2003, p.51), “a utilização desta roda teve uma longa duração, que foi de 1726 a 1950, sendo o Brasil o último país a abolir tal prática”.

De acordo com Aguiar (2005), era raro, mas acontecia de juntamente com a criança a mãe ou familiar que estava o abandonando deixar um bilhete, ora apenas com mensagens, ora com nome e data de nascimento do bebê exposto.

“(…) rogo a Vossa Mercê queira ter a bondade de mandar criar este menino com todo o cuidado e amor (...); é este menino filho de Pais Nobres e Vossa Mercê fará a honra de lhe criar em casa que não seja muito pobre e que tem escravas que costumam criar essas crianças (...)”. Bilhete deixado junto a uma criança enjeitada, 1760. (AGUIAR, 2005).

No Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, assim como no Brasil todo, havia uma roda de expostos, que de acordo com Freitas (2003, p. 64), foi “criada em 1833, junto à Misericórdia”.

[...] “Nos primeiros anos, lançaram-se alguns inocentes” – dizia o relatório provincial- “causas, porém, que ignoro, fizeram há muito cessar este benefício publico, pois há mais de 16 annos nenhum exposto tem recebido a Sta Casa”. Relatório do Presidente da Província do Mato Grosso, 1878, anexo a roda dos expostos. (FREITAS, 2003, p.64).

Ainda segundo Freitas (2003, p.64), “No ano de 1939 foram deixados três bebês na roda (um menino e duas meninas). Depois parece que não se deixou mais nenhuma criança”. Entretanto, nesse período havia o costume de abandonar as crianças nas portas das casas.

Contudo, essa prática de abandonar as crianças na roda acabava por criar as maiores desigualdades na vida destes menores, para as autoras Rocha e Moreira (2017, p. 65), “os antigos orfanatos eram locais que deixavam marcas profundas nos indivíduos, pois se caracterizavam pela massificação e abandono”, além disso segundo os autores os orfanatos tinham “alto índice de mortalidade infantil evidenciava as más condições de salubridade das instituições”.

Essa prática de abandono gerava custos para os estabelecimentos responsáveis aos cuidados dos abandonados e foi tornando-se uma tarefa difícil para as Santas Casas de Misericórdia, assim, segundo Freitas (2003, p.65) “durante a época colonial era frequente que o espírito de caridade da população ajudasse a manter essas instituições”, ou seja, a sociedade civil participava com doações para auxiliar nas despesas.

Pensar nessa prática histórica pode-se encarar como uma atividade triste e chocante, porém era a forma mais “humana” encontrada para que essas crianças pudessem ter alguma chance de viver, já que até o momento este era um assunto pouco difundido, conforme citam Rizzini e Rizzini (2004) que “até meados da década de 70 a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil foi pouco discutida”.

Até o final da década de 1980 estas eram denominadas de “internatos de menores” ou “orfanatos” e funcionavam nos moldes de asilos, embora as crianças, em sua quase totalidade, tivessem famílias. Isto ocorreu a despeito do fato de que, desde os anos de 1900, a internação de crianças aparece principalmente na literatura jurídica como o “último recurso” a ser adotado. Por isso, consideramos que se instituiu no Brasil uma verdadeira “cultura da institucionalização”. (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p.14).

Contudo, em 1979, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o Ano Internacional da Criança e propôs reflexões sobre o tema, com isso segundo Rocha e Moreira (2017), “o assunto ganhou destaque na sociedade brasileira”.

A Constituição Federal de 1988 foi o marco inicial para o reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes, levando a

discussões e análises que resultaram no Estatuto da Criança e do Adolescente, homologado pela lei federal No 8.069/90, modificando todo o cenário vivido até então.

Art. 227º. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar á criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, á cultura, á dignidade, ao respeito, á liberdade e á convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1998).

Entende-se que com esse novo panorama nacional a realidade dos menores abandonados começou a mudar, chegando até os moldes atuais, onde deve haver um acolhimento humanitário acima de tudo, buscando ao máximo a integração familiar sadia, pois a família é a base de qualquer pessoa.

Entretanto, se essa integração familiar estiver causando males ao menor, o ambiente institucionalizado o acolhe da melhor maneira possível, com esforços para que seja um local acolhedor e enriquecedor na vida destes indivíduos.

1.5.2 A POBREZA COMO VULNERABILIDADE SOCIAL E SEU REFLEXO NA VIOLAÇÃO DE DIREITOS DOS MENORES

Atualmente os modelos socioeconômicos mundiais, principalmente de países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, com grandes desigualdades, acabam gerando a segregação social onde classes menos favorecidas são de certa forma “excluídas” socialmente, sem acesso as condições mínimas de dignidade e cidadania.

Posto isso, com essa segregação muitas famílias vivem em situação de extrema miséria, onde não conseguem suprir as necessidades básicas de seus membros no dia a dia.

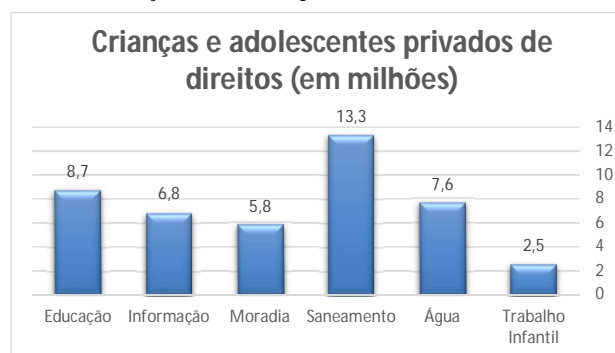
Assim, conforme Gomes e Pereira (2004, p.359), “para a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade”, e, portanto essas famílias necessitam de apoio público, para que possam estruturar-se e assim, impedir tantos conflitos e desestruturação familiar gerados por essa vulnerabilidade.

Quando há esse tipo de vulnerabilidade social na família as maiores vítimas são os menores, que devido a miséria tem seus direitos fundamentais violados, e assim por vergonha devido a possíveis bullyings sofridos ou mesmo falta de estímulos acabam abandonando as escolas e culminam nas ruas das cidades.

Nesse sentido, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2015), “no Brasil, 2.802,258 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão fora da escola”, e esta exclusão “afeta principalmente meninos e meninas vindos das camadas mais vulneráveis da população”, “do total fora da escola, 53% vivem em domicílios com renda per capita de até ½ salário mínimo”.

Em síntese, quando a família está em situação de vulnerabilidade social, ou seja, pobreza extrema, são vários os direitos da criança e do adolescente que são violados (Gráfico 1), devido a pobreza as famílias não tem acesso a moradia digna, água potável, saneamento básico, informação e conseqüentemente as crianças abandonam a escola e acabam pedindo esmola ou vendendo produtos nos semáforos.

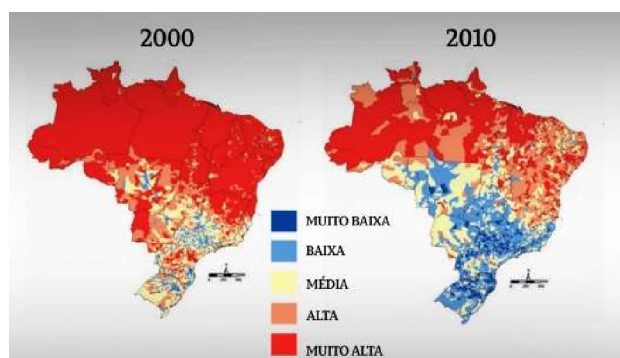
Gráfico 1: Crianças e adolescentes privados de direitos básicos no Brasil



Fonte: PNAD, 2015. Org. pela autora, 2019.

Contudo, devido as políticas públicas de erradicação da pobreza e proteção e amparo que vem sendo criadas para ajudar a população, segundo o IPEA (2015), o Brasil do ano de 2000 a 2010 saiu no ranking de país com alta vulnerabilidade social (Figura 2).

Figura 2: Mapa comparativo da taxa de IVS de 2000 a 2010



Fonte: IPEA, (2015).

Com isso, segundo IPEA (2015, p. 13), o Brasil passa para a faixa de média vulnerabilidade social avaliadas nas três dimensões: IVS Infraestrutura Urbana; IVS Capital Humano; e IVS Renda e Trabalho.

1.5.3 SURGIMENTO DO ECA E OS TIPOS DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

No ano de 1990, foi aprovada pelo Presidente da República a Lei Federal no 8.069 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) onde no “Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”.

Com essa lei segundo Cunha (2015), “o Brasil tornou-se uma referência internacional em legislação, pois o Estatuto é considerado um dos melhores do mundo, para essa faixa etária”. Entretanto, suas leis ainda são desconhecidas pela maioria da população brasileira e em muitos municípios sua aplicação não é cumprida.

Em se tratando de ambientes de acolhimento o estatuto aponta regras a serem seguidas pelas instituições:

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:
 I - preservação dos vínculos familiares;
 II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
 III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
 IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V - não desmembramento de grupos de irmãos;
 VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
 VII - participação na vida da comunidade local;
 VIII - preparação gradativa para o desligamento;
 IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
 Parágrafo único. O dirigente de entidade de abrigo e equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.
 Art. 93. As entidades que mantenham programas de abrigo poderão, em caráter excepcional e de urgência, abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato até o 2º dia útil imediato.
 [...] Art. 101º que: “O abrigo é medida provisória, devendo ser a estadia da criança apenas de passagem para a colocação em família substituta, não implicando privação na liberdade”. (BRASIL, 1990).

Percebe-se analisando os artigos do Estatuto, que este surgiu com o objetivo de conceber espaços mais sociáveis e de cuidado com o ser humano através das políticas em favor da criança e do adolescente instituindo seus direitos e deveres, prevendo desde o respeito, dignidade humana e educação até a manutenção da saúde das crianças e adolescentes, abrigados ou no seio familiar.

Diante de uma legislação tão abrangente, o cenário do abandono de crianças no Brasil é gritante, em todas as cidades do país existem menores abandonados, atualmente existe muitas crianças que ainda estão morando nas ruas em situações de vulnerabilidade social.

Assim, o acolhimento institucional vem como medida de proteção integral, cuja guarda provisória das crianças e adolescentes fica sobre responsabilidade do diretor da instituição, oferecendo acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101).

Nesse sentido, ainda de acordo com o ECA, (1990, Art. 101), fará parte do acolhimento institucionalizado aquele menor que está sob medida protetiva devido ao abandono ou quando as famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

Segundo o Conselho Nacional Dos Direitos Da Criança CONANDA e do Adolescente de 2008, “os ambientes de dormitórios devem atender a todas as exigências de conforto daqueles amparados pela instituição ainda como a separação de indivíduos por idade e sexo”, pois os ambientes prezam e buscam “manter o vínculo familiar entre indivíduos da mesma família, e ao mesmo tempo evitar relacionamentos mais íntimos de jovens sem parentesco, construídos pelo convívio na instituição”. (CONANDA, 2008, p. 11).

Sobre a localização da instituição, o CNAS prevê que o serviço de acolhimento às crianças e adolescentes “[...]deve estar situado em áreas residenciais, sem distanciar-se do ponto de vista geográfico e socioeconômico no contexto de origem das crianças e adolescentes”, ou seja, não deve estar afastado dos centros urbanos e principalmente das famílias de origem dos menores amparados. (CNAS Conselho Nacional Dos Direitos Da Criança e do Adolescente).

A respeito da acessibilidade nas áreas da instituição, o Conanda do Conselho Nacional Dos Direitos Da Criança e do

Adolescente 2008 solicita que, “[...]todos equipamentos da rede sócio assistencial deverão respeitar as normas de acessibilidade, de maneira a possibilitar o atendimento integrado a usuários com deficiência”.

O público alvo dos ambientes institucionalizados de acordo com o guia de orientações são locais para menores de 0 a 18 anos de idade e um máximo de 20 menores por instituição, dependendo de sua tipologia.

1.5.4 ABRIGOS INSTITUCIONAIS

A modalidade abrigo institucional de acordo com o NECA- Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (2010, p. 27), “é a forma mais utilizada de acolhimento. Sua escolha deve basear-se em indicadores que possibilitem um melhor atendimento à criança e à sua família”.

Os ambientes devem ter aspectos residenciais, com estilo arquitetônico semelhante das demais residências do local no qual

está inserido. Possui um coordenador e uma equipe técnica para dirigir o abrigo e pode abrigar até 20 crianças e adolescentes que se encontram afastados da família ou com algum tipo de conflito com a mesma.

Seu público alvo são crianças e adolescentes com até 18 anos de idade, com deficiências e/ou doenças crônicas, não pode haver separação de sexo e faixas etárias, uma vez que, se houver a ocorrência de irmãos, eles devem permanecer juntos.

1.5.4.1 CASA LAR

Nesta modalidade o acolhimento é oferecido em unidades residenciais, onde de acordo com o CONANDA/CNAS (2009, p. 69), “pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente em uma casa que não é a sua”, estes por sua vez, cuidam das crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo e lhes fornecem além de cuidados físicos, também afeto.

O objetivo principal desta modalidade é:

[...] estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade. Com estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão técnica, localizar-se em áreas residenciais da cidade e seguir o padrão sócio econômico da comunidade onde estiverem inseridas. O serviço deve organizar ambiente próximo de uma rotina familiar, proporcionar vínculo estável entre o educador/cuidador residente e as crianças e adolescentes atendidos, além de favorecer o convívio familiar e comunitário dos mesmos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local, devendo atender a todas as premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, e oferecimento de oportunidades para a (re) inserção na família de origem ou substituta. (CONANDA/CNAS. 2009, p. 69).

O público alvo são crianças e adolescentes até 18 anos e o número de crianças atendidas é de no máximo 10 por casa.

1.5.4.2 CASA DE PASSAGEM

Este serviço funciona de acordo com o NECA- Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a

Criança e o Adolescente (2010, p. 25), “como uma “porta de entrada”, onde uma equipe especializada em diagnóstico analisa a situação das crianças e adolescentes antes de efetivar o acolhimento”.

A casa de passagem⁷ é um serviço que funciona 24 horas, em regime de plantão, abriga crianças e jovens que se encontram vulneráveis aos conflitos das ruas e são encaminhados por profissionais pedagógicos.

Não há especificações sobre estrutura física do local e dependendo da demanda, pode se tratar de um albergue, pois não apresenta número máximo de abrigados e os mesmos permanecem por pouco tempo neste local, , porém mesmo com pouco tempo de permanência segundo NECA (2010, p.25), “uma casa de passagem necessita de profissionais educadores competentes, por se tratar de um projeto político-pedagógico”.

⁷ Modalidade que não está citada nas orientações técnicas do CONANDA/CNAS, mas está presente no Plano Nacional de Promoção Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente à convivência familiar e

1.5.4.3 REPÚBLICA

Ao completar 18 anos, os jovens que permaneceram acolhidos nas instituições podem participar de uma república que é um serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia ainda com supervisão.

Segundo o CONANDA/CNAS (2009, p. 85), “a república oferece atendimento durante o processo de construção de autonomia pessoal e possibilita o desenvolvimento de auto-gestão, auto sustentação e independência”.

O público alvo são:

Jovens entre 18 e 21 anos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e que não possuam meios para auto-sustentação. Tal serviço é particularmente indicado para o acolhimento de jovens em processo de desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes por terem completado a maioridade, porém que ainda não tenham conquistado a autonomia, podendo também destinar-se a outros jovens que necessitem do serviço. (CONANCA/CNAS. 2009, p. 85).

comunitária; como muitos municípios inclusive Várzea Grande-MT trabalham com esta modalidade de acolhimento, torna-se necessário falar sobre ela.

1.5.5 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

É uma política que trabalha com as desigualdades sociais e visa garantir o mínimo de proteção e a universalização dos direitos a um público que se encontra em situações de risco. Garante a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção (Figura 3).

Figura 3: Informações sobre a Assistência Social



Fonte: CNAS, (2019).

A Política de Assistência Social vai permitir a padronização, melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país, respeitando as diferenças locais.

De acordo com o LOAS (1993), “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de

um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993).

Ainda de acordo com a Lei orgânica da Assistência Social (2011),

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: [...] I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 - b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- [...] Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (LOAS, 2011).

Essa política oferece entre muitos outros, serviços de proteção básica-CRAS e especial-CREAS, como alternativas aos problemas enfrentados pela população vulnerável da sociedade.

1.5.5.1 ENTENDENDO O CRAS E O CREAS

Visando proteção social básica e especial garantindo segurança de sobrevivência; de acolhida; de convívio e vivência familiar, é dividido em CRAS- Centro de Referência de Assistência Social e CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social, cujas competências são (Tabela 1):

Tabela 1: Diferenças entre CRAS e CREAS

| | CRAS | CREAS |
|--------------|--|--|
| Descrição | Prevenção de ocorrências de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos à cidadania. | Oferece apoio e orientação a indivíduos e famílias vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaças, maus tratos e discriminações sociais. |
| Público Alvo | Famílias e indivíduos em situação grave de desproteção, deficientes, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil etc. | Pessoas já em risco, tendo seus direitos violados, sendo vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, maus tratos e discriminações sociais. |

Fonte: CNAS, (2011). Org. pela autora, 2019.

Dentro do CRAS e do CREAS existem diferentes tipos de trabalho de amparo e proteção às crianças, adolescentes e se estendem até suas famílias, visando minimizar e prevenir os problemas, por exemplo (Tabela 2):

Tabela 2: Tipos de trabalho de Amparo e Proteção do CRAS e do CREAS

| CRAS | CREAS |
|--|--|
| -Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF); | -Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); |
| -Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); | -Serviço especializado em Abordagem Social; |
| -Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos; | -Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de medida Socioeducativa e Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à comunidade (PSC). |
| | -Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. Serviço especializado para pessoas em situação de rua. |

Fonte: CNAS, (2011). Org. pela autora, 2019.

1.5.6 DE MENOR ABANDONADO A MAIOR DESABRIGADO

Conforme o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA cita, o acolhimento institucional deve ser visto como medida provisória e excepcional, sendo uma forma de transição para a reintegração familiar do menor (Art. 101, § 1º, do ECA).

Entende-se, que em caso de não reintegração familiar que estes locais não são moradias permanentes, o fato de ao completar a maioridade o jovem precisar sair da instituição e ir em busca de uma nova vida, nos mostra a certeza de que um ambiente institucionalizado precisa fornecer uma educação complementar e profissionalizante, para ir condicionando os menores além de ter uma profissão, também ter sonhos e perspectivas para quando a hora de deixar o local chegar, tendo em vista que a partir da sua saída estes jovens também deixam de ser “protegidos” pelo ECA.

Este é um grande desafio a ser enfrentado por estes jovens em situação e desabrigo devido a maioridade, e é de suma importância prepará-lo para enfrentar este medo.

1.5.6.1 QUANDO INICIA O DESABRIGAMENTO

Para este desabrigo que tem início aos 18 anos, segundo Silva (2010),

“[...] é esperado que as instituições de acolhimento preparem-se para esse momento de desligamento, contemplando o fortalecimento da autonomia, a profissionalização a educação, bem como estabelecendo um processo de desligamento gradativo do jovem”. (SILVA, 2010, p.55).

Esse fortalecimento da autonomia do jovem não acontece de forma rápida, deve ser construído e acontece desde que o menor chega à instituição, quando se cria vínculos, quando é acolhido, quando lhes é dada importância e valorizado suas potencialidades, assim este indivíduo desenvolve-se pessoalmente até sua independência.

Quando o jovem precisar sair do abrigo ele vai assumir-se sozinho ou será encaminhado para uma república onde será realizado um trabalho de continuidade do fortalecimento da autonomia, e incentivo ao trabalho. O jovem necessita encarar o trabalho como uma autorrealização e demonstração de seu potencial.

Se até os 18 anos o jovem não teve possibilidade de ser inserido em uma família, seja a sua própria ou substituta, e, se não está pronto para se tornar independente, é importante que seja estimulado a viver em uma república para conquistar sua autonomia e emancipação, além de construir uma rede de relações pessoal e social mais diversificada. (NECA, 2010, p. 37).

Desta maneira, baseado em recomendações do CONANDA (2009), “devem ser oferecidos os serviços de apoio ao fortalecimento de vínculos comunitários, à qualificação profissional e à construção do projeto de vida”, para que ao se deparar com uma nova vida o jovem esteja fortalecido enquanto cidadão.

É importantíssimo a participação destes jovens, de acordo com Pinto (2015, p.24), “em programas com atividades culturais, esportivas e artísticas, de aprendizagem, de cursos profissionalizantes e de ações que proporcionem o ingresso no mercado de trabalho”.

1.5.7 AMBIENTES INSTITUCIONALIZADOS NO BRASIL

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2018), em todo o Brasil, “aproximadamente 47 mil crianças e adolescentes vivem em abrigos”. Destes 47 mil (Figura 4), somente 8.420 crianças e adolescentes estão no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Ou seja, apenas 17,8% do total estão legalmente aptos a encontrar uma nova família.

Figura 4: Quantidade de crianças acolhidas por estado.



Fonte: CNJ, (2017).

1.5.7.1 OS AMBIENTES INSTITUCIONALIZADOS EM VÁRZEA GRANDE-MT

Na cidade de Várzea Grande-MT, de acordo com pesquisas in loco na Assistência Social em entrevista com a Elzita Rodrigues da Silva Barros, responsável por toda organização dos projetos da proteção básica e especial da cidade e na Casa Lar Projeto Vida Nova em entrevista com o Psicólogo Rodrigo, deparou-se com uma realidade de busca intensa por melhorias na qualidade de vida e vínculos familiares das crianças e adolescentes.

Várzea Grande trabalha com a Proteção Social Básica (prevenção) e a Proteção Social Especial (direitos violados).

Na proteção social básica a finalidade é prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, é destinada à população que está em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros).

Além disso trabalha com a fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social, discriminações de gênero,

étnicas, por idade, por deficiências, portanto, são realizados diversos trabalhos de convivência e fortalecimento de vínculos familiares, laços maternos, amigas empreendedoras, criança feliz, entre outros, buscando um fortalecimento e manutenção das famílias.

A Proteção Social Especial é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos. Na proteção social especial, há dois níveis de complexidade: média e alta.

Na média complexidade existe um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados com apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

Na alta complexidade existem serviços que garantem a proteção integral como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos, como por exemplo o serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades de abrigo institucional, Casa Lar, -Casa de Passagem, República, etc.

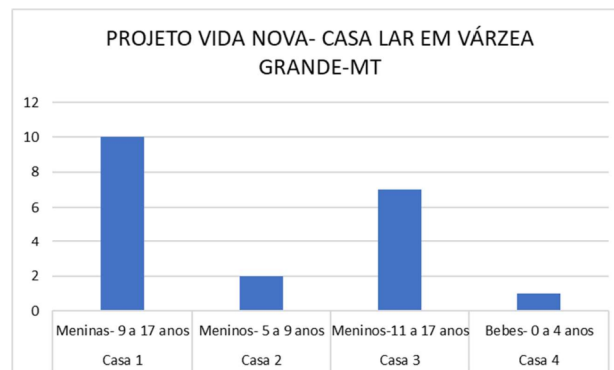
O Projeto “Vida Nova”, em parceria com a Prefeitura Municipal de Várzea Grande, ONGs e sociedade civil, vem atendendo desde 2004 crianças e adolescentes em situação de risco, de alta complexidade, onde já tiveram seus direitos violados.

O Programa possui atualmente quatro Casas Lares de apoio em Várzea Grande que visa à integração social. As casas possuem quartos, sala, cozinha, banheiro, quintal e o mais importante o carinho e a atenção da mãe social, da auxiliar, psicólogo e assistente social.

Segundo o Psicólogo Rodrigo, as crianças e adolescentes são encaminhados pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e o Juizado da Vara Especializada da Infância e Juventude de Várzea Grande.

Cada casa comporta cerca de 10 indivíduos, o projeto beneficia 40 crianças e adolescentes, do sexo feminino e masculino, de 1 ano à 17 anos e 11 meses, distribuídas em quatro Casas Lares, atualmente há 20 crianças e adolescentes distribuídas entre as 4 casas (Gráfico 2).

Gráfico 2: Número de crianças abrigadas em cada unidade da casa lar em Várzea Grande-MT



Fonte: Pesquisa in loco, (2019). Org. pela autora, (2019).

Segundo Rodrigo, atualmente há cerca de 23 profissionais envolvidos (mães sociais, assistentes sociais, serviço geral, coordenadora, gerente, administrativo e auxiliares) além da sociedade civil que colabora por meio de atividades de lazer, cursos, capacitações e até mesmo o primeiro emprego.

As crianças e adolescentes participam de diversas atividades fora da escola, como pintura, capoeira, coral, futebol, natação, computação, cursos profissionalizantes e diversos passeios. Além de acompanhamento médico, odontológico, social, psicológico e educacional, todas essas atividades são realizadas com integração social, visando o mínimo de exclusão social.

Na cidade de Várzea Grande, de acordo com o Psicólogo Rodrigo além das 4 casas lares do Projeto Vida Nova que hoje abriga 20 crianças e adolescentes, há uma Casa de passagem com um total de 7 crianças esperando por decisão judicial, se retornarão para suas famílias ou se serão enviadas para as casas lares.

Segundo o psicólogo o tempo de permanência na casa é muito variável, há crianças que são adotadas em 2 meses, mas tem adolescentes na casa há 5 anos, e infelizmente os mais velhos tem maior dificuldade de encontrar um novo lar.

1.6 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Este trabalho está estruturado nos seguintes capítulos:

O capítulo 1 traz informações sobre a análise inicial da temática, também é apresentado a revisão bibliográfica sobre o contexto histórico do tema estruturante, a legislação mais importante que trata do tema e suas abordagens, assim como os tipos de ambientes que existem no Brasil e na cidade em estudo.

O capítulo 2 apresenta a revisão bibliográfica dos conceitos do tema principal que é a vulnerabilidade social, as funções e usos do espaço a ser proposto, além dos benefícios sociais e ambientais acerca da temática proposta.

O capítulo 3 fará uma menção às legislações mundiais, nacionais e locais pertinentes ao tema proposto.

No capítulo 4 serão apresentados os aspectos sociológicos, bem como o que se entende por qualidade de vida das crianças e adolescentes e que tipos de inovações pode haver em temáticas como esta.

O capítulo 5 aponta os aspectos técnicos e os projetos de referência que nortearam o desenvolvimento da proposta,

incluindo uma matriz de análise, onde são apontadas as principais características, diferenças e semelhanças de cada projeto.

Em síntese, o capítulo 6 indica os aspectos metodológicos referentes a proposta do centro de apoio.

O capítulo 7 refere-se a região escolhida para implantação da proposta, bem como análise de seu entorno, justificativas de escolha, os equipamentos urbanos próximos que favorecem o empreendimento, a hierarquização viária e levantamentos fotográficos do terreno. Analisa também as condicionantes físico-espaciais, a topografia, insolação e ventos dominantes, clima e vegetação, ou seja, todos os elementos que influenciarão na edificação posteriormente.

Ainda no capítulo 7 estão descritos o partido arquitetônico utilizado, o programa de necessidades e pré-dimensionamento, o fluxograma, a setorização, análise da legislação incidente no terreno e os ensaios técnicos realizados desde o início da concepção da proposta até o resultado.

No capítulo 8 estão as definições de técnicas e materiais construtivos, utilizados, complementando o item 5 deste trabalho.

No capítulo 9 apresenta-se a proposta final para a implantação da proposta, identificando os itens da mesma.

O capítulo 10 refere-se à composição dos ambientes/setorização da proposta, descrevendo cada setor e seus ambientes.

O capítulo 11 traz as considerações finais e, no capítulo 12 as referências consultadas e citadas no decorrer do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Existem diversos conceitos acerca da temática vulnerabilidade social, cuja situação se encontram os menores aqui abordados e que norteará o desenvolvimento desta proposta, para melhor tratar e combater este problema social.

Assim, segundo Carneiro e Veiga (2004 apud Janczura, 2012, p. 304), a vulnerabilidade social refere-se à “Exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam”.

Com isso, uma abordagem mais profunda mostra-se necessária já que para combater a vulnerabilidade é preciso conhecê-la em todas as suas faces, seja ela abandono propriamente dito de crianças ou extrema pobreza familiar que culmina no abandono afetivo ou a fuga das crianças em busca de algo melhor.

Assim, Abramovay (2002), relaciona a “vulnerabilidade social com os recursos materiais”, onde a falta deste, influencia no desenvolvimento e aumento desta problemática.

De acordo com Adorno (2001), “o termo vulnerabilidade também é utilizado em relação à exclusão econômica e social”, sendo este o principal foco desta pesquisa, portanto, segundo Adorno (2001), “considera-se que um indivíduo ou um grupo torna-se vulnerável quando ocorre uma situação que o leva a quebrar seus vínculos sociais com o trabalho, a família ou seu círculo de relações”.

A expressão vulnerabilidade social sintetiza a ideia de uma maior exposição e sensibilidade de um indivíduo ou de um grupo aos problemas enfrentados na sociedade e reflete uma nova maneira de olhar e de entender os comportamentos de pessoas e grupos específicos e sua relação e dificuldades de acesso a serviços sociais como saúde, escola e justiça. (ADORNO, 2001, p. 11).

Também cabe ressaltar que segundo Rizzini, Naiff e Baptista, (2006), a vulnerabilidade se refere aos “grupos ou indivíduos mais atingidos pelos efeitos das desigualdades socioeconômicas”, ou seja, os menos favorecidos economicamente.

Assim sendo, entende-se a vulnerabilidade social, hora como um problema decorrente da pobreza econômica, hora como uma carência afetiva.

⁸Vulnerabilidad no es exactamente lo mismo que pobreza se bien la incluye. Esta última hace referencia a una situación de carência efectiva y actual mientras que la vulnerabilidad trasciende esta condición proyectando a futuro la posibilidad de padecería a partir de ciertas debilidades, que se constatan em el presente. (KAZTMAN, 2005 apud SILVA 2007, p. 2).

Pensando nisso, ofertar uma educação complementar e profissionalizante com inserção da comunidade local proporcionará uma autonomia e autoestima aos jovens e assim uma inclusão social eficaz.

⁸ Vulnerabilidade não é exatamente o mesmo que a pobreza, porém a inclui. A pobreza refere-se a uma situação de carência efetiva enquanto a vulnerabilidade transcende essa condição, projetando no futuro a possibilidade de sofrer de

2.2 FUNÇÃO E USOS DO CENTRO DE APOIO AOS MENORES EM VULNERABILIDADE SOCIAL

O acolhimento institucional digno é um meio para ajudar a combater a Vulnerabilidade social, conforme sua função específica:

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. (CONANDA/CNAS, 2008, p. 63).

Entretanto, deve-se haver uma nova abordagem ou tratamento para estes espaços, já que estes ambientes tendem a esquecer que estão tratando de um problema que afeta seriamente os menores, que é principalmente a falta de relações afetivas.

certas fragilidades, o que pode ser visto no presente. (KAZTMAN, 2005 apud SILVA 2007, p. 2., Tradução nossa).

As crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social tem os abrigos como lar, posto isso, percebe-se a importância que estes ambientes desempenham para tratar essa temática, pois é onde os menores devem ficar.

De acordo com Oliveira (2006) um abrigo institucionalizado é onde os menores em vulnerabilidade precisam estar, “até que sua situação jurídica seja definida e que possam retornar aos seus lares de origem, ou serem encaminhadas para um lar substituto”.

Porém, é importante para que estes menores superem esta situação de vulnerabilidade que as instituições os acolham não somente como um abrigo, mas de forma afetiva.

[...] as crianças numa grande instituição não estão sendo cuidadas com a finalidade de cura de suas doenças. Os objetivos são, em primeiro lugar, prover teto, comida e roupa a crianças que foram negligenciadas; em segundo lugar, criar um tipo de vida em que as crianças tenham ordem em vez de caos; e, em terceiro lugar, impedir, para o maior número possível de crianças, a ocorrência de um choque com a sociedade, até que se soltem no mundo por volta dos 16 anos de idade. (WINNICOTT, 2002, apud OLIVEIRA, A. P. G.; MILNITISKY-SAPIRO, C., 2005).

Isso complementa o que diz Rizzini e Rizzini (1996, p. 73 apud SOUZA, 2017, p. 10) “a vida institucional, por suas características de rotinização, massificação e rígida disciplina, cria um ambiente de impessoalidade e falta de afeto, que pode prejudicar o indivíduo de várias maneiras”.

Essas abordagens mostram um outro lado da institucionalização, já que o Brasil possui legislações que tratam cuidadosamente do menor, para que não lhes falem oportunidades e direitos, entretanto, falta avançar muito no que se refere a humanidade e cidadania destes indivíduos.

[...] o Brasil sempre se deparou com esta contradição: por um lado, adota posturas avançadas na legislação, acompanhando os principais avanços consagrados nos tratados e nas convenções internacionais, mas, por outro, essa mesma legislação avançada serve para mascarar e camuflar uma prática arcaica e discriminatória. (SILVA, 1998, p. 71).

Portanto, para um melhor “atendimento” aos menores em vulnerabilidade social, os ambientes institucionalizados devem priorizar seus usos proporcionando o acolhimento em todos os sentidos, seja ambiente físico ou afetivo.

O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. (CONANDA/CNAS, 2008. p. 63).

Assim, haverá uma maior possibilidade de alcançar os objetivos propostos nas legislações e é o que todos os seres humanos necessitam, ter dignidade sem nenhum tipo de exclusão e preconceitos.

2.3 BENEFÍCIOS SOCIAIS PROPORCIONADOS PELO CENTRO DE APOIO

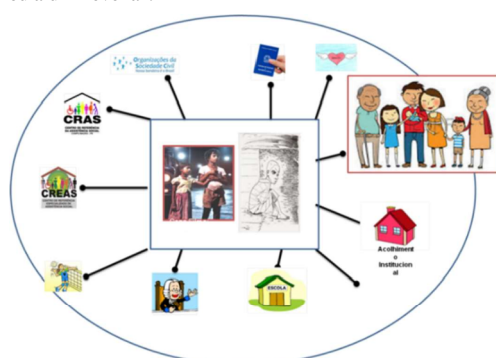
O Centro de Apoio aos menores que se encontram em vulnerabilidade social além de oferecer assistência e formação complementar para o menor, contribuirá para a formação ética e social, de modo que este compreenda seus direitos e deveres enquanto cidadão. É necessário que seja proposto para este tipo de

projeto um ambiente seguro, interativo, com múltiplas opções de atividades educacionais incluindo reforço escolar, atividades culturais, esportes, lazer, e a qualificação profissional como uma formação complementar a educação escolar onde o menor possa escolher uma formação, aumentando sua autoconfiança e assim possibilitando uma inclusão social eficaz.

O protagonismo juvenil é parte de um método de educação para a cidadania que prima pelo desenvolvimento de atividades em que o jovem ocupa uma posição de centralidade, e sua opinião e participação são valorizadas em todos os momentos. As experiências ali analisadas demonstram que a ênfase no jovem como sujeito das atividades contribui para dar-lhes sentidos positivos e projetos de vida, ao mesmo tempo que conduzem à reconstrução de valores éticos, como os de solidariedade e responsabilidade social. (ABRAMOVAY, 2002, p. 67).

À medida que os menores vão retornando para suas famílias, ou para novos lares e até mesmo, se ficarem no ambiente institucionalizado até sua maioridade (Figura 05), ele estará mais preparado para enfrentar a vida, aumentando suas chances de sucesso pessoal e profissional e distanciando-se de uma vida propensa ao crime.

Figura 5. Acompanhamento da criança ao voltar para sua família de origem ou a um novo lar.



Fonte: HISTÓRIA, I. F., (2016).

2.4 BENEFÍCIOS AMBIENTAIS DA PROPOSTA

O Centro de apoio irá propor áreas verdes, construção de equipamentos urbanos, integrando o interno e a sociedade, beneficiando todo o entorno com parques e preenchendo um espaço considerado como um vazio urbano, num terreno entendido como objeto de especulação imobiliária na cidade de Várzea Grande-MT, minimizando a ocorrência de criminalidade resultante

de um local ocioso, viabilizando um espaço urbano importante para toda a cidade.

Sobre vazios urbanos (Figura 06), é importante destacar que a ocupação destes terrenos é importante para o desenvolvimento do local.

Figura 6. Vazio urbano na cidade de Várzea Grande-MT



Fonte: GOOGLE EARTH (20 out. 2018).

Para o desenvolvimento da proposta de implantação centro de apoio, foi escolhido um terreno que é um vazio urbano e possui o que é necessário para a temática, ou seja, está próximo ao centro, a escolas, unidades de saúde, etc., e também já possui toda a infraestrutura básica necessária e que está em desuso.

Assim, Borde (2006. P.08), destaca sobre os vazios urbanos:

Terrenos localizados em áreas providas de infraestrutura que não realizam plenamente a sua função social e econômica, seja porque estão ocupados com uma estrutura sem uso ou atividade, seja porque estão de fato desocupados, vazios. (BORDE, 2006, p. 08).

De acordo com Cavalheiro e Dell Picchia (1992, p. 31), “os espaços livres desempenham basicamente papel ecológico, no amplo sentido de integrador de espaços diferentes”, ou seja, um espaço verde irá proporcionar benefícios para as pessoas e para o meio ambiente, “tanto no enfoque estético, como ecológico e de oferta de áreas para o desempenho de lazer ao ar livre”.

3 ASPECTOS NORMATIVOS

3.1 NO ÂMBITO INTERNACIONAL

3.1.1 ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS), CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA/ 1989

Como ponto de partida, observou-se o que diz a Convenção dos Direitos da criança sobre o que é mais importante para os menores, sendo que os interesses da criança devem ser levados em consideração.

Para a ONU (1989), “Art. 3º §1. Todas as medidas relativas às crianças, tomadas por instituições de bem-estar social públicas ou privadas, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão como consideração primordial os interesses superiores da criança”.

Foi a partir desta convenção que foi formulado o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

3.2 NO ÂMBITO NACIONAL

3.2.1 ECA- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/1990

No que se refere as legislações nacionais, observou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA é referência mundial como legislação destinada a proteger a juventude, onde buscou-se fundamentar quais são as necessidades básicas e de quem são as responsabilidades que envolvem a criança e o adolescente.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p. 11).

3.2.2 LOAS- LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/1993

A Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS de 7 de dezembro de 1993, é outro instrumento importante para o

desenvolvimento da proposta no que se refere aos ambientes institucionalizados, já que os menores institucionalizados precisam estar em constante acompanhamento.

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. (BRASIL, 1993, p. 10).

3.3 NO ÂMBITO LOCAL

3.3.1 LEI Nº. 5.892/91. CÓDIGO ESTADUAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E A JUVENTUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Para a idealização, construção e funcionamento adequado e eficaz, o Centro de Apoio deverá seguir as leis Estaduais como a lei nº 5.892 de 1991, na sua integralidade, já que ela visa a proteção integral da criança e do adolescente, e um ambiente de acolhimento precisa atender aos requisitos mínimos exigidos.

Assim, observa-se a Lei nº. 5.892, de 11 de dezembro de 1991. Que dispõe sobre o Código Estadual de Proteção à Infância e a Juventude e da outras providencias, onde diz: “Art. 1º Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, sobretudo carentes no Estado de Mato Grosso” (MATO GROSSO, 1991).

O Centro de Apoio é nada menos que um “abrigo provisório” para os menores que estão em vulnerabilidade social, portanto, sem fins lucrativos e com funções e ações pré-estabelecidas por lei, para assegurar a dignidade, alimentação, educação, lazer, etc., no período de tempo em que estes indivíduos necessitem.

A lei nº 5982 DE 13/05/1992, “introduz redação ao Artigo 63, ao Artigo 64 e seus §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 5.892, de 11.12.91, cria o Fundo para a Infância e Adolescência-FIA, e dá outras providências”, em seu “Art. 2º Fica criado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA, destinado a gerir recursos e financiar as atividades do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente- CEDCA” (MATO GROSSO, 1995).

3.3.2 LEI Nº. 6.696/95. CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Para uma elaboração do projeto, leva-se em consideração também o que consta na Lei nº 6.696, de 20 de dezembro de 1995 que cria o Conselho Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social, e dá outras providências.

“Art. 2º São considerados entidades e organizações de assistência social as que prestam, em fins lucrativos, serviços, atendimento, assessoramento e defesa dos direitos dos beneficiários da assistência social, tendo por atividade principal uma ou mais das seguintes ações: [...] II - o amparo às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social; [...]. (MATO GROSSO, 1995).

Para a concretização de todo e qualquer planejamento e ação de um centro atendimento institucionalizado há a necessidade de verbas, e a principal aplicabilidade dessa lei específica na temática proposta é viabilizar todo o processo.

3.3.3 LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE DE 2005

É importante também observar o que diz a Lei Orgânica do Município (2005) de Várzea Grande -MT a respeito da temática da vulnerabilidade social.

Art. 12 – É da competência comum, na área administrativa do Município, da União e do Estado de Mato Grosso, o exercício das seguintes medidas: [...] XI- combater as causas de pobreza e os fatores da marginalização, estabelecendo e implantando política assistencial aos menores abandonados, recuperando-os e readaptando-os a sociedade, oferecendo-lhes inclusive trabalho; [...]. (VÁRZEA GRANDE-MT, 2005).

4 ASPECTOS SOCIOLÓGICOS ALMEJADOS

Um centro de apoio para menores em vulnerabilidade social visa suprir as deficiências dos menores em todas as situação de riscos, proporcionando educação complementar, cultura, lazer, esporte, saúde e interação social, buscando uma formação ética, social e priorizando seu estado emocional, para que quando o menor abrigado sair do local, seja para voltar ao convívio familiar,

seja para outro lar, ou na sua maioria ele não tenha deficiências e atrasos no desenvolvimento de sua vida afetiva, social e profissional, assim como para os menores atendidos devido a pobreza, que ele tenha maiores oportunidades e chances de crescimento pessoal e profissional

Um ambiente bem planejado, é capaz de tirar menores vulneráveis das ruas e conseqüentemente do crime incentivando-os a participarem da escola e buscarem um futuro melhor, beneficiando não somente a estas crianças e adolescentes, mas a sociedade como um todo (Figuras 7 e 8).

Figura 7: Criança no crime **Figura 8: Crianças na escola**



Fonte: Rede diário, 2017.



Fonte: Melhor com saúde, 2019.

4.1 QUALIDADE DE VIDA

A qualidade de vida é muito subjetiva, ou seja, depende do ponto de vista, da temática abordada, do tipo de pessoas com quem se irá trabalhar. No caso em questão, a qualidade de vida para menores em ambiente institucionalizado e/ou com extrema pobreza é diferente da qualidade de vida de um menor que está em uma família estruturada.

A criança, enquanto sujeito em constante interação nos diversos contextos - escola, família e comunidade - beneficia de recursos que estimulam e desenvolvem competências (criatividade, raciocínio, autonomia, resolução de problemas, pensamento crítico, comunicação, relacionamento interpessoal, capacidade de empatia, promoção da auto-estima e auto-confiança), promovem qualidade de vida e favorecem uma saúde mental positiva e maior bem-estar. (GASPAR, et al., 2008, p. 55).

Quando uma criança e/ou adolescente é privado do seu convívio familiar e social seja qual for o motivo, ela perdeu também a oportunidade de viver a interação dos diversos contextos de desenvolvimento de uma vida normal, acarretando assim numa

perda de estímulos e até de identidade, pois estes indivíduos não estarão mais “aprendendo” ou recebendo estes benefícios oferecidos pela sociedade.

Nesse contexto, esta temática, Centro de apoio a menores em vulnerabilidade social, contribuirá significativamente para a melhoria da qualidade de vida, ofertando melhores condições físicas, sociais, de lazer, segurança, afetivas, culturais, educacionais, de auto estima, etc., buscando integrá-los com a sociedade de forma cautelosa, já que estes podem ter sido “excluídos” de seu convívio familiar dramaticamente, mantendo sua privacidade e acompanhando seu desenvolvimento psicossocial por profissionais competentes.

A melhoria na qualidade de vida de uma criança ou adolescente que se encontra em vulnerabilidade social será determinante para guiá-los rumo a um futuro melhor, e por meio de um ambiente acolhedor e afetivo onde estes possam se socializar, brincando, desenvolvendo atividades de lazer ao ar livre, frequentando escola, alimentando-se bem, com uma interdisciplinaridade de tarefas e recebendo todo tratamento que necessitam, poderão desenvolver-se não somente fisicamente, mas

também intelectualmente e socialmente, oferecendo a estes uma satisfatória qualidade de vida que nas ruas ou em lares em crise jamais poderiam ter.

É no acolhimento institucional que realizam um grande número de atividades, desempenham papéis e funções e interagem, abrindo espaço para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto estável. Assim, embora a institucionalização geralmente esteja relacionada a sofrimento, os acolhimentos institucionais podem proporcionar um espaço seguro e protetivo, possibilitando acolhimento e relações satisfatórias. (SIQUEIRA, DELL'AGLIO, 2006, p. 408).

4.2 INOVAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA

Os acolhimentos institucionais atualmente servem basicamente como um abrigo, provendo as crianças e adolescentes de um “teto” para viver, alimentação, vestimenta etc., entretanto isso não é o suficiente para “tratar” esses indivíduos dos prejuízos internos que no decorrer de suas vidas já enfrentaram.

Tendo em vista essa deficiência, esta proposta de Centro de Apoio aos menores em vulnerabilidade social irá desenvolver um ambiente inovador para a área.

Utilizando-se de ambientes onde os cuidadores possuam mais preparo e entre eles seja aberto vagas para voluntários, que dão o melhor de si para amparar as crianças e adolescentes, e como o gesto do bem é contagiante em pouco tempo o local pode ser exemplo de tratamento com afetividade que é o mais importante para as crianças nesse estado.

A proposta para o projeto é proporcionar para as crianças e adolescentes a opção de morar num local acolhedor, onde poderão usufruir de um amplo espaço, com diversas atividades coletivas e também individuais, pois cada pessoa reage e tem necessidades diferentes.

Uma edificação além de cumprir suas funções de usos, deve intensificar a vida de seus usuários, estimulando seus sentidos. Portanto através da obra a arquitetura é capaz de explorar a sensação de realidade e identidade pessoal, reforçando-a por meio da integração entre espaços vivenciados, pessoas e suas experiências de mundo. (PALLASMAA, 2011, p. 11).

O projeto contará com uma proposta de Arquitetura sensorial (Figura 09), levando em conta os 5 sentidos dos menores, para que os ambientes sejam os mais acolhedores possíveis,

trabalhando com sons, cores, texturas, cheiros e paladares, interferindo no estado de espírito dessas crianças e provocando reações e melhorias psicológicas expressivas.

Figura 9. Arquitetura sensorial como forma de absorver a diversidade de pessoas e necessidades



Fonte: Frota, T. (2009).

De acordo com Pallasmaa (2011), é do ambiente onde vive que a pessoa absorve as sensações e constrói sua "identidade pessoal", e a Arquitetura possui um papel fundamental neste processo através da escolha dos materiais e a sua relação com o

lugar de implantação e também o uso das cores e da luz, já que podem refletir no humor das crianças que utilizarão o ambiente, assim:

A sensação é um acontecimento psicológico que surge da ação dos estímulos externos sobre os órgãos dos sentidos humanos. É através das sensações que o indivíduo se relaciona com o próprio organismo, com o mundo e tudo que está à sua volta. Quanto mais os sentidos de uma pessoa estiverem desenvolvidos, mais variadas e delicadas serão suas sensações. A sensação divide-se em três grupos:

- a) A sensação interna reflete movimentos da parte isolada do corpo humano, capta estímulos externos, conduz aos órgãos responsáveis pela coordenação motora, do equilíbrio e das funções orgânicas.
- b) A sensação externa é a resposta que o órgão de determinado sentido tem aos estímulos que atuam sobre ele.
- c) Sensação especial é a manifestação da sensibilidade, exemplo disso é a fome, fadiga, sede, etc. (LIMA, 2010, p. 23).

A proposta de projeto arquitetônico do centro de apoio visa a utilização de materiais locais para favorecer a melhoria da sensação térmica nos ambientes, e também para resgatar a valorização da cultura local nas crianças e adolescentes frequentadores.

5 ASPECTOS TÉCNICOS

5.1 UMA PROPOSTA SUSTENTÁVEL

A elaboração de uma proposta arquitetônica de um tema complexo como é um centro de apoio a menores vulneráveis deve se preocupar com diversos fatores e um deles é a sustentabilidade, ou seja, deve cumprir com seu papel social, econômico e também ambiental (tripé da sustentabilidade) e levando em consideração também os princípios da “Carta da Terra”, onde nos deixa claro que se as medidas não forem tomadas para assegurar a sustentabilidade o planeta entrará em colapso.

Assim sendo, a proposta deve ser eficiente em todos os sentidos, ser acessível, integrar os espaços e pessoas e desenvolver um projeto que minimize os danos ambientais, reduzindo o uso de materiais convencionais de construção, visando o baixo consumo de energia tanto de iluminação, refrigeração e aquecimento, e dar ênfase as fontes de energia renováveis.

5.1.1 MATERIAIS E TÉCNICAS SUSTENTÁVEIS PROPOSTOS

A escolha dos materiais para a proposta ser o menos prejudicial possível ao meio ambiente seguiu critérios como a origem da matéria-prima, a extração, o processamento, os gastos com energia para transformação, possíveis emissões de poluentes, biocompatibilidade, durabilidade, tudo isso aliados a qualidade.

Possibilitando assim uma melhoria significativa na qualidade de vida de seus usuários/habitantes e do próprio entorno.

Essa “triagem” de materiais e técnicas devem estar de acordo com a geografia do entorno, com a história local, buscando meios para valorizá-la, tipologias, ecossistema, condições climáticas, e as características sociais, das proximidades do ambiente de implantação da obra, por exemplo:

- Energia solar fotovoltaica: Imprescindível o uso desta energia limpa na proposta, pois esta é uma região riquíssima em energia solar, sendo que será utilizada durante todo o ano e é inesgotável.

A energia solar fotovoltaica (Figura 10) é a tecnologia a que se recorre para recolher a energia gerada pelo sol. Energia que depois é possível usar nos nossos lares.

Figura 10: Painéis solares



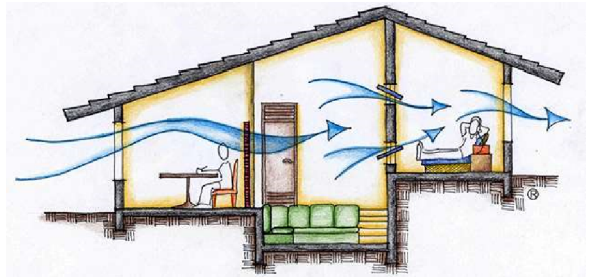
Fonte: Reis, P. (2019).

Para Reis (2019, s/p), “a energia solar é a energia obtida a partir da conversão direta da luz do sol em eletricidade”.

Será proposta esta energia renovável para o centro de apoio, para suprir parte de sua demanda.

• **Ventilação cruzada:** a ventilação cruzada (Figura 11), se dá através de aberturas (janelas ou portas) que serão posicionadas direcionando as correntes de ar. O local em que as aberturas devem ser posicionadas devem estar voltadas para a direção dos ventos dominantes (NOROESTE), garantindo a eficaz ventilação natural.

Figura 11: Ventilação cruzada

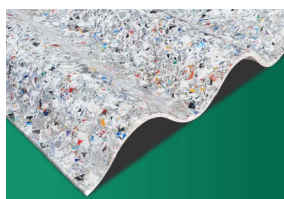


Fonte: Guss, J. (2018).

• **Telha ecológica/ tetra pak:** estas telhas atendem a interesse de ordem ambiental e de saúde pública, pois essa fabricação estimula a reciclagem de materiais para os quais os destinos mais comuns seriam os lixões ou aterros sanitários.

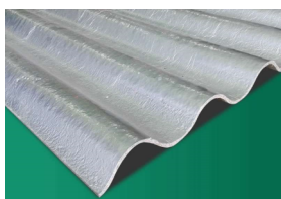
Existe a telha ecológica normal (Figura 12) e a telha ecológica com manta térmica (Figura 13) que segundo o Guia das soluções (2018), “são revestidas em alumínio, com acabamento metálico em um dos lados, reduzindo em até 85% a temperatura ambiente além de deixá-la mais resistente”. A opção com manta térmica é a que será proposta para o centro de apoio.

Figura 12: Telha Ecológica Tetra Pak simples



Fonte: Guia das soluções, 2018

Figura 13: Telha Ecológica com manta térmica



Fonte: Guia das soluções, 2018

- Brises verticais: Os brises (Figura 14) são muito importantes pois fazem uma barreira contra a incidência solar direta impedindo que estas cheguem até as paredes dos ambientes, possibilitando a redução do calor recebido por elas. São grandes

aliados para melhoria da eficiência energética dos ambientes internos, reduzindo consumo de energia para resfriamento, além de possibilitar a iluminação e a ventilação natural.

Figura 14: Brises Verticais em madeira



Fonte: FINOTTI, L. (2018).

5.1.2 INFRAESTRUTURA VERDE

Com o mundo em alerta e a pegada sustentável ganhando cada dia mais importância é indispensável ao elaborar uma

proposta, principalmente de cunho social e educacional aplicar os princípios da infraestrutura verde.

A infraestrutura verde segundo Bueno e Ximenes (2011, p.130), “contribui para a preservação da qualidade do ar e para as mudanças climáticas; principalmente ao combate às ilhas de calor”, pois nos grandes centros, geralmente com solo impermeabilizado é muito comum a concentração de calor.

Dessa forma, para Schutzer (2014, p. 19), a Infraestrutura Verde é:

[...] composto pelos sistemas que promovem a proteção e conservação dos biomas locais e regionais, como os sistemas de Parques Naturais e áreas de preservação ambiental, de Parques Urbanos (concêntricos e lineares), de arborização urbana e áreas verdes (espaços livres públicos: praças e acompanhamento viário), e espaços livres privados, bem como o manejo e proteção da fauna urbana e silvestre; e da adequação do meio urbano à ocorrência dos processos naturais. Neste último sentido, cabe incluir a pesquisa, a regulamentação e o apoio à implementação de soluções de arquitetura e urbanismo sustentável de bioengenharia nas demais infraestruturas urbanas, bairros e edificações. (SCHUTZER, J.G. 2014, p.19).

Desse modo, será proposto um ambiente de grande valorização do meio ambiente, onde a vegetação do bioma da região contribuirá para uma melhoria da qualidade do ar do local e do entorno próximo.

Para a pavimentação da área de estacionamento será proposto o asfalto de borracha (Figura 15) como mais uma medida que viabiliza a reciclagem, beneficiando o meio ambiente.

Figura 15: Esquema da produção do asfalto de borracha



Fonte: Figueiredo, M. 2013.

Nas áreas de vagas dos veículos e nas calçadas o piso permeável/drenante que além de atêrmicos e antiderrapantes, são ecológicos e jardins de chuvas favorecendo o escoamento de água

e acúmulo dos excessos, formando poças que infiltram gradualmente no solo, auxiliando o sistema de drenagem a trabalhar dentro de sua capacidade mesmo durante os maiores picos de precipitação.

5.2 PROJETOS DE REFERÊNCIA

5.2.1 MORADIAS DOS ALUNOS DA FUNDAÇÃO BRADESCO

Este projeto está localizado em Formoso do Araguaia, Tocantins, Brasil. É da categoria escola/ internato, possui aproximadamente 25 mil m² e seu terreno 60 mil m². Projeto do ano de 2017 dos escritórios brasileiros Aleph Zero e Rosenbaum.

O principal motivo de escolha deste projeto foi a utilização de materiais disponíveis na região, a preocupação com o meio ambiente e o fato de os arquitetos terem levado em consideração a cultura local para a elaboração do mesmo, tornando o local muito mais atrativo e acolhedor para os usuários que são internos e passam a maior parte do ano no local.

O projeto (Figura 16) utilizou uma arquitetura que resgata as origens e o que o local tem a oferecer em termos de materiais e capacidade de interagir com o edifício, assim valorizou-se a cultura que possui origens indígenas valorizando as técnicas construtivas e materiais locais.

“Este projeto busca fortalecer a compreensão da arquitetura como uma ferramenta para a transformação social, uma ferramenta que transcende a construção e cria uma conexão profunda entre os jovens e seus ancestrais e conhecimento”. (Marcelo Rosenbaum e Adriana Benguela, diretores da Rosenbaum)

Figura 16. Vista da moradia infantil de Tocantins



Fonte: FINOTTI, L. (2018).

O projeto que venceu o Prêmio Internacional RIBA 2018 oferece acomodação para 540 crianças que frequentam a Escola Canuanã. O Prêmio Internacional RIBA é concedido a cada dois anos para um edifício que exemplifique a excelência em projeto e proporcione um impacto social significativo. Moradias Infantis foi reconhecido por sua visão em imaginar a arquitetura como uma ferramenta para a transformação social (Figura 17).

Figura 17. Escola moradia integrada à natureza e a sociedade



Fonte: FINOTTI, L. (2018).

Combinando uma estética contemporânea com técnicas tradicionais, a obra foi descrita pelo júri como "reinventando o vernáculo brasileiro". O edifício é construído com recursos locais e baseado em técnicas locais. Blocos de terra feitos à mão no local foram usados para construir as paredes e treliças, escolhidos por suas propriedades térmicas, técnicas e estéticas (Figura 18). Além de ser rentável e ambientalmente sustentável, esta abordagem cria um edifício com fortes ligações ao meio envolvente (Figura 19) e à comunidade que serve.

Figura 18. Materiais vernaculares (blocos de terra feitos a mão e madeira)



Fonte: FINOTTI, L. (2018).

Figura 19. Edifício totalmente integrado ao meio ambiente



Fonte: FINOTTI, L. (2018).

5.2.2 ROEBOURNE CHILDREN AND FAMILY CENTRE

Este projeto está localizado em Roebourne, Austrália. É da categoria creche, área construída não identificada. Projeto do ano de 2014 do escritório Iredale Pedersen Hook Arquitetos.

Este projeto (Figura 20), abriga crianças e adolescentes desamparados, possui espaços destinados a acolher as famílias e

grupos de organizações sociais. Um projeto em parceria com o projeto Nacional de Desenvolvimento da Infância, com intuito do governo de melhorar a vida de todos. Além disso o projeto busca uma estrutura adequada para promover a cultura local e incentivar a autonomia das crianças.

Figura 20-Fachada principal do Roebourne and Family



Fonte: BENNETS, P. (2015).

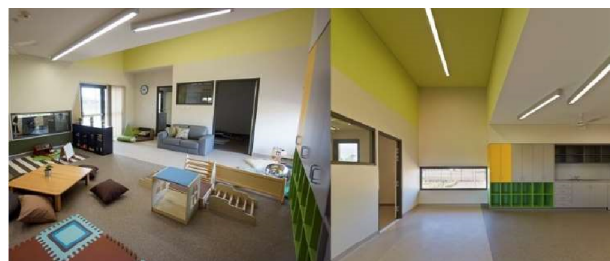
Concebido para fornecer cuidados infantis licenciados principalmente para Famílias Aborígenes da região fortalecendo o vínculo com a cultura local.

Está instalado onde era um antigo Albergue Aborígine, ou seja, tem fortes lembranças para o povo de Roebourne, assim, foi mantido traços do edifício antigo no paisagismo e locais de pedras características e árvores no terreno.

O projeto possui duas formas retangulares simples, o Centro de Puericultura e a Família, centralizados por uma varanda ondulante que abaixa a escala das formas simples e atua como elemento de orientação e localização da estrada principal.

Os interiores dos pavilhões são articulados, variando as alturas do teto e cores através dos espaços para adicionar interesse (Figura 21). As janelas (Figura 22) mudam de altura de acordo com as crianças, as cores e os materiais variam para fornecer estimulação e orientação.

Figura 21-Variação das alturas do teto



Fonte: BENNETS, P. (2015).

Figura 22- Janelas com diferentes cores e peitoris



Fonte: BENNETS, P. (2015).

As áreas de atividade externa são amplamente sombreadas e localizadas para serem protegidas dos ventos fortes na estação seca.

A separação dos pavilhões permite que todas as funções ocorram ao mesmo tempo sem perturbar os usuários do edifício, e ao mesmo tempo há uma fácil ligação entre ambos por caminhos cobertos.

Localizadas externamente, as áreas de puericultura⁹ têm caixas de areia cobertas com água e recursos de torneiras e chuveiros simples, além de grama e áreas nativas locais (Figura 23).

⁹ Conjunto de noções e técnicas voltadas para o cuidado médico, higiênico, nutricional, psicológico etc., das crianças pequenas, da gestação até quatro ou cinco anos de idade.

Figura 23-Caixa de areia e torneiras para atividades externas



Fonte: BENNETS, P. (2015).

Estas áreas apoiam a filosofia do “jogo da natureza” onde entende-se que a brincadeira ao ar livre é fundamental para uma infância plena e saudável, além disso o projeto apoia o envolvimento da comunidade com o espaço. Uma característica marcante é que o prédio é cercado, mas não parece institucional ou hostil.

O projeto buscou abordagens sustentáveis, incorporando o tripé da sustentabilidade¹⁰. Para o quesito social os resultados deste

¹⁰ Tripé da Sustentabilidade: econômica, ambiental e social.

projeto só serão verdadeiramente evidenciados após um período de operação. Ambientalmente falando, buscou-se minimizar as cargas de calor nas janelas e para permitir a passagem de brisa pelo prédio com ventiladores de teto quando o clima é ameno para minimizar o uso de energia. Economicamente, a instalação foi projetada com um baixo custo de ciclo de vida. Os materiais foram selecionados por sua durabilidade e baixa necessidade de manutenção.

5.2.3 ESCOLA RATCHUT / DESIGN IN MOTION

Este projeto está localizado na Tailândia. É da categoria escola, possui aproximadamente 1.100,00 m². Projeto do ano de 2016 dos arquitetos Pakapong Leelatian, Narin Bunjun, Sirin Vanichvoranun.

Este projeto (Figura 24), foi escolhido por refletir o ambiente de aprendizado ideal para a pedagogia "Montessori"¹¹, assim a área de aprendizado é dividida em vários "ambientes" de pequeno porte, onde todas as crianças podem se sentir em casa quando estão na escola, sendo assim muito importante para um

¹¹ Segundo esta pedagogia a escola deve se assemelhar a uma casa, muito mais do que a uma típica sala de aula.

ambiente institucionalizado, os menores estariam realmente sentindo-se em casa, conforme exige o Estatuto da criança e adolescente-ECA.

Figura 24- Fachada com diferentes cores, texturas e movimentos



Fonte: WONGWAN, K. (2018).

Assim, o layout dos ambientes foi projetado para estar correlacionado com as atividades de cada aluno e levou em consideração que a natureza é o melhor ambiente de aprendizado e por isso foi planejado para apoiar o auto-aprendizado (característica da Montessori), das crianças com a integração de espaços internos e externos (Arquitetura e Paisagem), criou-se

diversos tipos de atividades com elementos da "natureza", respeitando a fase de desenvolvimento de cada criança, incluindo “cavernas, areia, montanhas e árvores”.

Para a “caverna” foi projetado uma estrutura de madeira na entrada da escola onde os espaços entre os planos permitem a passagem da luz natural, para a “areia” foi utilizado no playground em volta da edificação para facilitar o desenvolvimento do tato nas crianças pequenas, para a "montanha" foi usada na quadra e áreas adjacentes, onde as crianças podem correr e utilizar o espaço para uma experiência de aprendizagem ao ar livre e as “árvores” são plantadas para fornecer sombra aos espaços de aprendizagem ao ar livre (Figura 25).

Figura 25- Representação da caverna, areia, montanha e árvores



Fonte: WONGWAN, K. (2018).

Este projeto também inclui um edifício para os pais e dois edifícios para salas de aula, interligados por corredores cobertos (Figura 26).

Figura 26- Circulações externas cobertas



Fonte: WONGWAN, K. (2018).

O edifício foi pintado em tons de cinza alternado com ripas de madeira (ajuda a filtrar a luz do sol e limitar a visão das crianças para o exterior, diminuindo as distrações) para criar uma sensação suave e aconchegante. A arquitetura simples permite que as

crianças entendam facilmente o layout do projeto todo proposto de acordo com a pedagogia Montessoriana (Figura 27).

Figura 27-Mobiliários e janelas adaptados a pedagogia Montessori



Fonte: WONGWAN, K. (2018).

As salas de aula propostas em tamanhos menores atendem diferentes atividades, inspirado na casa de uma criança, onde é possível brincar, aprender e desenvolver diferentes habilidades e conhecimentos. Assim, uma "sala menor" é mais adequada e mais estimulante para as crianças do que uma típica grande sala aberta.

5.1.4 MATRIZ DE ANÁLISE

Tabela 3: Síntese análise comparativa dos Projetos Referenciais

| ATRIBUTO | VARIÁVEIS | PROJETOS REFERENCIAIS | | |
|--------------------|--|--|--|--|
| | | CASO 1 | CASO 2 | CASO 3 |
| ESTRUTURA FÍSICA | Situação Atual | Em funcionamento | Em funcionamento | Em funcionamento |
| | Localização | Brasil | Austrália | Tailândia |
| | Metragem (m²) | 25.000,00 m² | - | 1.100,00m² |
| | Partido Arquitetônico | Vernacular | Sustentabilidade | Natureza/sustentabilidade |
| | Ambientes Projetados | Vivência, refeitório, dormitórios, banheiros, espaço para leitura, jardins, varanda, redários e auditório. | Centro de Puericultura, espaço família, varandas, pavilhões. | Salas menores de acordo com a pedagogia, edifício para os pais, espaços de vivência. |
| | Materiais construtivos | Tijolos de solo cimento, madeira, palha de buriti. | Alvenaria, metal, vidros | Alvenaria, vidros e madeira |
| | Sistema Construtivo | Técnicas construtivas regionais | Convencional | Convencional |
| | Condicionantes ambientais | Clima | Clima | Clima |
| Sistema energético | Iluminação natural, ventilação cruzada, inércia térmica. | Iluminação natural, ventilação cruzada. | Iluminação natural, ventilação cruzada. | |

| | | | | |
|--|-----------------------------------|--|---------------------------|----------------------------|
| | Instalações complementares | Habitação feminina e habitação masculina | Espaço para pais e filhos | Espaço para pais e filhos. |
| | Entorno | Rural | Residencial | Residencial/comercial |

Para o desenvolvimento da proposta de Centro de Apoio será utilizado como referência principal o projeto 1, Morádias dos alunos da Fundação Bradesco, por ser um projeto brasileiro e de um clima semelhante ao de Várzea Grande-MT, bem como a utilização da madeira, brises, ventilação cruzada, e da iluminação natural como forma de interação interno/externo que se faz presente por meio dos jardins.

O projeto 2, Roebourne Children and Family da Austrália contribuirá com a forma de seus caminhos cobertos e a conexão com a natureza, e do projeto 3, Escola Ratchut da Tailândia, será utilizado como referência os brises em madeira e os elementos da natureza caverna, areia, montanha e árvores.

6 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os aspectos metodológicos desta proposta baseiam-se em conceitualização do tema através de pesquisa bibliográfica em materiais já publicados a fim de entender melhor quem são e como são tratados os menores em vulnerabilidade social e também nas normativas que regem a temática, pois é um tema que trabalha com grande fragilidade dos indivíduos que farão uso do local e nortearão o desenvolvimento da proposta.

6.1 UMA PROPOSTA PROJETUAL

Para definir a proposta do Centro de apoio a menores em vulnerabilidade social, primeiramente é necessário analisar diversos fatores, como o entorno do local, o clima, a topografia, características da população residente nas proximidades, entre outras condicionantes. Posteriormente será proposto o programa de necessidades, pré-dimensionamento e setorização dos ambientes levando-se em consideração as normativas pertinentes ao tema proposto.

6 .1.1 O OBJ ETO

O objeto de estudo inicialmente é a necessidade de implantação de um Centro de Apoio que atendesse as necessidades dos menores da região de Várzea Grande-MT, e que trouxesse humanização e novas perspectivas aos usuários desse tipo de ambiente, pois no local não existe um ambiente próprio e adequado para as atividades que necessitam realizar.

6 .1.2 CONCEITO ESTRUTURANTE

O que estruturou o desenvolvimento da proposta foi a integração do espaço com a sociedade, pois essas crianças e adolescentes precisam sentir-se incluídas e valorizadas, e é relacionando-se com as crianças do entorno que isso começa acontecer.

A integração acontece por meio das praças e jardins, tanto as que dão acesso ao centro, quanto aos espaços internos que foram pensados para interação paralela ao aprendizado e formação pessoal.

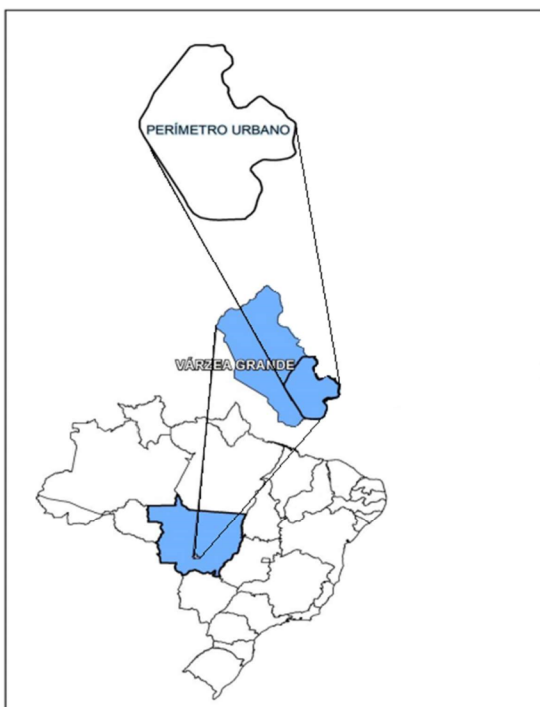
Sendo assim, a natureza se põe presente em forma de praças e jardins envolvendo todo o edifício a fim de melhorar a qualidade do ar e criar um microclima local, juntamente com fontes e espelhos de água.

Quanto aos edifícios, o conceito principal está na utilização de materiais sustentáveis como a telha ecológica, compondo a arquitetura com uma implantação de tipologia indígena na disposição dos ambientes, tornando o espaço atrativo, acolhedor e de extrema valorização cultural.

7 REG IÃO ESCOLH IDA

Como objeto de estudo, foi escolhido o Município de Várzea Grande-MT (Figura 28), o qual faz divisa com a Capital Cuiabá-MT.

Figura 28: Mapa Brasil/Mato Grosso/Várzea Grande



Fonte: Silva, (2016).

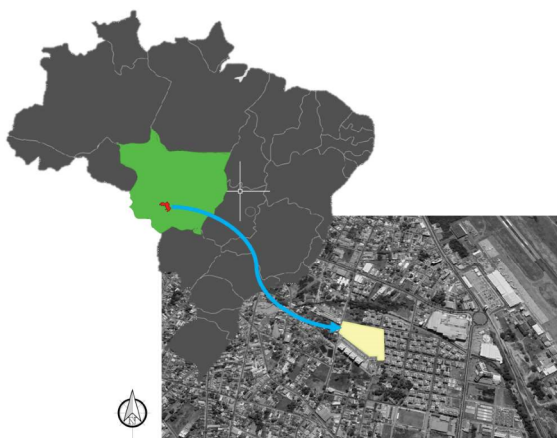
De acordo com dados da Prefeitura, Várzea Grande é um município brasileiro do estado de Mato Grosso, na região Centro-Oeste do país. Pertence à Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá. Situada à margem direita do Rio Cuiabá, está a 7 km a leste da capital mato-grossense e ocupa uma área de 1.048,210 km².

É a “segunda cidade mais populosa do estado, a 7º mais populosa da região Centro-Oeste e a 97º mais populosa do país”, sua população estimada pelo IBGE para “1º de julho de 2018 era de 282.009 habitantes”.

7.1 ESTUDO DO ENTORNO

O terreno escolhido (Figura 29), localiza-se na parte central da cidade de Várzea Grande-MT, entre as vias: Rua Governador Pedro Pedrossian uma via de tráfego mais intenso e Rua Valdecaes, cujo tráfego de veículos é bem calmo.

Figura 29:Localização geográfica do terreno



Fonte: Google Earth, (2018). Org pela autora.

7.1.2 JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DO TERRENO

A principal justificativa de escolha deste terreno foi devido a sua localização central (Bairro Centro Sul), que atenderá uma grande parcela da população, sendo de fácil acesso a diversos pontos de interesse do local.

O terreno possui uma área de 23 mil m², é um local que está em constante evolução, havendo uma infraestrutura básica eficaz como rede de água tratada, coleta de lixo, pontos de ônibus, escola, unidades de saúde, polícia, shopping, terminal rodoviário, aeroporto, supermercados, etc.

Possui fácil acesso por estar na região central, sua via de acesso principal é a Rua Governador Pedro Pedrossiam (Via Coletora) e a Rua Valdecaes (Via Local) na lateral do terreno como secundária, além disso, possui um espaço amplo e de pouco desnível topográfico, tornando a implantação do Centro de apoio mais econômica sem intervenções no meio ambiente e tornando-o mais acessível.

Esta área foi definida levando diversos critérios em consideração, tanto a proximidade de pontos importantes para as crianças e adolescentes que farão uso do espaço como as escolas, de onde sairão para frequentar o centro de apoio, e muito importante é a Polícia Militar, pois assim estarão em um local mais seguro.

É um local de fácil acesso, em uma rua cujo trânsito flui bem, e está próximo ao terminal rodoviário André Maggi e Aeroporto Internacional Marechal Rondon.

No local não há uma formação vegetal por ter sido área de apoio a uma construção de prédios na lateral e foi desmatado, porém é um terreno grande onde se pode criar um novo paisagismo e envolvê-lo com a edificação do centro de apoio, favorecendo atividades ao ar livre possibilitando maior interação com a sociedade local.

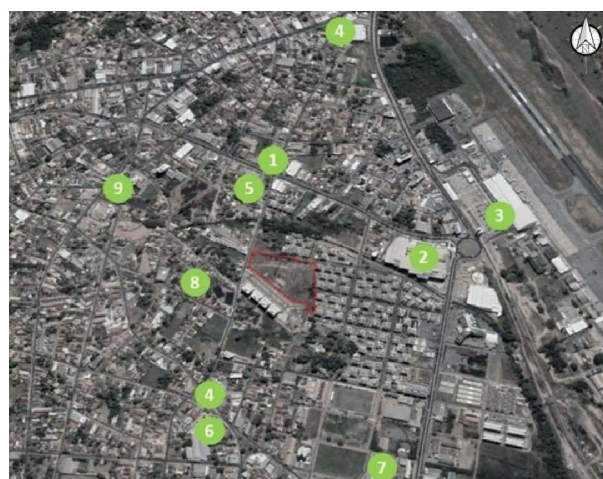
Para melhor aproveitamento dos ventos dominantes da região (Noroeste), a fachada ficará voltada para o Leste, serão criados caminhos entre as edificações contribuindo assim para uma ventilação cruzada, tanto entre as edificações como nos seus interiores.

Quanto a insolação, a fachada principal ficará voltada para o sol da tarde, pois será a parte de menor porção do terreno, com isso, internamente as edificações serão distribuídas a fim de que haja um bom aproveitamento da luz solar, sem comprometer a temperatura dos ambientes que estarão inseridos entre a nova vegetação proposta, que levará em consideração o bioma local.

7.1.3 PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS DO ENTORNO

Para início da proposta foi pensado no entorno e nos equipamentos que poderiam contribuir com ela, assim ponderando a importância de cada um (Figura 30):

Figura 30: Equipamentos do entorno



Quadro de legenda:

| | |
|---|------------------------------|
| 1. Polícia Militar | 6. Escola Instituto Jaiminho |
| 2. Várzea Grande Shopping | 7. UPA |
| 3. Aeroporto Int. Marechal Rondon | 8. Defensoria Pública |
| 4. Supermercados | 9. Supermercado |
| 5. Escola Est. Prof. ^a Adalgisa Barros | 10. Terminal Rodoviário |
| | Área do Projeto |

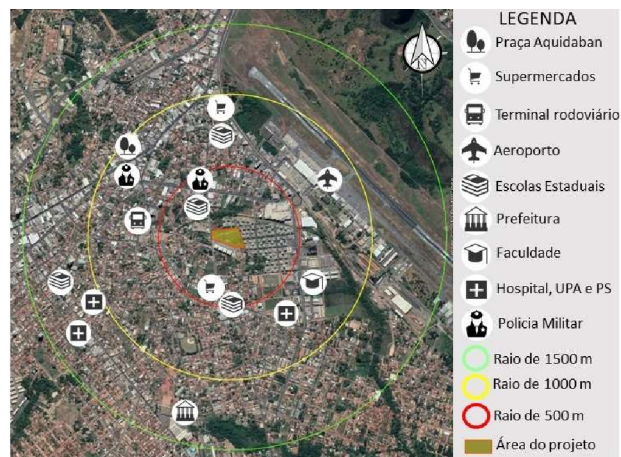
Fonte: Google Earth, (2018). Org pela autora (2019).

7.1.4 APROXIMAÇÃO DO LOCAL

Utilizou-se da análise de raios de abrangência (Figura 31) para verificar os equipamentos públicos e privados que colaboram diretamente e indiretamente com o Centro de Apoio dentro das distâncias de 500, 1000 e 1500 metros.

Os principais equipamentos encontrados são de educação, saúde, transporte, comércio, prefeitura, uma praça e postos policiais.

Figura 31: Proximidades do local num raio de 1500 metros



Fonte: Google Earth, (2018). Org pela autora.

7.1.5 HIERARQUIZAÇÃO VIÁRIA E TRANSPORTE PÚBLICO

A área de implantação possui acesso a uma importante via do município, a Av. Senador Filinto Muller, sendo uma localização privilegiada de fácil acesso e deslocamento para os pontos de

interesse do local assim como da comunidade para o Centro de Apoio.

As vias no município de Várzea Grande são classificadas de acordo com a LEI N.º 3.112/2007, como:

Art.5º As vias que integram o Sistema Viário ficam classificadas, de acordo com sua função e importância, conforme indica o Mapa de Hierarquia do Sistema Viário, em:

- I. Via Regional;
- II. Via Perimetral;
- III. Via Arterial;
- IV. Via Radial;
- V. Via Coletora;
- VI. Via Parque;
- VII. Via Local;
- VIII. Vias Rurais;
- IX. Ciclovias. (LEI N.º 3.112/2007).

Sendo que no terreno escolhido temos a seguinte hierarquização de influência: Avenida Senador Filinto Muller uma via Arterial, rua Governador Pedro Pedrossian uma via Coletora e a rua Valdecaes como uma via Local (Figura 32).

Figura 32: Mapa de hierarquização viária e transporte público



Fonte: Org. pela autora, 2019.

7.1.6 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Para verificar as reais situações do terreno atualmente, foi realizado um levantamento fotográfico in loco registrando todas as extremidades (Figura 33). Com isso pode-se perceber que o terreno foi canteiro de obras da construção de um residencial ao lado, sendo assim teve suas curvas de níveis mais acentuadas aterradas, hoje ele praticamente não possui desníveis.

Figura 33: Posição da câmera fotográfica



Fonte: Google Earth, 2018. Org. pela autora, 2019.

Figura 34: Vista Norte do terreno



Fonte: Acervo próprio, 2019.

Figura 35: Vista Oeste do terreno



Fonte: Acervo próprio, 2019.

Figura 36: Vista Sudoeste do terreno



Fonte: Acervo próprio, 2019.

Figura 37: Vista Sul do terreno



Fonte: Acervo próprio, 2019.

7.2 ESTUDO DAS CONDICIONANTES FISICO-ESPACIAIS

7.2.1 SETORES DE INTERVENÇÃO

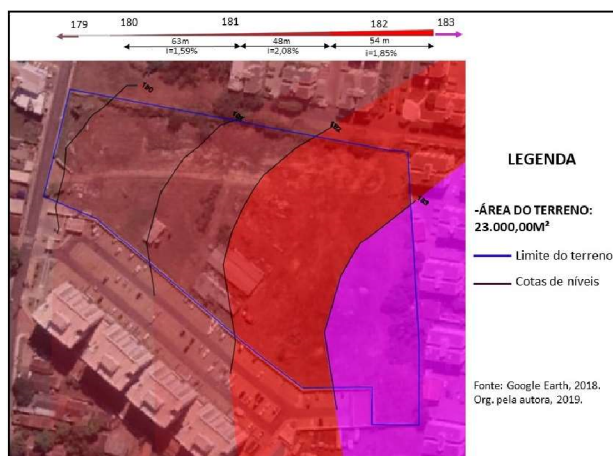
O terreno possui uma área total de aproximadamente 23 mil m², que será toda ocupada para o projeto do Centro de Apoio. A menor parcela será para as edificações e a maior parte para áreas de praças, jardins, pomar, horta e caminhos para contemplação da natureza, sendo que é uma forma de renovação do ser humano e assim refazendo toda sua cobertura vegetal e melhorando a qualidade do clima local.

7.2.2 TOPOGRAFIA

O terreno escolhido que é confrontado pelas ruas Governador Pedro Pedrossian e rua Valdecaes possui pouco desnível entre uma extremidade e outra

No nível inicial temos a curva de 179-180 e no nível final temos 183 metros, sendo assim uma diferença de 3 metros, isso, aliado a grande dimensão longitudinal do terreno as declividades se tornam suaves (Figura 38).

Figura 38: Planta planialtimétrica



Fonte: Google Earth (2018). Org. pela autora, 2019.

Essa diferença de 3 metros no total que se inclina suavemente da entrada até a extremidade oposta do terreno, possibilitou uma boa acessibilidade à edificação, sem necessidade de maiores investimentos em aterramentos.

As cores da figura a seguir (Figura 39) representam o ponto mais alto em branco com 229 metros de altitude e o ponto mais baixo em verde escuro com 144 metros.

O terreno escolhido está localizado próximo do nível 190, na região rosa do mapa.

Figura 39: Topografia do terreno e da cidade de Várzea Grande-MT

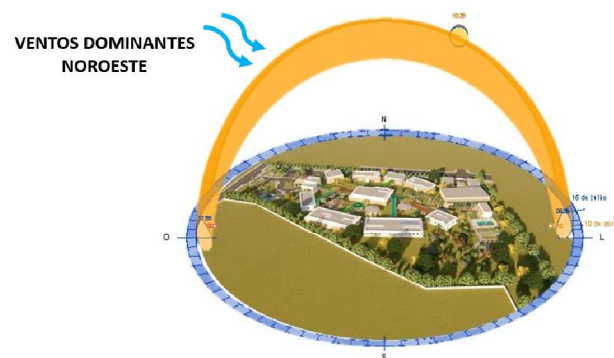


Fonte: Topographic-map, 2018. Org. pela autora, 2019.

7.2.3 INSOLAÇÃO E VENTOS DOMINANTES

Para identificar como a insolação influenciaria no desempenho térmico do terreno, foi realizado um estudo simulando o caminho do sol durante o ano (Figura 40).

Figura 40: Estudo de insolação e ventos dominantes incidentes no terreno



Fonte: Org. pela autora, 2019.

Este estudo é importante para posteriormente definir como consistiria a instalação das edificações para uma melhor eficiência energética e conforto dos usuários, levando em consideração o

aproveitamento dos ventos dominantes para a ventilação cruzada e determinando uma proteção solar para a fachada já que é necessário estar voltada para o sol poente (Oeste) por ser a principal via de acesso ao terreno.

O resultado deste estudo solar foi que durante o solstício de inverno o caminho do sol se dá afastado do terreno ao Norte, assim sem incidência direta nas edificações, porém no solstício de verão o caminho que o sol percorre passa exatamente sobre o terreno, havendo maior incidência solar no mesmo.

7.2.4 CLIMA

A cidade de Várzea Grande assim como Cuiabá tem o clima tropical quente úmido, cuja amplitude térmica varia de 12°C à 32°C.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Várzea Grande (2013), o inverno, nos últimos tempos tem sido mais rigoroso, porém a estação é muito seca e nessa época do ano há a prática de queimadas prejudicando a saúde e fazendo com que a umidade relativa do ar caia para até menos de 13 %. Também é a estação

mais quente, com o tempo seco e com baixos índices de umidade relativa nesta época a temperatura chega aos 40°C.

O verão é muito quente com temperaturas que variam de 22°C à 38°C, porém é também a estação que mais chove.

De acordo com isso vem a importância de um projeto com entorno todo arborizado, a presença de ventilação cruzada e energia fotovoltaica já que possui sol o ano todo.

7.2.5 VEGETAÇÃO

A vegetação típica da região é cerrado na área Leste, pantanal na área Oeste e floresta amazônica a Noroeste, abrangendo, portanto, 3 diferentes biomas.

Entretanto, analisando o terreno não foi identificada uma vegetação arbórea nativa, somente vegetação rasteira posterior a obras que desmataram o local, com isso a proposta é levar uma vegetação que contemple os 3 biomas.

7.3 PARTIDO ARQUITETÔNICO

7.3.1 PARTIDO ADOTADO PARA A IMPLANTAÇÃO

A elaboração da proposta levou em consideração a valorização das raízes da região.

Para a definição do Partido que seria utilizado no desenvolvimento deste projeto foram analisadas algumas características das aldeias indígenas e foi escolhido para a implantação do Centro de apoio principalmente a disposição dos edifícios conforme é feito nas aldeias (Figura 41), possibilitando projetar uma releitura dessa arquitetura que possui grande importância para o local, sendo as raízes da região que é pouco valorizada.

Figura 41: Vista aérea de aldeia indígena Kalapalo, Xingu-MT



Fonte: Soares, R. (2007).

Com esse formato de implantação busca-se a integração total entre os usuários, sendo uma característica importante para a eficiente inclusão social tão almejada desde trabalho.

Os edifícios em volta foram planejados para conter as áreas de aprendizagem e moradia do acolhimento e a parte central as áreas de vivência, assim como acontece em uma aldeia indígena.

Essa disposição de ambientes em formato de aldeia também fortalece outro conceito que norteou desde a escolha do tema até a elaboração da proposta que é a filosofia Ubuntu: “A Filosofia Africana que nutre o conceito de humanidade em sua essência” onde para eles todos são iguais e merecem o mesmo tratamento (Figura 42).

Figura 42: Crianças de aldeia africana que seguem o Ubuntu



Fonte: Espaço Ubuntu, 2018.

Para Espaço Ubuntu (2018), nesta filosofia uma sociedade é sustentada pelos pilares do respeito e da solidariedade, trata da importância das alianças e do relacionamento das pessoas, umas com as outras, eles têm consciência de que uma pessoa é afetada quando seus semelhantes são diminuídos/oprimidos.

Há uma lenda a respeito de crianças de uma aldeia Africana que segue esta filosofia:

Um antropólogo visitou um povoado africano. Ele quis conhecer a sua cultura e averiguar quais eram os seus valores fundamentais. Assim que lhe ocorreu uma brincadeira para as crianças. Ele colocou um cesto de frutas perto de uma árvore. E disse o seguinte às crianças:

– A primeira que chegar à árvore ficará com o cesto de frutas.

Mas, quando o homem deu o sinal para que começasse a corrida em direção ao cesto, aconteceu algo inusitado: as crianças deram as mãos umas a outras e começaram a correr juntas. Ao chegarem ao mesmo tempo todos desfrutaram do prêmio. Eles se sentaram e repartiram as frutas.

O antropólogo lhes perguntou por que tinham feito isso, quando somente um poderia ter ficado com todo o cesto. Uma das crianças respondeu:

– ‘Ubuntu’. Como um de nós poderia ficar feliz se o resto estivesse triste?

“Sou quem sou porque somos todos nós”. (ESPAÇO UBUNTU, 2018).

Esta narrativa serve para melhor exemplificar o que fez pulsar pela escolha desta filosofia como parte complementar do Partido Arquitetônico da presente proposta pois assim como essas crianças africanas, se uma criança estiver triste e desamparada em nosso país, como podem todas as pessoas estarem felizes e alheios a estas situações, já que as crianças são a parte frágil, inocente e indefesa e precisam de todo cuidado e proteção de suas famílias, do estado, ou de quem lhes puder causar conforto e segurança.

7.3.2 PARTIDO ADOTADO PARA AS EDIFICAÇÕES

A definição do partido a ser utilizado nas edificações seguiu a característica da implantação tanto com a intenção de ligação entre todas as edificações por meio das circulações cobertas como com a utilização de madeira em detalhes e nos brises que foram dispostos horizontalmente nas edificações internas (Figura 43).

Figura 43: Utilização de brises móveis horizontais nas edificações internas



Fonte: Proposta arquitetônica para o Centro de apoio, org. pela autora, 2019.

O principal motivo da escolha deste partido foi a possibilidade de proporcionar aos usuários um local acolhedor e atrativo, fazendo que tenham prazer em estar desenvolvendo as atividades propostas e que sintam vontade de retornar no dia seguinte.

Todo espaço proposto, desde a implantação até as edificações, procuram fazer uma integração ambiente e ser humano, trazendo a participação direta ou indireta da comunidade e pedestres, já nos acessos foram propostas praças como pontos de encontro da região, que convida as pessoas a se deslocarem até o local, facilitando assim o convívio familiar, onde não somente a

criança pode participar, mas também sua família, reforçando os vínculos familiares.

O partido arquitetônico foi elaborado visando principalmente a humanização dos ambientes, onde para a elaboração da proposta foi analisado a forma e topografia do terreno para a definição da proposta “espalhada”, para assim cumprir o programa de necessidades.

A arquitetura empregada na proposta foi caracterizada pela simplicidade da forma, porém com a essência pautada pelo compromisso ético de oferecer à comunidade, um Centro de apoio com qualidade e, com a intenção de se tornar um marco referencial no contexto urbano da cidade, atraindo as crianças e transformando-as em adultos bem sucedidos, independentemente de suas condições atuais.

As edificações possuem características de pavilhões lineares, implantados ao centro e nas extremidades do terreno, todos com eixos de ligação/circulação, sendo que os espaços de serviços, os destinados para a habitação dos menores em medida protetiva e as repúblicas possuem acesso restrito, somente os abrigados e funcionários podem entrar.

A principal intenção foi conceber um ambiente caracterizado por espaços fluidos, permeáveis, iluminados naturalmente e dotados de ventilação permanente.

Nos espaços de aprendizagem e saúde foram propostos jardins internos com o intuito de promover a iluminação natural e tornar o ambiente o mais humano e atrativo para os menores.

Como é de costume, toda escola que essas crianças geralmente frequentam está situada em locais onde existe alta densidade construtiva, trânsito e poluição sonora, portanto, o intuito desta proposta do Centro de apoio centralizada e com uma arquitetura diferenciada é justamente sair da rotina e fazer com que os menores tenham contato com a natureza através das áreas verdes propostas externamente e internamente, visando a integração entre ambas em todos os setores propostos.

7.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ - DIMENSIONAMENTO

Para elaborar o programa de necessidades de acordo com os setores e o pré-dimensionamento de suas respectivas áreas,

utilizou-se os manuais de organização de espaços físicos e de orientação pedagógicas para educação infanto juvenil do Ministério da Educação.

| Setor | Ambientes | Quantidade | Pessoas | Área (m²) | Total (M²) | |
|----------------|-----------------------------------|------------|---------|-----------|------------|------------|
| Administrativo | Recepção | 1 | 3 | 16 | 16 | |
| | Coordenação | 1 | 2 | 12 | 12 | |
| | Secretaria/ADM | 1 | 5 | 30 | 30 | |
| | Reuniões | 1 | 15 | 25 | 25 | |
| | Arquivo | 1 | 1 | 15 | 15 | |
| | Direção | 1 | 2 | 12 | 12 | |
| | Copa | 1 | 5 | 25 | 25 | |
| | Sanitário Feminino | 1 | 3 | 9 | 9 | |
| | Sanitário Masculino | 1 | 3 | 9 | 9 | |
| | Sanitários PCD Unisex | 1 | 1 | 4 | 4 | |
| | Financeiro | 1 | 1 | 9 | 9 | |
| | TOTAL SETOR ADMINISTRATIVO | | | | | 166 |

| Setor | Ambientes | Quantidade | Pessoas | Área (m²) | Total (M²) | |
|----------|-----------------------------|------------|----------|-----------|------------|---------------|
| Serviços | Almoxarifado | 1 | * | 6 | 6 | |
| | DML | 1 | * | 6 | 6 | |
| | Área de serviços/Lavanderia | 1 | 1 | 15 | 15 | |
| | Refeitório | 2 | 60 | 90 | 180 | |
| | Cozinha | 2 | 2 | 20 | 40 | |
| | Dispensa | 1 | * | 4,5 | 4,5 | |
| | Pré-Higienização | 1 | 2 | 12 | 12 | |
| | Reposso funcionários | 1 | 5 | 10 | 10 | |
| | Depósito de lixo | 2 | * | 2,5 | 5 | |
| | Central de gás | 1 | * | 2 | 2 | |
| | Sanitário feminino | 1 | 5 | 20 | 20 | |
| | Sanitário masculino | 1 | 5 | 20 | 20 | |
| | Sanitário PCD Unisex | 1 | 1 | 4 | 4 | |
| | Vestário Masculino | 1 | 2 | 12 | 12 | |
| | Vestário feminino | 1 | 2 | 12 | 12 | |
| | Embarque/desembarque | 1 | * | 50 | 50 | |
| | Estacionamento | 1 | 21 vagas | 820 | 820 | |
| | Carga/descarga | 1 | 2 vagas | 104 | 104 | |
| | TOTAL SETOR SERVIÇOS | | | | | 1322,5 |

| Setor | Ambientes | Quantidade | Pessoas | Área (m²) | Total (M²) |
|-------------------------------|----------------------|------------|---------|-----------|------------|
| Pedagógico | Teatro | 1 | 11 | 25 | 25 |
| | Pintura | 1 | 11 | 25 | 25 |
| | Música | 1 | 11 | 25 | 25 |
| | Dança | 1 | 11 | 25 | 25 |
| | Cozinha experimental | 1 | 11 | 40 | 40 |
| | Sanitário feminino | 1 | 4 | 20 | 20 |
| | Sanitário masculino | 1 | 4 | 20 | 20 |
| | Sanitário PCD Unisex | 1 | 1 | 4 | 4 |
| | Vestário feminino | 1 | 4 | 15 | 15 |
| | Vestário masculino | 1 | 4 | 15 | 15 |
| TOTAL SETOR PEDAGÓGICO | | | | | 214 |

| Setor | Ambientes | Quantidade | Pessoas | Área (m²) | Total (M²) | |
|--------------------|---|------------|---------|-----------|------------|------------|
| Profissionalizante | Marcenaria | 1 | 11 | 25 | 25 | |
| | Técnico eletricitista | 1 | 11 | 25 | 25 | |
| | Técnico Mecânico | 1 | 11 | 25 | 25 | |
| | Cabeleireiro | 1 | 11 | 20 | 20 | |
| | Cozinheiro | 1 | 11 | 25 | 25 | |
| | Artesanato (Bijouteria, pintura, bordado) | 1 | 11 | 20 | 20 | |
| | Maquiagem/ Manicuri e Pedicuri | 1 | 11 | 20 | 20 | |
| | Sanitário feminino | 1 | 4 | 20 | 20 | |
| | Sanitário masculino | 1 | 4 | 20 | 20 | |
| | Sanitário PCD Unisex | 1 | 1 | 4 | 4 | |
| | Vestário feminino | 1 | 4 | 15 | 15 | |
| | Vestário masculino | 1 | 4 | 15 | 15 | |
| | TOTAL SETOR PROFISSIONALIZANTE | | | | | 234 |

| Setor | Ambientes | Quantidade | Pessoas | Área (m²) | Total (M²) | |
|-------|-----------------------------|------------|---------|-----------|------------|-----------|
| Saúde | Assistente Social | 1 | 2 | 12 | 12 | |
| | Psicologia | 1 | 2 | 12 | 12 | |
| | Ginecologia | 1 | 2 | 12 | 12 | |
| | Odontologia | 1 | 2 | 12 | 12 | |
| | Curativos | 1 | 2 | 12 | 12 | |
| | Inalação | 1 | 2 | 12 | 12 | |
| | Depósito | 1 | 2 | 10 | 10 | |
| | Sanitário feminino | 1 | 1 | 2,5 | 2,5 | |
| | Sanitário masculino | 1 | 1 | 2,5 | 2,5 | |
| | Sanitário PCD Unisex | 1 | 1 | 4 | 4 | |
| | TOTAL SETOR DE SAÚDE | | | | | 91 |

| Setor | Ambientes | Quantidade | Pessoas | Área (m²) | Total (M²) |
|----------|--------------------------------|------------|---------|-----------|------------|
| Vivência | Jardim sensorial | 2 | 22 | 150 | 300 |
| | Piscina | 1 | 12 | 200 | 200 |
| | Redário | 1 | 11 | 50 | 50 |
| | Quadra coberta | 1 | 22 | 540 | 540 |
| | Pátio coberto | 1 | 60 | 150 | 150 |
| | Horta | 1 | 15 | 150 | 150 |
| | Praça | 2 | 60 | 150 | 300 |
| | Playground | 2 | 60 | 150 | 300 |
| | Biblioteca | 1 | 11 | 25 | 25 |
| | Sala multiuso | 1 | 60 | 90 | 90 |
| | Sala para estudos | 1 | 22 | 50 | 50 |
| | Sanitário feminino | 1 | 2 | 5 | 5 |
| | Sanitário masculino | 1 | 2 | 5 | 5 |
| | Sanitário PCD Unisex | 1 | 1 | 4 | 4 |
| | Vestário feminino | 1 | 2 | 10 | 10 |
| | Vestário masculino | 1 | 2 | 10 | 10 |
| | TOTAL SETOR DE VIVÊNCIA | | | | |

| Setor | Ambientes | Quantidade | Pessoas | Área (m²) | Total (M²) |
|---------------------|---|------------|---------|-----------|------------|
| Habitação Masculina | Suíte para 4 camas | 3 | 4 | 12,5 | 37,5 |
| | Sanitário PCD Unisex | 1 | 1 | 4 | 4 |
| | Sala estar | 1 | 12 | 18 | 18 |
| | Copa | 1 | 12 | 18 | 18 |
| | Sala estudos | 1 | 12 | 18 | 18 |
| | Varanda | 1 | 12 | 30 | 30 |
| | TOTAL SETOR DE HABITAÇÃO MASCULINA | | | | |

| Setor | Ambientes | Quantidade | Pessoas | Área (m²) | Total (M²) |
|--------------------|--|------------|---------|-----------|------------|
| Habitação Feminina | Suíte para 4 camas | 3 | 4 | 12,5 | 37,5 |
| | Sanitário PCD Unisex | 1 | 1 | 4 | 4 |
| | Sala estar | 1 | 12 | 18 | 18 |
| | Copa | 1 | 12 | 18 | 18 |
| | Sala estudos | 1 | 12 | 18 | 18 |
| | Varanda | 1 | 12 | 30 | 30 |
| | TOTAL SETOR DE HABITAÇÃO FEMININA | | | | |

| Setor | Ambientes | Quantidade | Pessoas | Área (m²) | Total (M²) |
|---|------------------------------------|------------|---------|-----------|---------------|
| Habitação Tutor | Suíte | 1 | 1 | 14,76 | 14,76 |
| | Sanitário PCD Unisex com fraldário | 1 | 1 | 6 | 6 |
| | Quarto 0 a 2 anos | 1 | 5 | 15,9 | 15,9 |
| | Suíte 3 a 6 anos | 1 | 5 | 20,5 | 20,5 |
| | Estar com brinquedoteca | 1 | 9 | 12,75 | 12,75 |
| | Cozinha | 1 | 30 | 10 | 10 |
| | Refeitórios | 1 | 30 | 54,5 | 54,5 |
| TOTAL SETOR DE HABITAÇÃO BEBES E TUTOR | | | | | 134,41 |

| Setor | Ambientes | Quantidade | Pessoas | Área (m²) | Total (M²) |
|---------------------------------------|----------------------|------------|---------|-----------|------------|
| República Fem. | Suíte | 4 | 1 | 5 | 20 |
| | Sanitário PCD Unisex | 1 | 1 | 4 | 4 |
| | Sala estar | 1 | 4 | 6 | 6 |
| | Cozinha | 1 | 4 | 6 | 6 |
| | Área de lazer | Rep. Masc. | * | * | * |
| TOTAL SETOR REPÚBLICA FEMININA | | | | | 36 |

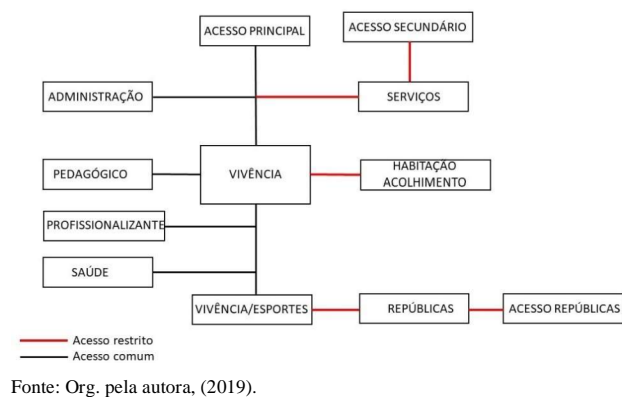
| Setor | Ambientes | Quantidade | Pessoas | Área (m²) | Total (M²) |
|--|----------------------|------------|---------|-----------|-------------|
| República Masc. | Suíte | 4 | 1 | 5 | 20 |
| | Sanitário PCD Unisex | 1 | 1 | 4 | 4 |
| | Sala estar | 1 | 4 | 6 | 6 |
| | Cozinha | 1 | 4 | 6 | 6 |
| | Área de lazer | 1 | 12 | 22,5 | 22,5 |
| TOTAL SETOR REPÚBLICA MASCULINA | | | | | 58,5 |

TOTAL **4696,41**

Fonte: Org. pela autora, (2019).

7.5 ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA

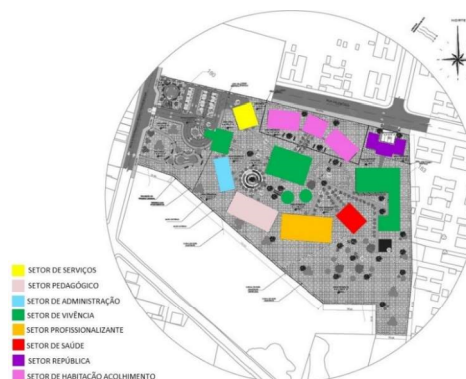
Com a definição do programa de necessidades e pré-dimensionamento foi possível estudar os fluxos e organização dos setores, delimitando os acessos e circulações tanto públicas quanto as restritas.



7.6 SETORIZAÇÃO

A setorização foi assim proposta (Figura 44), para atender as necessidades de interação criança e natureza, como forma de auxílio na superação de dificuldades já que a natureza tem poder transformador na vida das pessoas. Com isso, não importa em que setor estarão, elas sempre estarão em contato direto com a natureza.

Figura 44: Setorização/implantação



7.7 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INCIDENTE

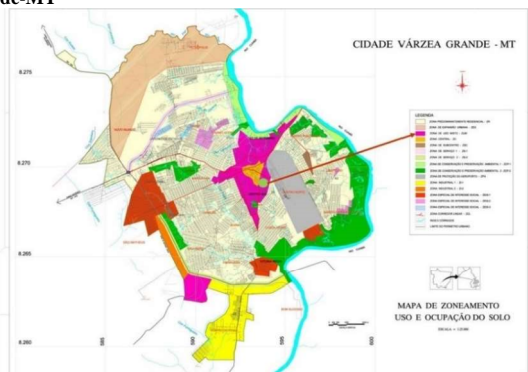
De acordo com a Lei Complementar Nº 3727/2012, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo de Várzea Grande-MT (Figura 45), o terreno escolhido situa-se no bairro centro sul e encontra-se em uma ZUM-Zona de Uso Misto.

SEÇÃO VI
DA ZONA DE USO MISTO (ZUM)

Art. 21 - As Zonas de Uso Misto (ZUM - São zonas que se caracterizam por incentivar o comércio e serviço de bairros e setores, permitindo a redução do deslocamento da população residente para outras regiões da macrozona urbana, desde que não ocorram conflitos entre os usos.

I - Zona de Uso Misto 1 (ZUM 1) - É a zona que integra o entorno da Zona de Área Central, conforme descrição do seu caminhamento e Mapa de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano
 II - Zona de Uso Misto 2 (ZUM 2) - É a zona que corresponde aos limites do bairro Capão Grande. (LOUS 3727/2012).

Figura 45: Mapa de Zoneamento de Uso e Ocupação do solo de Várzea Grande-MT



Fonte: LUOS Várzea Grande, (2012).

Os índices urbanísticos do terreno de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo são: (Tabela 4).

Tabela 4: Índices urbanísticos do terreno

| Zonas | Índices Urbanísticos | | | | | | | |
|------------|-------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|--------------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------------------|--------------------|
| | Coefficiente de Ocupação (CO) | Cobertura vegetal paisagística (CVP) | Cobertura Vegetal Arbórea | Coefficiente de permeabilidade | Potencial Construtivo (PC) | Limite de Adensamento (LA) | Potencial Construtivo Excedente | Gabarito de Altura |
| ZUM | 60% | 25% | - | 0,25 | 1 | 1 | 2 | - |

Fonte: LUOS Várzea Grande, (2012).

As vagas de estacionamento definidas pelo Plano Diretor da cidade exigem para este tipo de empreendimento em sua Seção XVII - Estacionamento e Garagens:

“VI. Estabelecimentos de Ensino: 01 (uma) vaga para cada sala de aula mais uma vaga para cada 60 m² (sessenta metros quadrados) de área administrativa construída”.

As vias no município de Várzea Grande são classificadas de acordo com a LEI N.º 3.112/2007, como:

Art.5º As vias que integram o Sistema Viário ficam classificadas, de acordo com sua função e importância, conforme indica o Mapa de Hierarquia do Sistema Viário, em:

- I. Via Regional;
- II. Via Perimetral;

III. Via Arterial;
 IV. Via Radial;
 V. Via Coletora;
 VI. Via Parque;
 VII. Via Local;
 VIII. Vias Rurais;
 IX. Ciclovias. (LEI N.º 3.112/2007).

As ruas que coincidem com o terreno escolhido são a rua Governador Pedro Pedrossian uma via Coletora e a rua Valdecaes uma via Local.

Os afastamentos mínimos exigidos pela LEI Nª 3727/2012 são definidos como: (Tabela 5).

Tabela 5: Afastamentos mínimos

| Zonas | Lote Fração Mínima (m ²) | Lote - Frente mínima (m) | Recuo Fronta (m) | Recuos das demais divisas com aberturas (M) | Gabarito de altura |
|-------|--------------------------------------|--------------------------|------------------|---|--------------------|
| ZEX | - | - | - | - | - |
| ZCP 1 | 3.000,00 | 30 | 5 | 3,00 para o Pavto térreo e h/6 a partir do 2º pavto, repetindo o mínimo de 3,00 | - |
| ZCP2 | (1*) | - | - | - | - |
| ZUM | 180 | 6 | 3 (2*), 5(3*) | 1,50 para o Pavto térreo e h/6 a partir do 2º pavto, repetindo o mínimo de 1,50 | - |
| ZCL | 180 | 6 | 3 (2*), 5(3*) | 1,50 para o Pavto térreo e h/6 a partir do 2º pavto, repetindo o mínimo de 1,50 | 4 |

Fonte: LUOS Várzea Grande, (2012).

7.7.1 CÁLCULOS DE INDICES URBANÍSTICOS E VAGAS DE ESTACIONAMENTO

7.7.1.1 CÁLCULO DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS

Área do terreno: 23.000,00 m²

• Taxa de Ocupação: 60%

ÁREA DO TERRENO x CO

Cálculo: 23.000,00m²X0,60%=13.800,00m²

• Área Permeável: 25%

ÁREA DO TERRENO x COEFICIENTE DE PERMEABILIDADE

Cálculo: 23.000,00m²X0,25% = 5.750,00m²

• Potencial Construtivo:1

ÁREA DO TERRENO x PC

Cálculo: 23.000,00m²x 1 = 23.000,00m²

- Potencial Construtivo Excedente:2

ÁREA DO TERRENO x PCE

Cálculo: $23.000,00\text{m}^2 \times 2 = 46.000,00\text{m}^2$

- Taxa de ocupação do projeto: $6.239,53\text{m}^2$ (27%)
- Permeabilidade do projeto: $14.336,85\text{m}^2$ (62,3%)
- Coeficiente de aproveitamento: 0,27%
- Coeficiente de permeabilidade: 0,623%

7.7.1.2 CÁLCULO DAS VAGAS DE ESTACIONAMENTO

Para os estacionamentos o Plano diretor determina: XVII - Estacionamento e Garagens: “VI. Estabelecimentos de Ensino: 01 (uma) vaga para cada sala de aula mais uma vaga para cada 60 m² (sessenta metros quadrados) de área administrativa construída”.

Portanto:

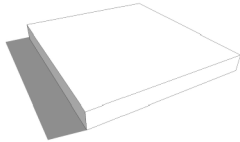
- Área Setor Administrativo: $264,64\text{m}^2 / 60\text{m}^2 = 4,4$ vagas
- Total de salas de aula: 12 salas = 12 vagas

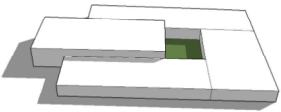
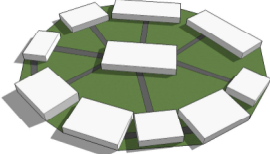
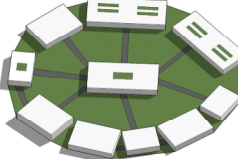
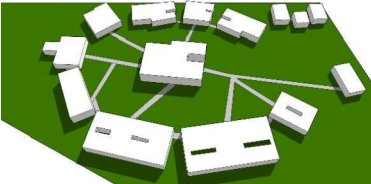
Totalizando assim um mínimo de 17 vagas, porém foi proposto um total de 21 vagas sendo 2 (duas) destinadas a PCD e 1 (uma) para idosos.

7.8 ENSAIOS TÉCNICOS

- Composição espacial;
A implantação de forma central ocupa no terreno boa parte de sua porção, propondo um conjunto de organização espacial com diversos blocos que abrigam os setores propostos para melhor atender ao programa de necessidades do centro de apoio.
- Volumetria / Legibilidade;

Tabela 6: Estudos de volumetria

| | |
|--|---|
|  | <p>Área necessária para abrigar o programa.</p> |
|--|---|

| | |
|---|--|
|  | <p>Primeiros esboços para abrigar o programa.</p> |
|  | <p>Busca por um Partido Arquitetônico que remetesse a grupo/interação.</p> |
|  | <p>Utilização de jardins internos para favorecer o conforto.</p> |
|  | <p>Proposta final.</p> |

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

- **Funcionalidade;**

Todos os setores se interligam, porém separadamente, e cada setor conta com diferentes ambientes de aprendizagem, cuidados, descanso, sanitários, com espaços coletivos e individuais.
- **Conforto Ambiental;**

A proposta deste projeto baseia-se na sustentabilidade e por isso utiliza-se de luz natural em todos os setores a fim de proporcionar melhor qualidade aos ambientes tanto para os usuários quanto para os funcionários.

Os setores encontram-se em meio a natureza e, portanto, além da iluminação natural, há a utilização de jardins internos (Figura 46) proporcionando também a contemplação que é uma forma de acalmar os usuários.

Figura 46: Jardim interno (setor de saúde)



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019.

- **Acessibilidade;**

A tipologia da proposta é toda horizontal, portanto, adequada às atividades propostas e à acessibilidade universal, seguindo a NBR 9050, assegurando assim o direito de ir e vir com segurança para todos os usuários.

- **Comunicação Visual;**

- **Circulação externa/Adequação do sistema viário;**

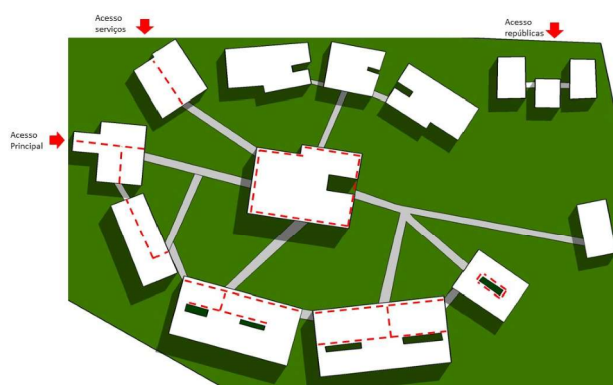
O acesso de veículos se dá pela Rua Governador Pedro Pedrossiam, para melhor facilitar o fluxo, pois a Rua Valdecaes não possui acesso direto a escolas e pontos de interesses importantes.

A circulação de pedestres também é feita pela Rua Governador Pedro Pedrossiam pelo mesmo motivo, pela rua Valdecaes o acesso é restrito às Repúblicas. É importante o acesso de pedestres pela rua principal pois é onde se dará a maior interação entre usuários e a sociedade do entorno, já que foi proposto uma praça ponto de encontro para conectar as pessoas propiciando a inclusão social.

- **Circulação interna/ Horizontal**

As circulações internas são todas horizontais (Figura 47) e dão acesso a todos os setores e áreas de vivência.

Figura 47: Circulações internas dos setores







Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

- Composição paisagística

O terreno não possui vegetação arbórea natural, foi recentemente desmatado, e atualmente possui apenas vegetação rasteira. Com isso, pensando numa valorização do bioma local e agregar mais qualidade visual e climática às edificações, foi proposto uma revegetação com o plantio de algumas espécies de grande porte específicas conforme tabela 7, a seguir:

Tabela 7: Algumas espécies do Bioma Cerrado

| Nome da espécie | Foto | Características |
|--|---|--|
| -Popular: Ipê-Amarelo -Científico: <i>Tabebuia</i> |  | Típica do cerrado. Porte de 10 a 35 metros; |
| -Popular: Araticum -Científico: <i>Ammonia coriacea</i> |  | Pode chegar até 6 m de altura e 30 cm de diâmetro. |
| -Popular: Peroba-do-cerrado -Científico: <i>Aspidosperma tomentosum</i> |  | Pode chegar até 15 m de altura e seus frutos e sementes são utilizados para o artesanato. |
| -Popular: Jacarandá -Científico: <i>Jacarandá mimosaeifolia</i> |  | Ideal para ruas, praças e avenidas, com raízes profundas não danificam calçadas. Porte: 8 a 15 metros. |

Fonte: Blog Plantei, 2018.

Para compor as praças, jardins internos e externos e jardim sensorial também serão utilizadas outras espécies arbóreas de pequeno porte, arbustos, flores e vegetações rasteiras para uma melhoria do conforto ambiental e visual.

- Composição de espécies e materiais e Composição de texturas e cores;

Foi proposto para o projeto jardins sensoriais (Figura 48), com um percurso composto por diferentes materiais pisáveis de diversas texturas, cores e cheiros, desenvolvendo seus sentidos sensoriais e emocionais.

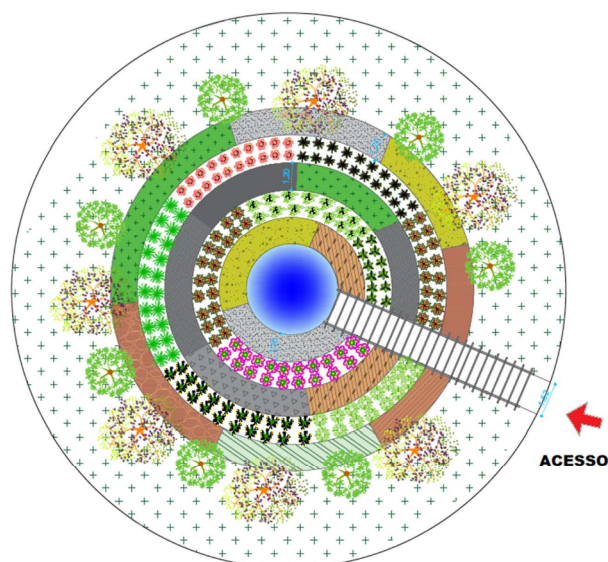
Os materiais utilizados no jardim Sensorial proposto (Figura 49) foram o concreto, madeira, grama, areia, seixo, pedra portuguesa, pedregulhos, e nos laterais canteiros compostos de uma de vegetação colorida e de diversos aromas, flores e ervas.

Figura 48: Imagem ilustrativa de Jardim sensorial



Fonte: Fonseca, 2011.

Figura 49: Jardim sensorial proposto para o Centro de apoio



| LEGENDA JARDIM SENSORIAL | |
|--------------------------|--------------------------|
| LEGENDA PISOS | |
| SIMB. | MATERIAL |
| | TERRA BATIDA |
| | AREIA |
| | PISO EM CONCRETO BRUTO |
| | GRAMA |
| | PISO DE PEDRA NATURAL |
| | RIPAS FINAS DE BAMBU |
| | TRONCOS FINOS DE MADEIRA |
| | SEIXO ROLADO |
| | PEDRAS GRANDES |
| | PEDRAS MÉDIAS |
| | PEDRAS MIÚDAS |

| LEGENDA PLANTAS | |
|-----------------|-------------------------------|
| SIMB. | ESPÉCIE |
| | GUACO (MEDICINAL) |
| | ALECRIM (TEMPERO) |
| | KALANCHOE (TEXTURA) |
| | ESPADA DE SÃO JORGE (TEXTURA) |
| | JASMIN-ESTRELA (PERFUME) |
| | BOLDO (MEDICINAL) |
| | CRAVO (PERFUME) |
| | HORTELÃ (TEMPERO) |
| | MINI-GARDÊNIA (PERFUME) |
| | JACARANDÁ |
| | IPÊ ROXO |

OBS: NO CENTRO HÁ UMA FONTE DE ÁGUA PARA ESTIMULAR O SENTIDO AUDIÇÃO

Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019.

8 TÉCNICAS E MATERIAIS CONSTRUTIVOS

• BRISES:

A utilização dos brises foi adotada pois levou-se em consideração que Várzea Grande-MT, possui um clima muito quente e esta solução pode ajudar a melhorar o conforto interno dos ambientes e consequentemente uma redução de energia que seria gasto com soluções artificiais como ar condicionado.

Locais com essas características climáticas podem adotar soluções como o sombreamento que conforme Lamberts (1997, p. 111), “o sombreamento é como uma das estratégias bioclimáticas mais indicadas”.

Os brises que são elementos de uso externo e oferecem a proteção solar, melhor controle dos ganhos térmicos, iluminação natural adequada e ventilação.

Para a proposta foram utilizados os brises horizontais, eles barram a incidência da radiação solar antes que ela atinja a parede, assim reduzindo o calor recebido pelo ambiente interno.

Na proposta do centro de apoio foram utilizados nas edificações internas brises horizontais móveis (Figura 50), denominados como ângulo alfa (α), que segundo Lamberts (1997, p. 127) “é o ângulo formado entre o plano horizontal e vertical”.

Quando não há incidência solar direta os brises podem ser totalmente abertos, e/ou movimentar-se conforme a necessidade de angulação pre determinada a partir das análises de insolação, e servindo assim até para direcionamento dos ventos possibilitando aos ambientes uma ventilação cruzada.

Figura 50: Brises horizontais móveis nas fachadas das edificações internas



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019.

Foram realizados estudos nas fachadas Norte do projeto para descobrir qual seria a angulação capaz de oferecer maior proteção ao longo do dia, diante de análises realizadas com a carta solar de Cuiabá, considerou-se dois horários diferentes, 08h e 15h que é o grau de maior incidência solar.

Como a fachada Norte é a que recebe incidência solar a maior parte do dia, na tabela a seguir (tabela 8) é possível verificar qual o melhor ângulo para posicionar o brise escolhido.

Tabela 8: Análise de angulação dos brises

| 21 de Março- Equinócio de Outono- α | | 21 de Junho- Solstício de Inverno- α | | 21 de Setembro- Equinócio de Primavera- α | | 21 de Dezembro- Solstício de Verão- α | |
|--|--------|---|--------|--|--------|--|--------|
| Horário | Ângulo | Horário | Ângulo | Horário | Ângulo | Horário | Ângulo |
| 8h | 50º | 8h | 68º | 8h | 43º | 8h | 10º |
| 15h | 18º | 15h | 30º | 15h | 8º | 15h | 29º |

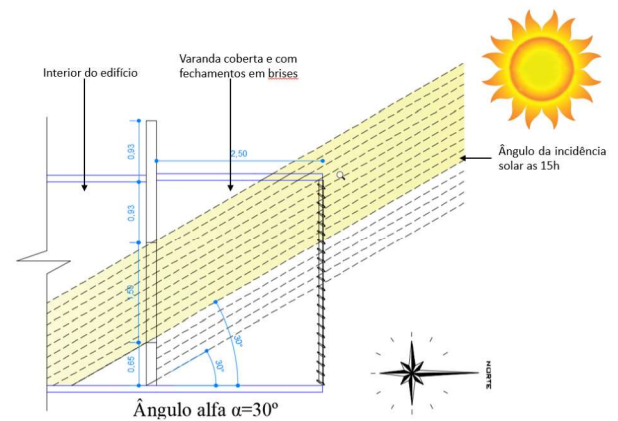
Fonte: Estudo elaborado pela autora, (2019).

A partir do estudo de angulação, foi desenvolvido um corte esquemático, posicionando o sol a 30° às 15h que foi o pior horário do dia, nas fachadas voltadas para o Norte (Figura 51), que são as fachadas do refeitório, setor pedagógico, profissionalizante, saúde e administrativo.

Para os outros horários críticos a solução adotada foi a automação dos brises, ou seja, a proposta traz brises móveis, onde a angulação pode ser ajustada automaticamente deixando a proposta inovadora e bloqueando a incidência solar em diversos horários do dia.

Os brises que foram projetados nas fachadas ao Sul dos blocos de habitações e de serviços tem a função somente estética para seguir o partido arquitetônico adotado.

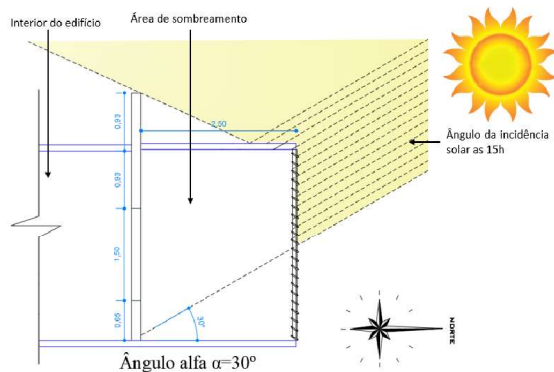
Figura 51: Corte demonstrando a incidência solar às 15h



Fonte: Estudo elaborado pela autora, (2019).

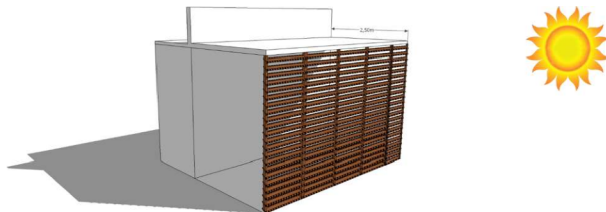
Constatou-se que sem a utilização dos brises a incidência solar avança para o interior do edifício, assim elaborou-se um corte levando-se em consideração o papel desempenhado pelos brises (Figura 52), onde toda incidência solar é barrada.

Figura 52: Corte demonstrando a incidência solar às 15h com a utilização dos brises



Fonte: Estudo elaborado pela autora, (2019).

Figura 53: Estudo de sombra a partir do caminho do sol as 15 horas



Fonte: Estudo elaborado pela autora, (2019).

- **ENERGIA FOTOVOLTAICA:**

A energia fotovoltaica é hoje a fonte de energia limpa que mais cresce no mundo. Ela converte luz solar em energia fotovoltaica (Energia solar elétrica).

Para pensar em utilizar a energia fotovoltaica, deve-se primeiramente encontrar a demanda dos edifícios, para assim dimensionar adequadamente as placas e saber ao certo quanto da demanda as placas atenderão.

Para dimensionar a quantidade de placas solares necessárias para atender a demanda da proposta, foi elaborado uma estimativa de consumo mensal de todos os ambientes, levando em consideração alguns equipamentos que poderão ser necessários para pleno funcionamento do local conforme tabelas a seguir:

| CONSUMO ENERGÉTICO MENSAL ESTIMADO-SETOR PEDAGÓGICO | | | | | |
|---|------|--------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Equipamentos | Qtd. | Potencia média (W) | Utilização média/ dia | Qtd de dias/mês | Total kWh/mês |
| Aparelho de som | 2 | 80 | 8 h | 20 | 25,6 |
| Chuveiro | 4 | 3.500 | 2 h | 20 | 560 |
| Televisor | 1 | 200 | 8 h | 20 | 32 |
| Ar condicionado | 5 | 1.600 | 8 h | 20 | 1.280 |

Total: 1897,6 kWh/mês

| CONSUMO ENERGÉTICO MENSAL ESTIMADO-SETOR PROFISSIONALIZANTE | | | | | |
|---|------|--------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Equipamentos | Qtd. | Potencia média (W) | Utilização média/ dia | Qtd de dias/mês | Total kWh/mês |
| Máquina de cortar cabelo | 3 | 10 | 8 h | 20 | 4,8 |
| Secador | 2 | 1.400 | 8 h | 20 | 448 |
| Chapinha | 3 | 35 | 8 h | 20 | 16,8 |
| Chuveiro | 4 | 3.500 | 2 h | 20 | 560 |
| Máquina de costura | 1 | 100 | 8 h | 20 | 16 |
| Máquina de solda | 1 | 10.000 | 8 h | 20 | 1.600 |
| Afiador | 1 | 20 | 8 h | 20 | 3,2 |
| Ar condicionado | 5 | 1.600 | 8 h | 20 | 1.280 |

Total: 3928,8 kWh/mês

| CONSUMO ENERGÉTICO MENSAL ESTIMADO-SETOR ADMINISTRATIVO | | | | | |
|---|------|--------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Equipamentos | Qtd. | Potencia média (W) | Utilização média/ dia | Qtd de dias/mês | Total kWh/mês |
| Computador de mesa | 5 | 180 | 8 h | 20 | 144 |
| Monitor | 5 | 50 | 8 h | 20 | 40 |
| Notebook | 2 | 45 | 8 h | 20 | 14,4 |
| Impressora | 1 | 400 | 2 h | 20 | 16 |
| Televisor | 1 | 200 | 2 h | 20 | 8 |
| Ar condicionado | 6 | 1.600 | 8 h | 20 | 1.536 |

Total: 1758,4 kWh/mês

| CONSUMO ENERGÉTICO MENSAL ESTIMADO-SETOR SERVIÇOS | | | | | |
|---|------|--------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Equipamentos | Qtd. | Potencia média (W) | Utilização média/ dia | Qtd de dias/mês | Total kWh/mês |
| Chuveiros | 4 | 3.500 | 2 h | 20 | 560 |
| Televisor | 1 | 200 | 2 h | 20 | 8 |
| Refrigerador | 2 | 130 | 24 h | 30 | 187,2 |
| Máquina de lavar roupas | 1 | 500 | 2 h | 20 | 20 |
| Freezer | 1 | 150 | 24 h | 30 | 108 |
| Ar condicionado | 2 | 1.600 | 8 h | 20 | 512 |

Total: 1395,2 kWh/mês

| CONSUMO ENERGÉTICO MENSAL ESTIMADO-SETOR VIVÊNCIA | | | | | |
|---|------|--------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Equipamentos | Qtd. | Potencia média (W) | Utilização média/ dia | Qtd de dias/mês | Total kWh/mês |
| Chuveiro | 16 | 3.500 | 2 h | 20 | 2.240 |
| Refrigerador | 2 | 130 | 24 h | 30 | 187,2 |
| Depurador | 1 | 140 | 4 h | 20 | 11,2 |
| Televisor | 2 | 200 | 8 h | 20 | 64 |
| Aparelho de som | 1 | 80 | 4 h | 20 | 6,4 |
| Notebook | 1 | 45 | 8 h | 20 | 7,2 |
| Telefone | 1 | 80 | 2 h | 20 | 3,2 |
| Ar condicionado | 6 | 1.600 | 8 h | 20 | 1.536 |

Total: 4055,2 kWh/mês

| CONSUMO ENERGÉTICO MENSAL ESTIMADO-SETOR SAÚDE | | | | | |
|--|------|--------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Equipamentos | Qtd. | Potencia média (W) | Utilização média/ dia | Qtd de dias/mês | Total kWh/mês |
| Aparelhos odonto. | 1 | 1.500 | 8 h | 20 | 240 |
| Notebook | 1 | 45 | 8 h | 20 | 7,2 |
| Refrigerador | 1 | 130 | 24 h | 30 | 93,6 |
| Televisor | 1 | 200 | 8 h | 20 | 32 |
| Ar condicionado | 5 | 1.600 | 8 h | 20 | 1.280 |

Total: 1652,8 kWh/mês

| CONSUMO ENERGÉTICO MENSAL ESTIMADO-SETOR HABITAÇÕES | | | | | |
|---|------|--------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Equipamentos | Qtd. | Potencia média (W) | Utilização média/ dia | Qtd de dias/mês | Total kWh/mês |
| Chuveiro | 11 | 3.500 | 2 h | 20 | 1.540 |
| Máquina de lavar roupas | 1 | 500 | 4 h | 20 | 40 |
| Depurador | 1 | 140 | 4 h | 20 | 11,2 |
| Televisor | 4 | 200 | 8 h | 20 | 128 |
| Computador mesa | 16 | 180 | 4 h | 20 | 230,4 |
| Monitor | 16 | 50 | 4 h | 20 | 64 |
| Refrigerador | 3 | 130 | 24 h | 30 | 280,8 |
| Ar condicionado | 9 | 1.600 | 8 h | 20 | 2.304 |

Total: 6580,0 kWh/mês

| CONSUMO ENERGÉTICO MENSAL ESTIMADO-SETOR REPÚBLICAS | | | | | |
|---|------|--------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Equipamentos | Qtd. | Potencia média (W) | Utilização média/ dia | Qtd de dias/mês | Total kWh/mês |
| Máquina de lavar roupas | 2 | 500 | 2 h | 10 | 20 |
| Chuveiro | 8 | 3.500 | 2 h | 30 | 1.680 |
| Televisor | 3 | 200 | 2 h | 30 | 36 |
| Refrigerador | 3 | 130 | 24 h | 30 | 280,8 |
| Ar condicionado | 8 | 1.600 | 8 h | 30 | 3.072 |

Total: 5.088 kWh/mês

Demanda de todos os ambientes: **26.356 kWh/mês**

Após encontrada a demanda de todos os setores da proposta, será feita a escolha do tipo de placa solar para implantar no projeto, sendo a mais adequada a placa Canadian Solar (Figura 54).

-Modelo CS6X-320P - 320Watts-Inmetro-IEC 61215

-Tecnologia: Policristalino - 72 células

-Potência da Placa: 320Watts

-Eficiência: 16,68%

-Largura x Altura e Peso: 1.95m x 0,98m - 22kg

Figura 54: Placa Solar fotovoltaica Canadian Solar



Fonte: NeoSolar

O município de Várzea Grande possui uma irradiação solar útil de aproximadamente 4,37 horas por dia, conforme Potencial Solar - SunData v 3.0, (2018). (Tabela 9).

Tabela 9: Irradiação solar média em Várzea Grande



Assim sendo, a placa escolhida produz 320 W e de acordo com Santana (2017), para se chegar a quantidade de placas necessárias para suprir a demanda ou parte dela deve-se calcular:

- Com uma demanda de 26.356 kwh/mês

-Cálculo da capacidade da placa:

Energia: $320 \times 4,37 \times (1-0,20) = 1,12 \text{ kWh/dia}$

Energia: $1,12 \times 30 = 33,6 \text{ kWh/mês}$

1 módulo : 33,6 kWh

x módulos: 26,356 kWh

$33,6x=26,356$

$x=26,356/33,6=790$ placas solares

Portanto, a utilização da energia fotovoltaica no centro de apoio visa suprir uma parcela da demanda, e começar a trabalhar a ideia de outro tipo de fonte de energia com seus usuários, as placas solares foram propostas para ser posicionadas sobre a cobertura dos blocos pedagógico e profissionalizante que tem a maior metragem quadrada livre posicionadas para o norte.

- PISO DRENANTE INTERTRAVADO:

Este material foi proposto para todas as circulações externas, desde as calçadas (Figura 55) até áreas como as praças, pois ele possui inúmeras vantagens por se tratar de um material sustentável e que favorece a permeabilidade do solo.

Figura 55: Piso drenante intertravado



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019.

- ASFALTO DE BORRACHA:

Para a pavimentação da área de estacionamento será proposto o asfalto de borracha (Figura 56) como mais uma medida que viabiliza a reciclagem, beneficiando o meio ambiente.

Figura 56: Piso drenante asfalto de borracha



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019.

9 PROPOSTA FINAL

A proposta final (folhas 01/22, anexo) traz a questão da união entre os diversos setores por meio de circulações cobertas, praças e jardins.

| LEGENDA | |
|---------|--|
| Nº | ESPAÇO |
| 1 | ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS |
| 2 | ACESSO PEDESTRES |
| 3 | PONTO DE ÔNIBUS |
| 4 | ESTACIONAMENTO |
| 5 | ACESSOS PARA PEDESTRES |
| 6 | DEP. LÍQUO, CENTRAL DE GÁS E CARGA/DESCARGA |
| 7 | PRAÇA RÁPIDA COBERTA |
| 8 | SETOR DE VIVÊNCIA (ACESSO) |
| 9 | SETOR ADMINISTRATIVO |
| 10 | SETOR DE SERVIÇOS |
| 11 | JARDIM SENSORIAL |
| 12 | CIRCULAÇÕES COBERTAS |
| 13 | SETOR DE VIVÊNCIA (BENEFÍCIOS/DESCANSO) |
| 14 | SETOR PEDAGÓGICO |
| 15 | SETOR DE VIVÊNCIA (REFERÊNCIAS) |
| 16 | SETOR DE HABITAÇÃO (ACOLHIMENTO MASCULINO) |
| 17 | SETOR DE HABITAÇÃO (TUTORIAS E BEBÊS) |
| 18 | SETOR DE HABITAÇÃO (ACOLHIMENTO FEMININO) |
| 19 | PLAYGROUND |
| 20 | SETOR PROFISSIONAL/DIV. 1 |
| 21 | SETOR DE SAÚDE |
| 22 | SETOR DE VIVÊNCIA (CASA NA ÁRVORE E DECK EM MADEIRA PARA CAMINHOS) |
| 23 | SETOR DE VIVÊNCIA (MORTA) |
| 24 | SETOR DE VIVÊNCIA (PISCINA) |
| 25 | SETOR DE VIVÊNCIA (VESTIÁRIOS) |
| 26 | SETOR DE VIVÊNCIA (QUADRA COBERTA) |
| 27 | SETOR REPÚBLICA (LAZER) |
| 28 | SETOR REPÚBLICA (FEMININO) |
| 29 | SETOR REPÚBLICA (MASCULINO) |
| 30 | SETOR REPÚBLICA (ESTACIONAMENTO) |



10 COMPOSIÇÃO DE AMBIENTES

Para melhor atender o programa de necessidades e o partido arquitetônico adotado, foi proposto a divisão em blocos dos diversos setores do Centro de apoio.

10.1 SETOR PEDAGÓGICO

O setor pedagógico (folhas 02/22 e 03/22, anexo) com uma fachada utilizando brises em madeira para barreira visual e térmica, possui atividades para crianças até 13 anos de idade, incluindo pintura, música, teatro, dança, cozinha experimental (apoiada pela horta proposta), jardins internos, área de vivência, banheiros e vestiários (Figuras 57 a 64).

Figura 57: Fachada setor pedagógico



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 58: Sala de pintura



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 59: Sala de teatro

Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 60: Sala de dança

Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 61: Sala de música

Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 62: Cozinha experimental

Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 63: Planta baixa e cortes Setor Pedagógico

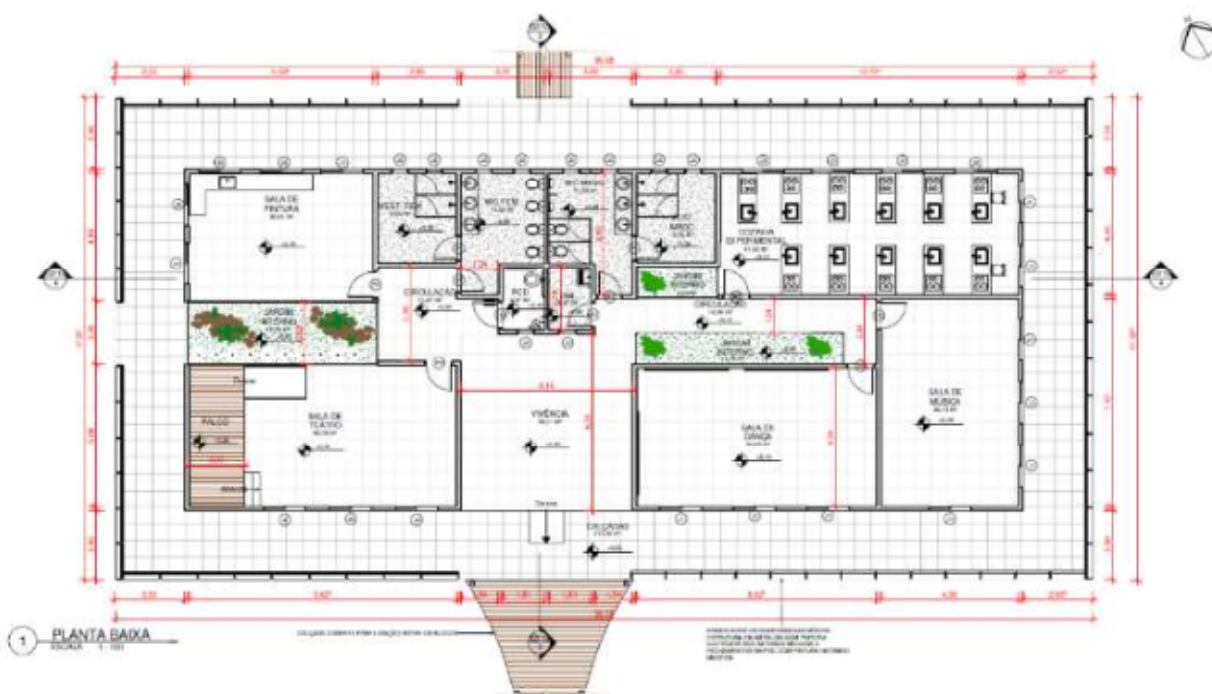
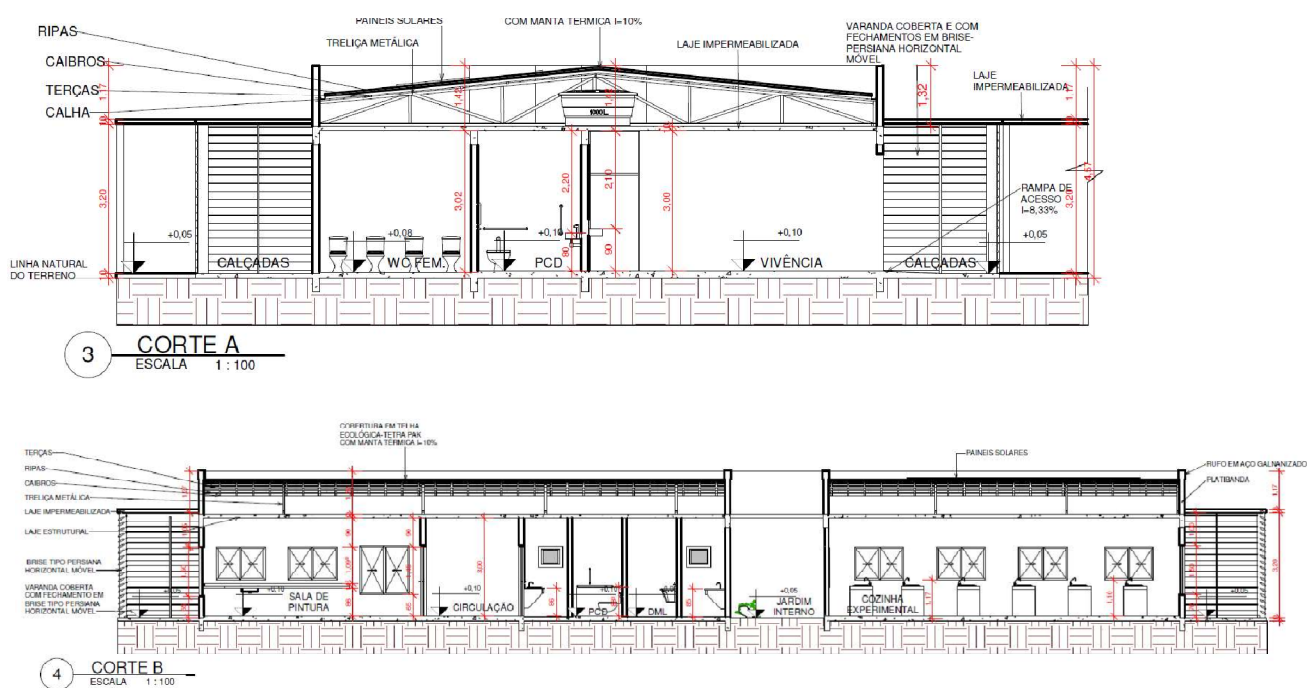


Figura 64: Cortes setor pedagógico



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

10.2 SETOR PROFISSIONALIZANTE

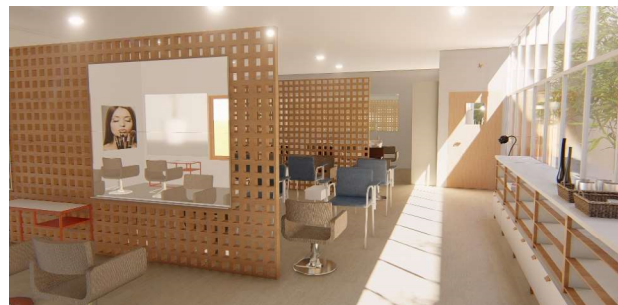
O setor profissionalizante (folhas 04/22 e 05/22, anexo) possui atividades para os menores de 14 até 18 anos de idade, incluindo cursos de mecânica, marcenaria, eletroeletrônica, artesanato, cabeleireiro, maquiagem, manicure e pedicure, jardins internos, área de vivência, banheiros e vestiários, e uma fachada com uso de brise para barreira visual e térmica (Figuras 65 a 73).

Figura 65: Fachada frontal e acesso setor profissionalizante



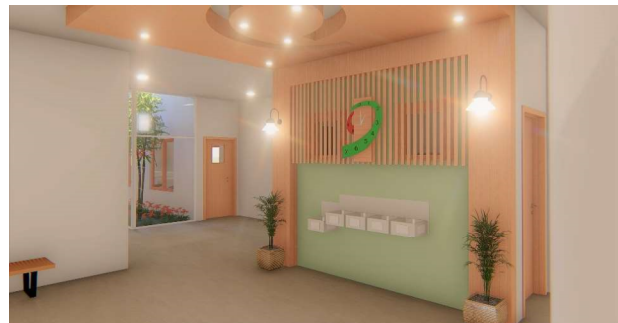
Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 66: Salas de cabeleireiro, manicure e pedicure e maquiagem



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 67: Área de vivência com bebedouros normais e PCD



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 68: Acesso ao setor profissionalizante



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 69: Vista do jardim interno



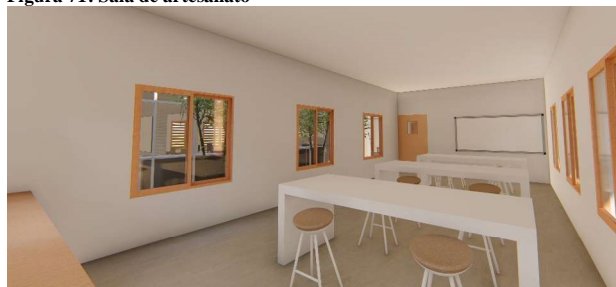
Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 70: Sala de eletroeletrônica



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 71: Sala de artesanato



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 72: Planta baixa Setor profissionalizante

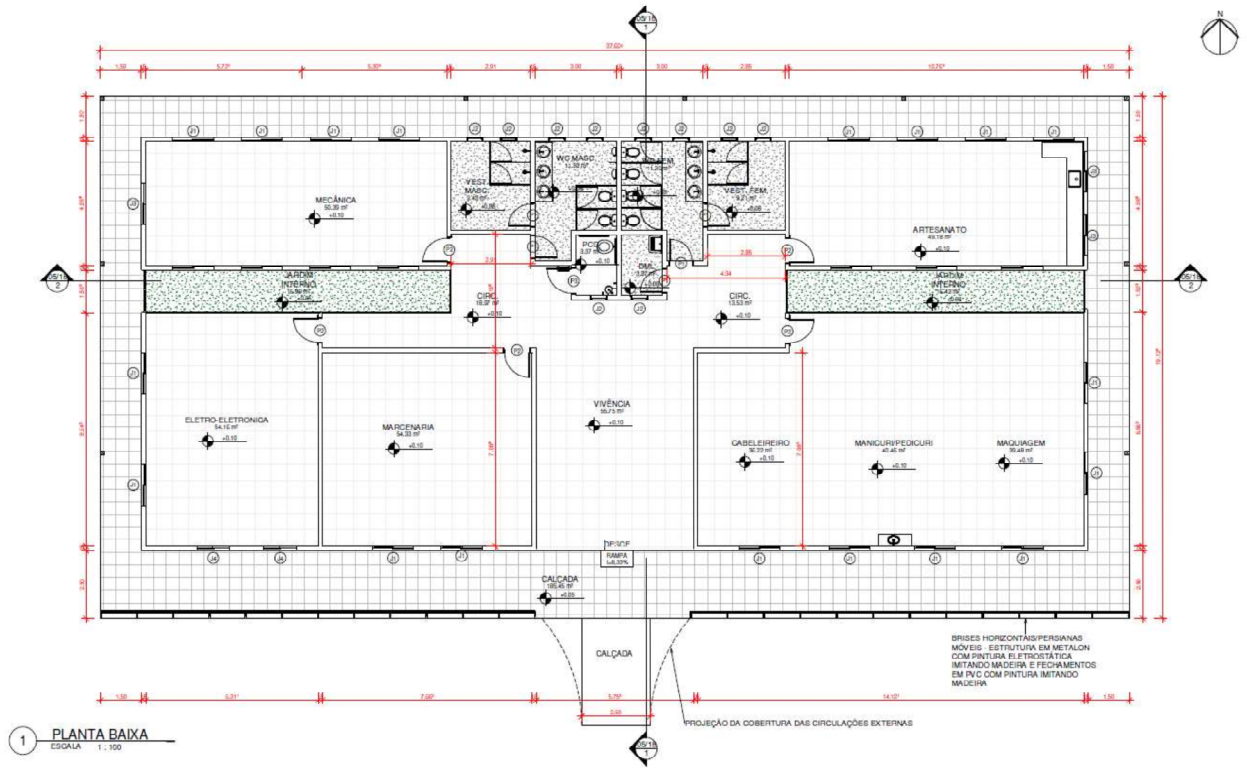
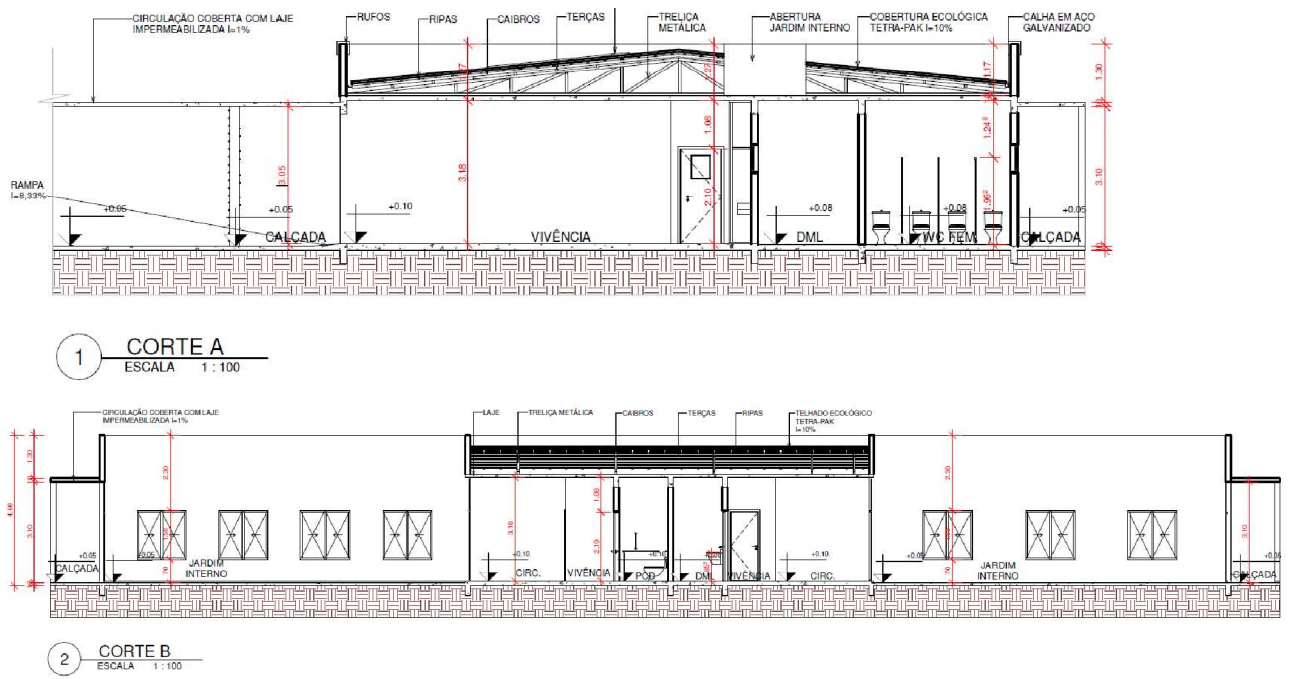


Figura 73: Cortes setor profissionalizante



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

10.3 SETOR ADMINISTRATIVO

O setor administrativo (folha 06/22, anexo) possui salas para organização do centro de apoio, como por exemplo salas para reuniões, secretaria, recepção 2 (para pais, assistência social, visitantes, etc.), arquivo, financeiro, direção, copa/área de vivência e sanitários para funcionários, para compor o partido adotado sua fachada possui brise em madeira conforme o projeto para barreira visual e térmica (Figuras 74 a 78).

Figura 74: Fachada frontal setor administrativo



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 75: Fachada lateral direita setor administrativo



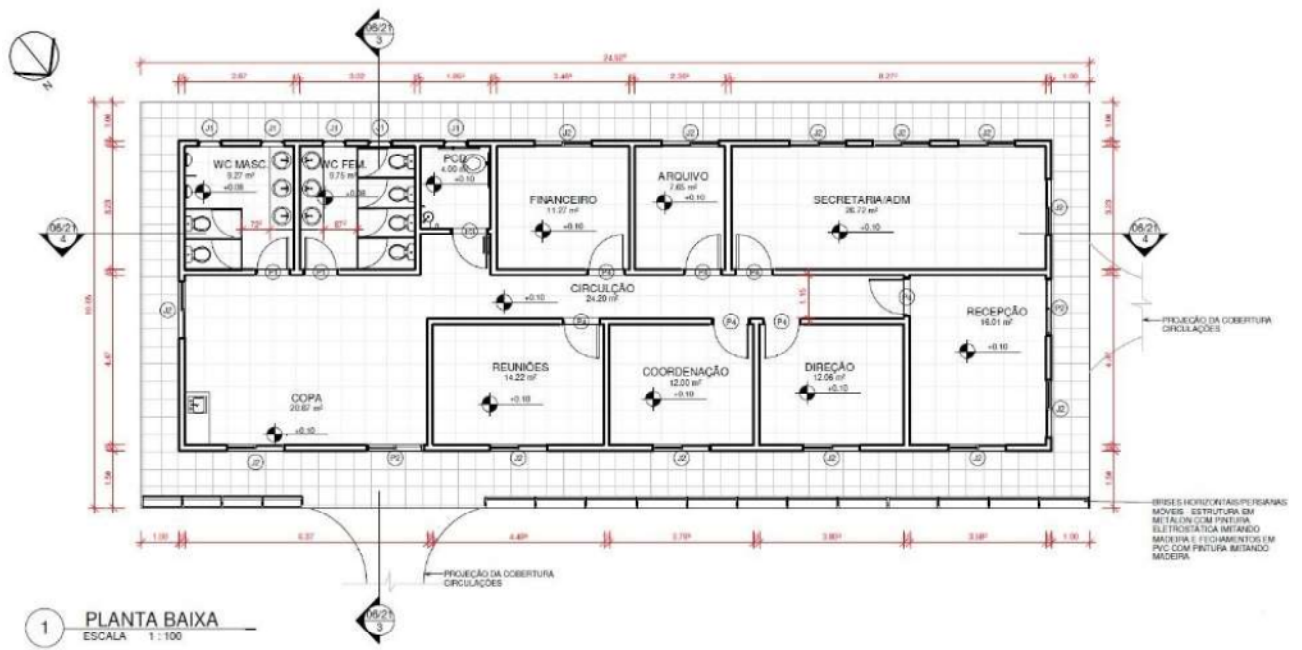
Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 76: Recepção setor administrativo



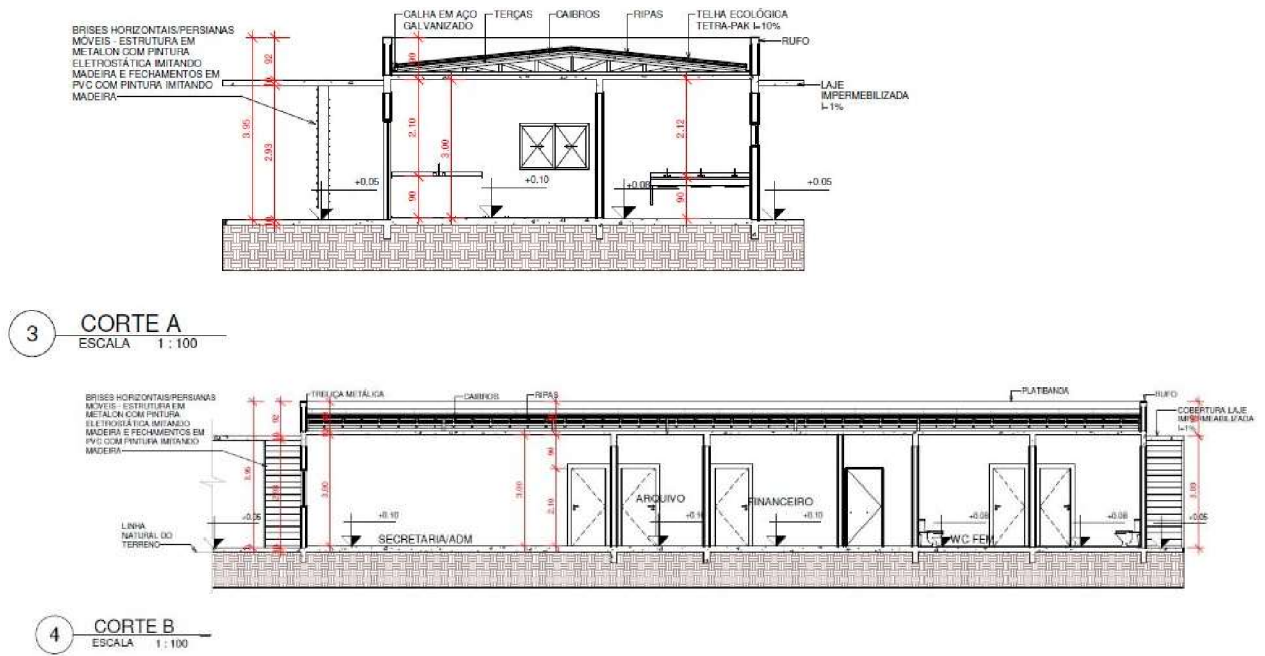
Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 77: Planta baixa setor administrativo



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 78: Cortes setor administrativo



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

10.4 SETOR DE SERVIÇOS

O setor de serviços (folha 07/22, anexo) cuja fachada possui brise em madeira conforme o projeto para composição estética, onde há entrada dos produtos para o centro de apoio, bem como a área de descanso e apoio aos funcionários, possui salas para entrada dos produtos, pré higienização, almoxarifado, DML, área de serviços/ lavanderia, copa/descanso, sanitários, vestiários, wc PCD, e depósito de lixos e central de gás (Figuras 79 a 81).

Figura 79: Fachada setor de serviços



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 80: Planta baixa setor de serviços

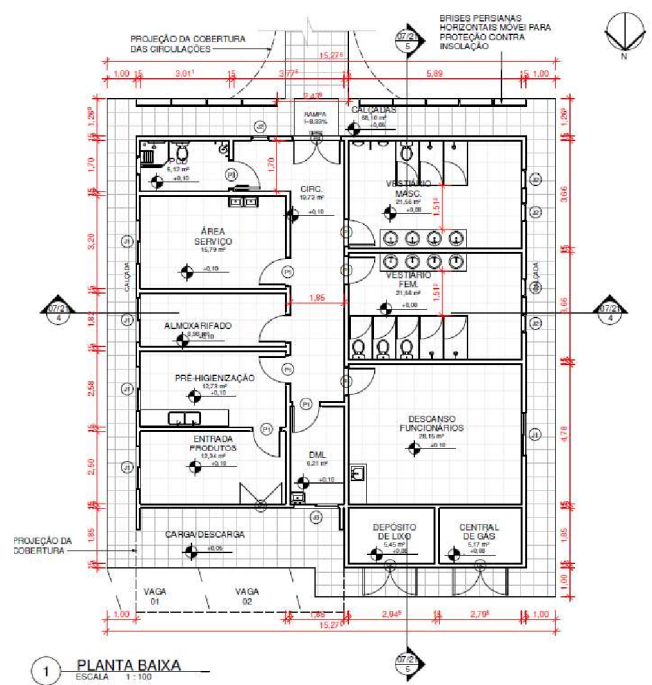
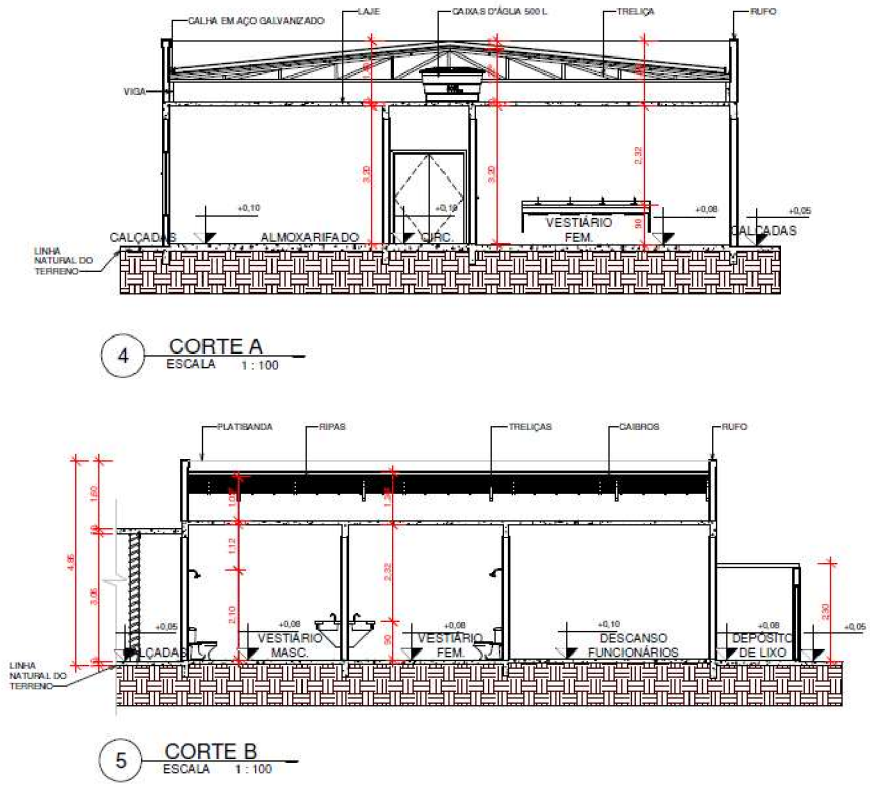


Figura 81: Cortes setor de serviços



10.5 SETOR DE VIVÊNCIA

Para melhor atender o programa e o partido utilizado, o setor de vivência foi dividido em 4 (quatro) ambientes diferentes como os refeitórios, área para esportes, o acesso principal com salas de apoio, e áreas para descanso e estudos.

10.5.1 SETOR DE VIVÊNCIA-REFEITÓRIOS

O setor de vivência refeitórios (folhas 08/22 e 09/22, anexo) cuja fachada também possui brise em madeira conforme o projeto para barreira térmica e composição estética, é constituído de refeitório separados por idades, para menores de 0 a 6 anos, de 7 a 13 anos e de 14 a 18 anos, essas separações foram propostas por cor de piso e posicionados da maneira que melhor atenda às necessidades e facilite o atendimento das crianças pelos cuidadores, e é composto por sanitários, cozinha industrial com depósito seco e molhado, jardim interno e DML (Figuras 82 a 91).

Figura 82: Fachada frontal setor de vivência (refeitórios)



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 83: Fachada posterior setor de vivência (refeitórios)



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 84: Refeitórios dos menores de 0 a 6 anos e brinquedoteca



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 86: Refeitório dos menores de 14 a 18 anos e jardim interno



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 85: Refeitório para menores de 7 a 13 anos



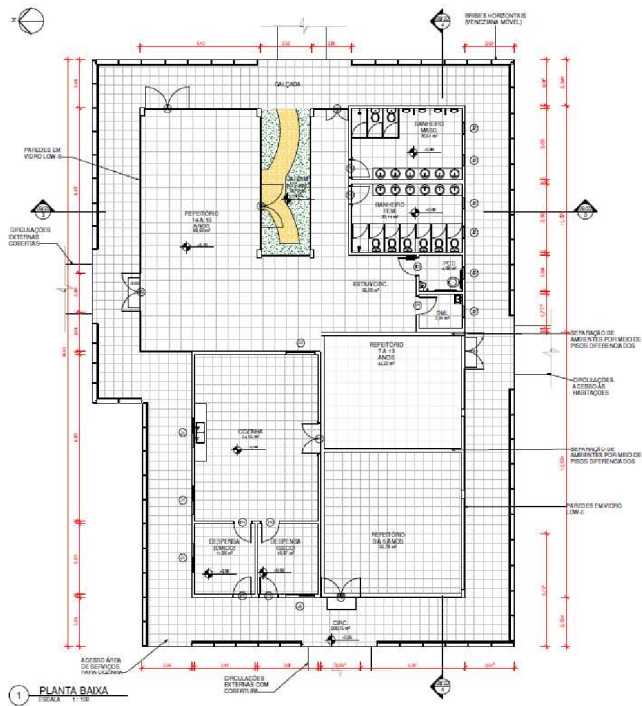
Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 87: Vista do jardim interno/vivência no refeitório



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 88: Planta baixa e cortes setor de vivência (refeitórios)



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 89: Perspectiva do refeitório 0 a 6 anos com vista para entrada principal do centro de apoio



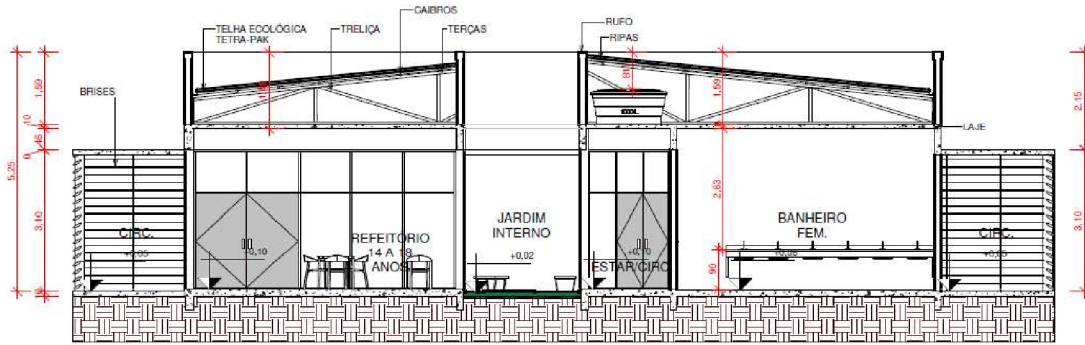
Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 90: Refeitório de 7 a 13 anos com vista para setor pedagógico e entrada principal

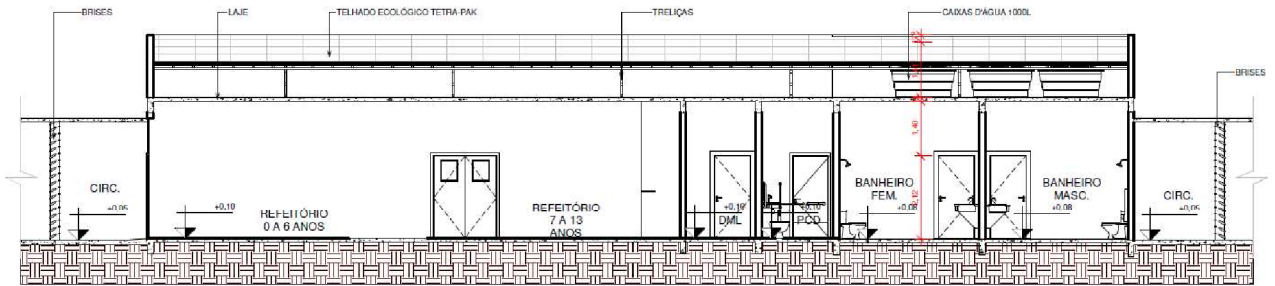


Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 91: Cortes setor de vivência (refeitórios)



3 CORTE A
ESCALA 1:100



4 CORTE B
ESCALA 1:100

10.5.2 SETOR DE VIVÊNCIA ACESSO PRINCIPAL

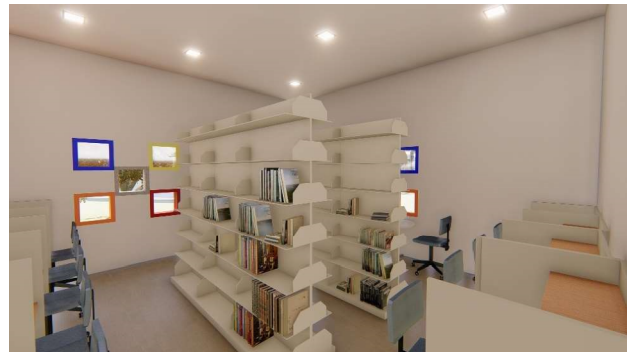
O setor de vivência acesso principal (folha 10/22, anexo) onde há entrada dos pedestres com uma entrada de segurança, recepção, sala do segurança com lavabo, sala multiuso, biblioteca e sala de vídeo, possui uma fachada mais elaborada para atrair os menores para o local (Figuras 92 a 98).

Figura 92: Fachada principal do Centro de apoio



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 93: Biblioteca



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 94: Sala de vídeo



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 95: Jardim interno recepção



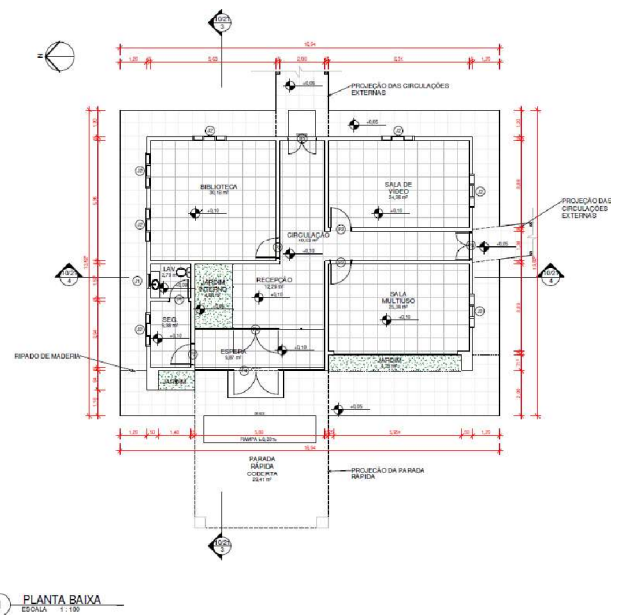
Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 96: Sala multiuso



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

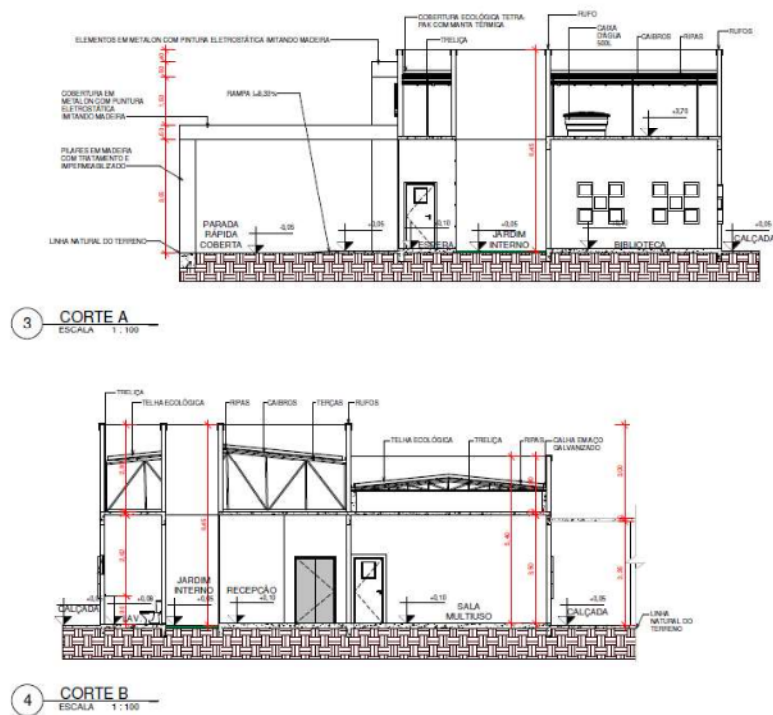
Figura 97: Planta baixa setor de vivência acesso



PLANTA BAIXA
ESCALA 1:100

Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 98: Corte setor de vivência (acesso principal)



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

10.5.3 SETOR DE VIVÊNCIA QUADRA E PISCINA COM VESTIÁRIOS

O setor de vivência, com quadra, piscina e vestiários (folhas 12/22 e 13/22, anexo), proporciona aulas de natação, e diversos esportes na quadra poliesportiva, além de ser um local amplo e coberto para atividades em grupo e/ou com os familiares (figuras 99 e 100).

Figura 99: Vista 1 da Quadra, vestiários e piscina



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 100: Vista 2 da Quadra, vestiários e piscina

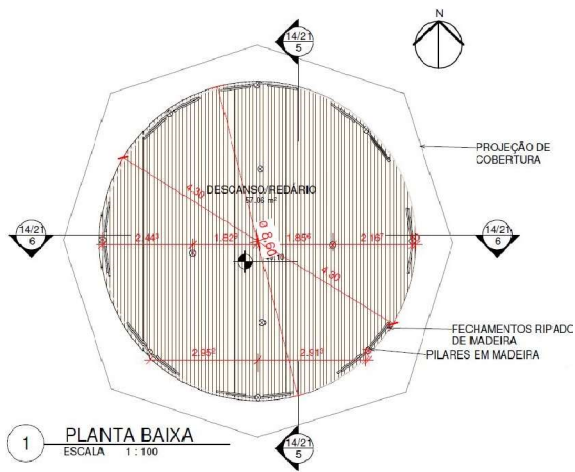


Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

10.5.4 SETOR DE VIVÊNCIA REDÁRIOS E DESCANSO

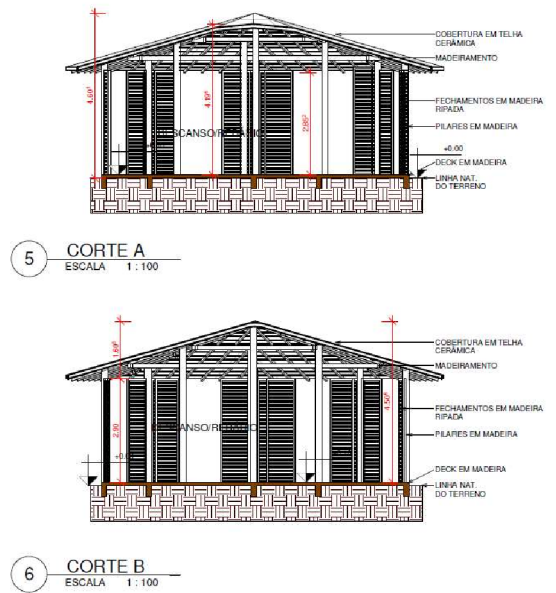
Essa parte do setor de vivência com espaço de redários e descanso (folha 14/22, anexo), onde para tornar o local ainda mais atrativo foram propostos espaços para redários (descanso) e de estudos diferenciados ao “ar livre”, com vários acessos e diferentes layouts (Figuras 101 a 104).

Figura 101: Planta baixa setor de vivência estudos e redários



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 102: Cortes redários e estudos



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 103: Proposta para espaço de estudos



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 104: Proposta para espaço de descanso



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

10.6 SETOR DE SAÚDE

O setor de saúde (folha 15/22, anexo), projetado com um espaço de jardim interno central onde os menores podem usufruir, proporciona um ambiente para o tratamento das crianças que necessitarem, seja por algum acidente que aconteça no local ou por impossibilidade da família fazer acompanhamento médico com os mesmos, esse processo pode se dar por meio de voluntariado médico ginecologista, psicólogo, assistente social e dentista (Figuras 105 a 111).

Figura 105: Jardim interno setor de saúde



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 106: Fachada frontal do setor de saúde



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 107: Espera/Recepção



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 108: Área de vivência jardim interno



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 109: Vista das circulações internas do setor de saúde



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 110: Planta baixa setor de saúde

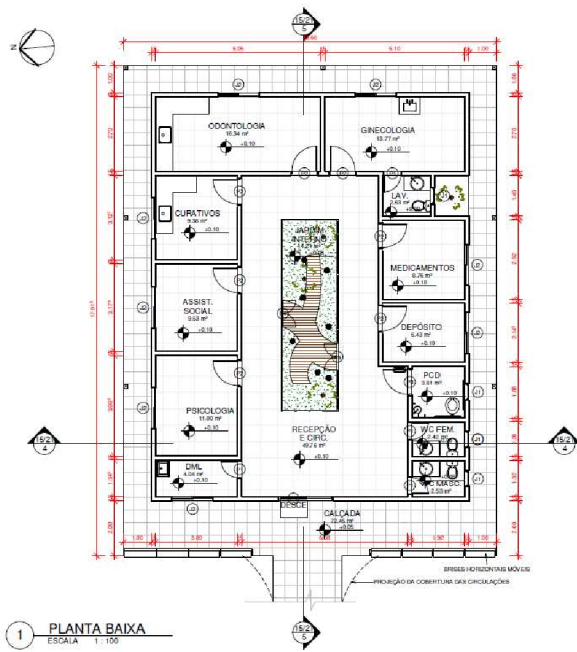
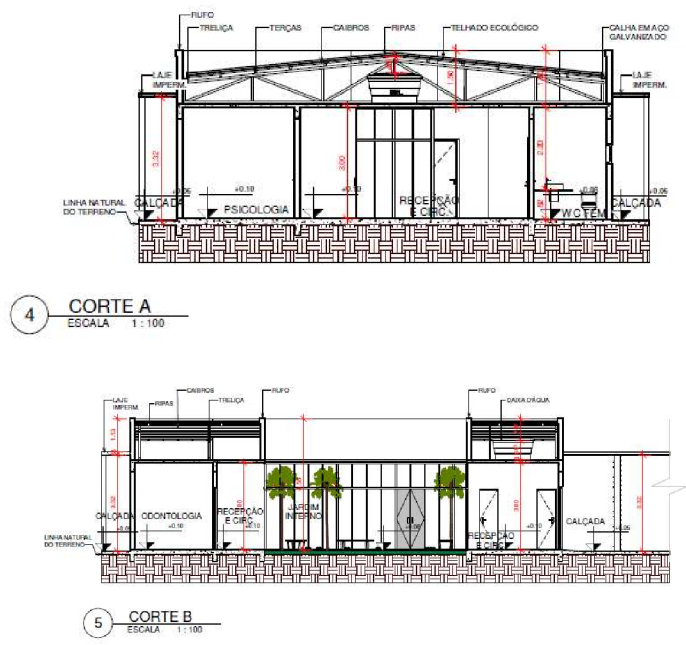


Figura 111: Cortes setor de saúde



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

10.7 SETOR DE HABITAÇÃO (ACOLHIMENTO)

O setor de habitação é a parte da proposta cujo acesso é restrito apenas para funcionários e menores que estejam aguardando a decisão da justiça sobre sua possibilidade de retornar a suas famílias ou serem destinados a um ambiente de acolhimento para adoção.

Foi dividido em habitação feminina, masculina e de tutores/com espaço para bebês e crianças até 7 anos, houve a separação por sexo para preservá-los, porém não muito distante para não haver separação entre possíveis irmãos que estiverem na mesma situação, conforme determina o Estatuto da criança e do adolescente e suas orientações técnicas.

10.7.1 SETOR HABITAÇÃO TUTOR E BEBÊS

Este setor (folha 16/22, anexo) fica entre os de habitação feminina e masculina, para haver a supervisão constante sobre os menores e junto com o espaço para os bebês e crianças até 7 anos para haver mais facilidade e agilidade com os cuidados, conta também com uma cozinha e refeitório separado por idades para que

as refeições dos acolhidos aconteçam neste local, há também uma suíte para os tutores, espaço de descanso, brinquedoteca área de serviços e sanitário PCD (Figuras 112 a 118).

Figura 112: Quarto 3 a 7 anos (espaço feminino)



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 113: Quarto 3 a 7 anos (espaço masculino)



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 114: Refeitório separado por idades e mobiliários



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 115: Vista refeitório 3 a 7 anos e bebês



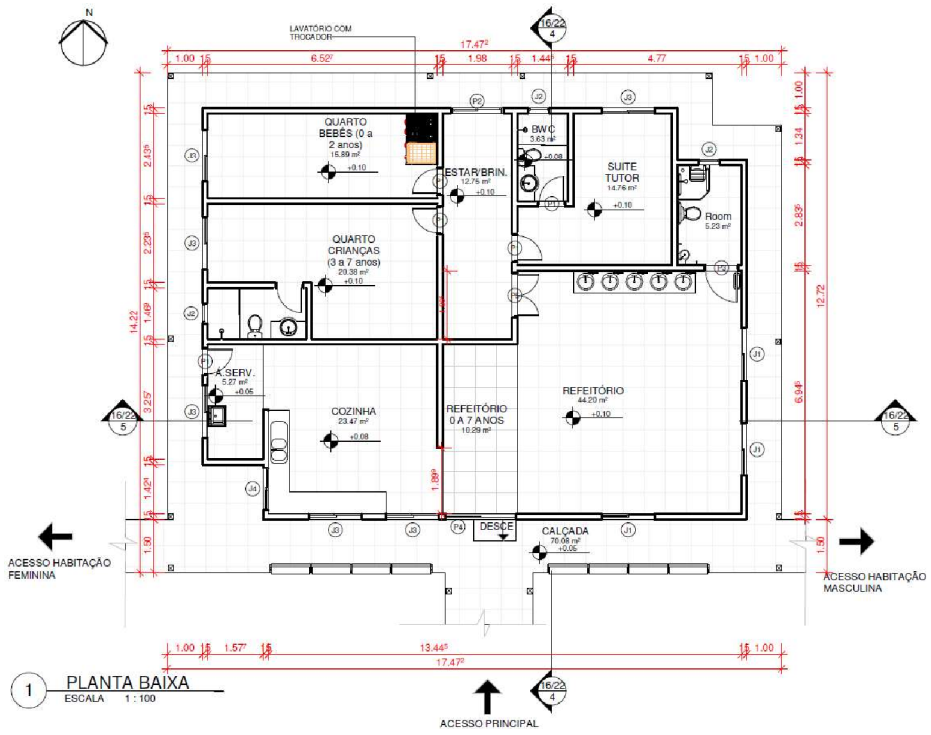
Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 116: Brinquedoteca para as crianças de 0 a 7 anos (Hab. Tutores)



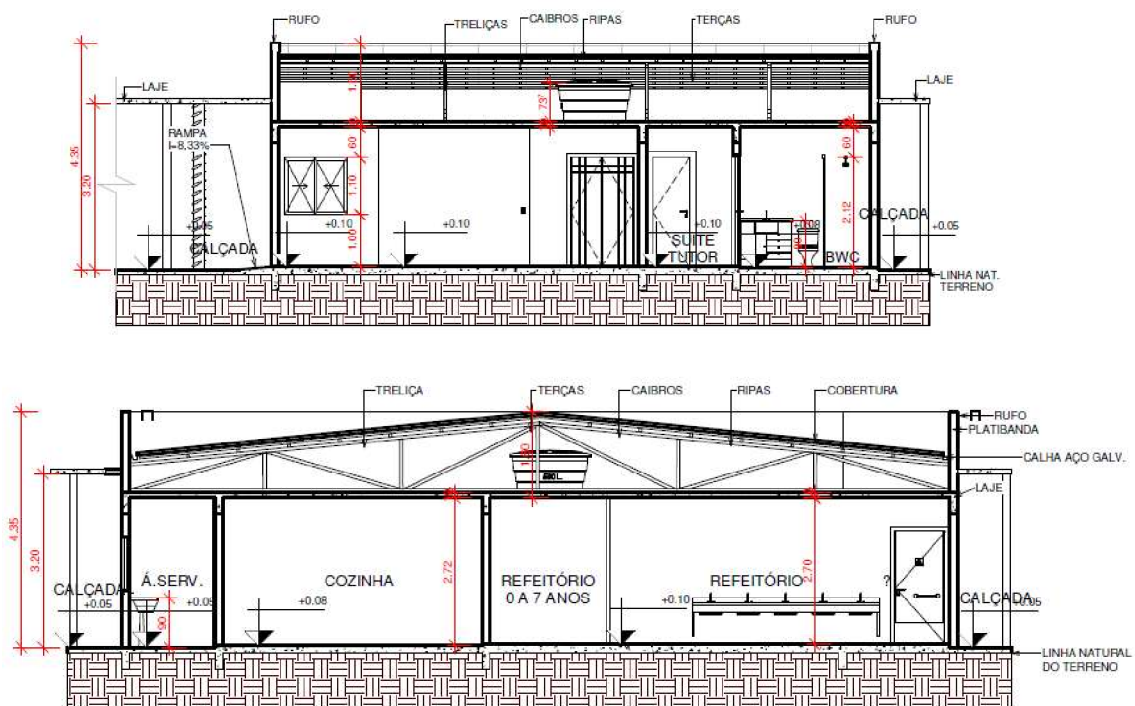
Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 117: Planta baixa setor de habitação (tutores)



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 118: Cortes setor de habitação tutores



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

10.7.2 SETOR DE HABITAÇÃO FEMININA

O setor de habitação feminino (folha 17/22, anexo), possui três suítes com quatro camas para que haja uma certa privacidade, porém os menores não ficam sozinhos, foi proposto uma copa para pequenos lanches, sala de estar ampla e um espaço para estudos.

As suítes foram separadas por idade, sendo de 7 a 10 anos, 11 a 14 anos e 15 a 18 anos, para manter a privacidade e conservar as características de cada idade.

Tanto a habitação feminina (Figura 119), quanto a masculina possuem a mesma configuração de plantas, porém separados pela habitação dos tutores.

Figura 119: Suíte feminina de 15 a 18 anos



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019.

10.7.3 SETOR DE HABITAÇÃO MASCULINA

O setor de habitação masculino (folha 18/22, anexo), possui três suítes com quatro camas que foram separadas por idade, sendo de 7 a 10 anos, 11 a 14 anos e 15 a 18 anos, para manter a privacidade e conservar as características de cada idade, porém os menores não ficam sozinhos, foi proposto uma copa para pequenos lanches, sala de estar ampla e um espaço para estudos, e nas fachadas o uso do brise como uma composição estética (Figuras 120 e 126).

Figura 120: Suíte de 07 a 10 anos



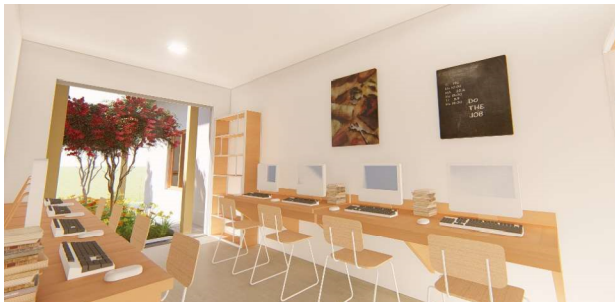
Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019.

Figura 121: Copa e estar habitação masculina



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019.

Figura 122: Sala de estudos habitação masculina



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019.

Figura 123: Vista 1-- achada das Habitações feminina-tutores e masculina respectivamente



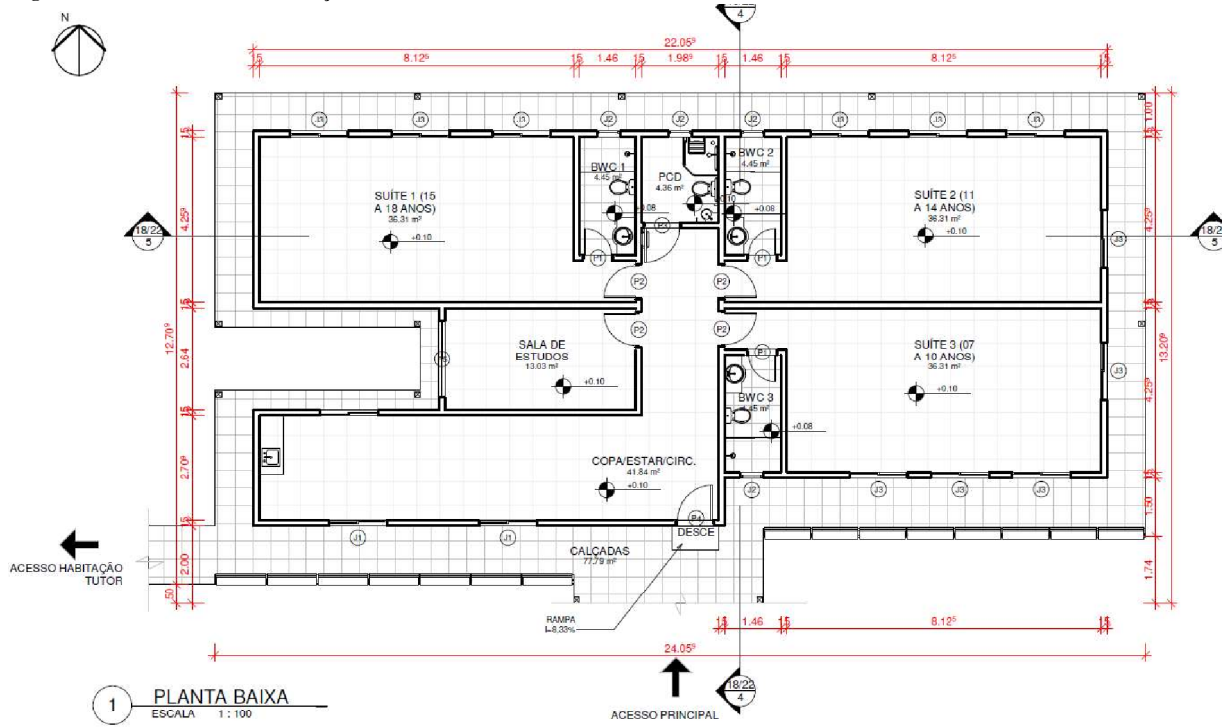
Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019.

Figura 124: Vista 2- fachada das habitações



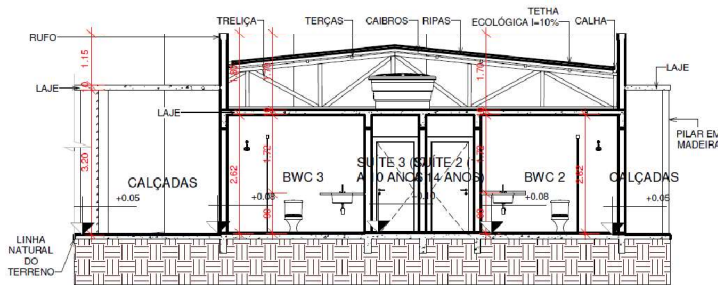
Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019.

Figura 125: Planta baixa setor habitação masculina

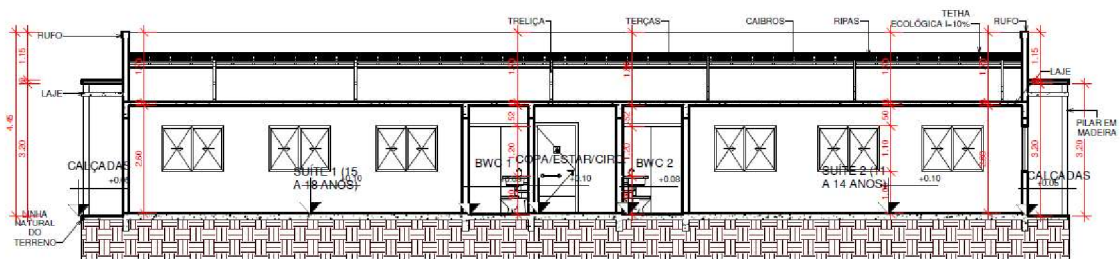


Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 126: Cortes setor de habitação (acolhimento) masculino



4 CORTE A
ESCALA 1 : 100



5 CORTE B
ESCALA 1 : 100

Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

10.8 SETOR DE REPÚBLICAS

O setor de repúblicas foi proposto pensando nos menores que já se encontram em fase de desabrigamento, porém não possuem uma autonomia financeira e ainda precisam de ajuda e supervisão. Foi projetado um espaço com casas masculina e feminina, estacionamento e área de lazer (Figuras 127 e 128).

Além do espaço de lazer anexo as repúblicas, os maiores possuem acesso (desde que sob supervisão) para a quadra e piscina do centro de apoio, assim assegurando sua qualidade de vida.

Figura 127: República masculina, área de lazer e república feminina



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 128: Área de lazer das repúblicas

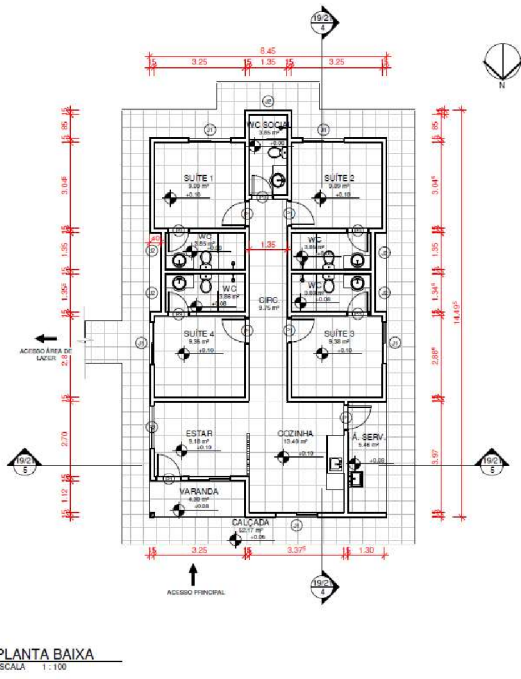


Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

10.8.1 SETOR DE REPÚBLICA FEMININA

No setor de república feminina (folha 19/22, anexo), foi proposto quatro suítes, cozinha, sala, área de serviços, varanda e acesso ao espaço de lazer, a república feminina e masculina possuem a mesma configuração (Figuras 129 a 132).

Figura 129: Planta baixa república feminina



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 130: Vista1- República feminina



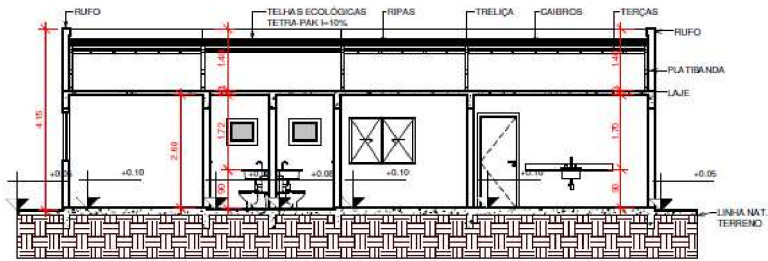
Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 131: Vista 2-República feminina

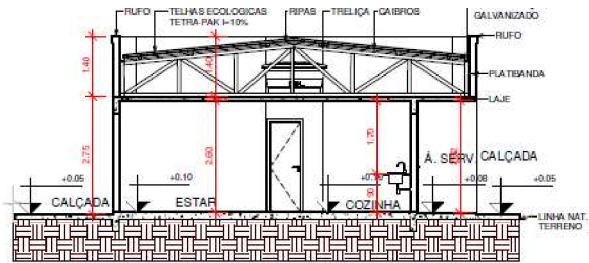


Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 132: Cortes setor república feminina



4 CORTE A
ESCALA 1 : 100



5 CORTE B
ESCALA 1 : 100

Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019.

10.8.2 SETOR DE REPÚBLICA MASCULINA

No setor de república masculina (folha 20/22, anexo), que possui a mesma configuração da república feminina, também foi proposto quatro suítes, cozinha, sala, área de serviços, varanda e acesso ao espaço de lazer (Figura 133).

Figura 133: Vista- República masculina

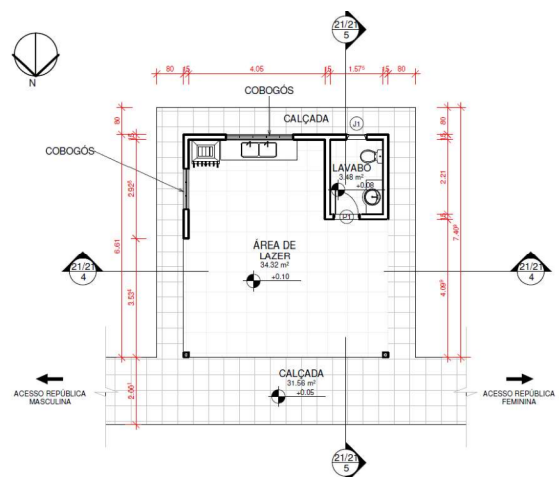


Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019.

10.8.3 SETOR DE REPÚBLICA ÁREA DE LAZER

O espaço de lazer (folha 21/22, anexo), foi proposto para tornar essa estadia o mais agradável possível, além de possibilitar aos maiores a interação com amigos (Figuras 134 a 136).

Figura 134: Planta baixa setor de república (lazer)



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

Figura 135: Cortes setor de república (lazer)

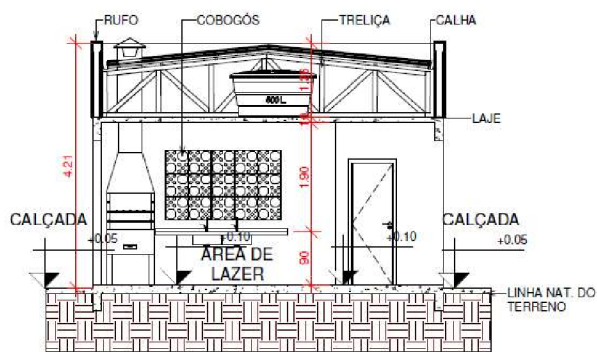
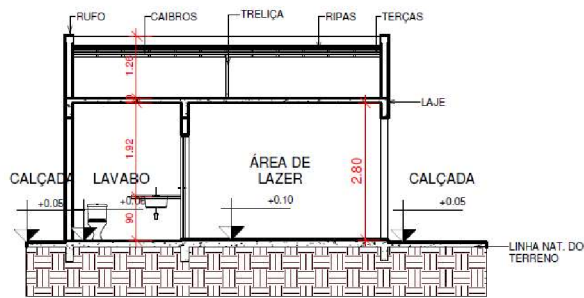


Figura 136: Vista da área de lazer das repúblicas



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019



Fonte: Proposta Centro de Apoio, Org. pela autora, 2019

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado para o desenvolvimento desta proposta foi possível perceber a importância que os espaços exercem sobre as pessoas. Um local arquitetonicamente bem elaborado influencia diretamente no comportamento emocional dos seus usuários.

A proposta foi conceber um Centro de apoio caracterizado por ambientes cuja premissa básica fosse as diversas formas de interação criança/natureza/espço, como a iluminação e ventilação natural, pois estes menores precisam sentir-se acolhidos e incluídos de todas as formas.

Outra questão importante que foi levada em consideração e é de suma importância para o desenvolvimento emocional e intelectual destes menores é a humanização dos ambientes a qual proporciona conforto e bem-estar, sendo assim o contato com áreas verdes, e a possível interação com a sociedade uma forma eficaz de promover a interação social e a cidadania plena destes indivíduos.

Foi utilizado em todos os setores como forma de humanização e tratamento emocional a questão das cores,

trabalhando de forma lúdica cada ambiente e de acordo com a faixa etária, inclusive nas circulações externas, já que as cores escolhidas remetem a vários pontos positivos, o verde por exemplo traz a esperança, liberdade, saúde, o laranja que estimula a criatividade, o azul que traz serenidade e tranquilidade e o amarelo como descontração, otimismo e alegria, que é tudo o que essas crianças e adolescentes necessitam.

Assim, percebeu-se a importância deste estudo e elaboração desta proposta, pois é a partir da arquitetura que espaços eficientes, funcionais e lúdicos podem ser utilizados como forma de ajudar esses menores a crescer física e emocionalmente e alcançando uma inclusão social eficaz.

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

12.1 REFERÊNCIAS CITADAS E CONSULTADAS

- ABRAMOVAY, M. et al (Orgs.). **Juventude, violência e vulnerabilidade na América Latina: desafios para políticas públicas**. UNESCO, Brasília, 2002, 120 p.
- ADORNO, F. C. R. **Capacitação solidária: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária - AAPCS, 2001.
- ADORNO, S.; PINHEIRO, P. S. Violência contra crianças e adolescentes, violência social e Estado de Direito. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v7 (n1): 106-117, janeiro/março 1993.
- AGUIAR, J. (2005). **Contexto histórico/século XVIII: os enjeitados**. Disponível em: <http://ainfanciadobrasil.com.br/o-projeto/>. Acesso em: 07 mar 2019.
- ALVES, I. (2017). **77,2 mil crianças estão em situação de vulnerabilidade social em SP**. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/77-mil-criancas-estao-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-em-sp/>. Acesso em: 27 de nov 2018.
- BENNETS, P. (2015). **Roebourne Children and Family Centre / Iredale Pedersen Hook Architects**. Disponível em: <https://www.archdaily.com/587846/roebourne-children-and-family-centre-iredale-pedersen-hook-architects>. Acesso em 09 mar 2019.
- BLOG PLANTEI, 2018. **25 árvores que você pode plantar sem medo de destruir sua calçada e a rede elétrica**. Disponível em: <https://blog.plantei.com.br/25-arvores-que-voce-pode-plantar-sem-medo-de-destruir-sua-calçada-e-a-rede-eletrica/>. Acesso em 19 mai. 2019.
- BORDE, A. L. P. **Vazios Urbanos: Perspectivas contemporâneas**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, 2006, 226p. Disponível em: http://pct.capes.gov.br/teses/2006/926737_6.PDF. Acesso em: 06 de nov 2018.
- CAVALHEIRO, F; DEL PICCHIA, P. C. D. **Áreas Verdes: Conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento**. In: ANAIS. 1º Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana e 4º Encontro Nacional sobre Arborização Urbana. Vitória, ES, 1992, p. 29-38.
- CHINAGLIA, M. (2017). **Tijolos ecológicos: respondendo 5 perguntas**. Disponível em: <http://123projetei.com/blog/tijolos-ecologicos-respondendo-5-perguntas/>. Acesso em 05 maio de 2019.
- COOPERLUZ. Energia e desenvolvimento (2013). **TABELA DE CONSUMO (KWH)**. Disponível em: https://www.cooperluz.com.br/informacoes_ao_cooperado/tabela_de_consumo.php. Acesso em 23 jun.2019.
- CUNHA, C. (2015) **ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente completa 25 anos**. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/eca->

- estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-completa-25-anos.htm. Acesso em 08 mar 2019.
- ESPAÇO UBUNTU, 2018. **A filosofia Ubuntu**. Disponível em: <http://www.espacoubuntu.com.br/a-filosofia.html>. Acesso em 18, mai. 2019.
- FIGUEIREDO, M. (2013). **Asfalto de borracha pela ótica ambiental**. Disponível em: <http://sustentareviver.blogspot.com/2013/08/asfalto-borracha-pela-otica-ambiental.html>. Acesso em 05 maio de 2019.
- FINOTTI, L. (2018). **Projeto dos brasileiros Aleph Zero e Rosenbaum vence o Prêmio Internacional RIBA 2018**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/906263/projeto-dos-brasileiros-aleph-zero-e-rosenbaum-vence-o-premio-internacional-riba-2018>. Acesso em: 25 fev 2019.
- FONSECA, C. 2011. **Jardim para ver, cheirar, pegar e mastigar!** Disponível em: <http://www.auepaisagismo.com/?id=Jardim-para-ver,-cheirar,-pegar-e-mastigar!&in=949>. Acesso em 19 mai. 2019.
- FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed., rev. e ampl São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.
- FROTA, T. (2009). **TFG – Parque Multi Sensorial**. Disponível em: <https://thaisfrota.wordpress.com/2009/06/09/tfg-parque-multi-sensorial/>. Acesso em 27 nov 2018.
- GASPAR, T. et al., **Promoção de qualidade de vida em crianças e adolescentes**. Psicologia, Saúde & Doenças, 9 (1), 2008. P. 55-71.
- GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2004. p.357-363.
- GUSS, J. (2018). **Ventilação cruzada**. Disponível em: <http://www.josianeguss.com/2018/03/fonte-ibda.html>. Acesso em 05 maio de 2019.
- HISTÓRIA, I. F., (2016). **Sistematização da oficina “Famílias de origem: Novos olhares e potência”**. Disponível em: <https://www.fazendohistoria.org.br/blog-geral/2017/9/29/sistematizacao-da-oficina-familias-de-origem-novos-olhares-e-potencia>. Acesso em 27 nov 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2015.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. p.77.
- IZAR, J. G. **O Projeto Pedagógico em Abrigos**. 2007. 137 p. Monografia de Conclusão de Curso (Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092012000100041&script=sci_arttext. Acesso em: 03 de nov.2018.
- JANCZURA, R. **Risco ou vulnerabilidade social?** Textos e Contextos. Porto Alegre. V.11, n.2, p.301-308.
- LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. R. **Eficiência energética na arquitetura**. 3.ed. São Paulo: PW, 1997. 382p.

LIMA, Mariana R. C. **Percepção Visual Aplicada à Arquitetura e à iluminação**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2010, 160p.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986, 99 p.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998, 331p.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2ed, 2006, 331p.

MARCILIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950**. In: Freitas, M. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

MELHOR COM SAÚDE. **Uma criança feliz é barulhenta, inquieta, alegre e rebelde**. Disponível em: <https://interfisio.com.br/uma-crianca-feliz-e-barulhenta-inquieta-alegre-e-rebelde/>. Acesso em 29 de mar. 2019.

NEOSOLAR. **Painel Solar Fotovoltaico Canadian CSI CS6U-330P(330Wp)**. Disponível em: <https://www.neosolar.com.br/loja/painel-solar-fotovoltaico-330wp-canadian-csi-cs6u-330wp.html>. Acesso em 20 jun. 2019.

OLIVEIRA, A. P. G. **O ambiente de abrigo como holding para adolescentes**. In Proceedings of the 1. I Congresso Internacional de

Pedagogia Social, 2006, São Paulo (SP). Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100004&script=sci_arttext. Acesso em: 06 nov. 2018.

OLIVEIRA, A. P. G.; MILNITISKY-SAPIRO, C. **Abrigos para adolescentes: função de lar – transitório?** An. 1 Simp. Internacional do Adolescente. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000200060&script=sci_arttext. Acesso em: 06 de nov. 2018

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele: A arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre, Bookman, 2011, 76p.

PINTO, M. S. P. **Anteprojeto arquitetônico de um abrigo para jovens na modalidade de República e Centro de formação profissional em Campo dos Goytacazes-RJ**. 2015. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Campos dos Goytacazes/RJ. 2015. p.101.

POLI, L. CARDIM, V. S. G. MAFRA, T. C. M. **Direito de família e sucessões - DIREITO E POLÍTICA: da vulnerabilidade à sustentabilidade** – Florianópolis: CONPEDI, 2015, 36p.

Potencial Energético, (2018). **Potencial Solar - SunData v 3.0**. Disponível em: <http://www.cresesb.cepel.br/index.php#data>. Acesso em 20 jun. 2019.

REDE DIÁRIO (2017). **Menores de 12 anos eram instruídos ao crime no Movelar**. Disponível em: <https://redediario-es.com.br/menores-de->

12-anos-eram-instruidos-ao-crime-no-movelar. Acesso em 29 de mar. de 2019.

REIS, P (2019). **Energia solar fotovoltaica**. Disponível em: <https://www.portal-energia.com/energia-solar-fotovoltaica/>. Acesso em 05 maio de 2019.

RICHARDSON, P. G. **Piaget: teoria e práticas**. São Paulo: Ibrasa, 1981.

RIZZINI, Irene. "**Menores" institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas na década de 80**. In: UNICEF. O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80. São Paulo: Cortez, 1996. Cap. 3, p. 69-90.

RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004, p.88.

RIZZINI, I, NAIFF, L., BAPTISTA, R. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006, 152 p.
ROCHA, J. T.; MOREIRA, A. A. **Centro de Bem-estar Infante juvenil: Arquitetura como Instrumento que favoreça o Desenvolvimento Integral dos Indivíduos**. Revista Episteme Transversalis. Rio de Janeiro, V.8, n.1, p.79-101, 2017.

SANTANA, L. (2017). **Tudo sobre energia solar. Quantos Painéis Solares Preciso para uma Residência? Descubra Aqui!**. Disponível em: <https://blog.bluesol.com.br/quantos-paineis-solares-preciso-para-uma-residencia/>. Acesso em 19 jun. 2019.

SANTOS, S. D. M. **Um novo olhar sobre o conceito de abandono de crianças**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. Maringá, v. 32, n. 1, p. 63-72, 2010. DOI: 10.4025/actascihumansoc.v32i1.7210. Disponível em: <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/7210/7210>. Acesso em: 05 de mar. 2019.

SCHUTZER, J.G. **Infraestrutura verde no contexto da infraestrutura ambiental urbana e da gestão do meio ambiente**. Revista LABVERDE n°8 – Artigo n°01. 2014. 30p.

SILVA, A. V. da. **Formação do espaço urbano e as formas de habitação na cidade de Várzea Grande-MT**. (Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso. 2016. P.88.

SILVA, A.V. da. **Vulnerabilidade Social e suas consequências: O contexto educacional da juventude na região metropolitana de Natal**. GT 8. Juventudes contemporâneas entre o Urbano e o Rural: Aproximações e Diferenças. 13º Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste. Set. 2007. UFAL. Maceió-AL. 15 p. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf>. Acesso em: 06 de nov. 2018.

SILVA, F. H. R. F. e, OLIVEIRA, C. H. de. **Uso do tijolo ecológico para trazer economia na construção civil**. 2015. ICESP - Instituto Científico de Ensino Superior e Pesquisa. Brasília, DF. 15p.

SILVA, M. E. S. **Acolhimento institucional: a maioridade e o desligamento** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Natal, 2010, 135p.

SILVA, R. **Os Filhos do Governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas.** São Paulo: Ática, 1997. 205p.

SIQUEIRA, A. C., DELL'AGLIO, D. D. **Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social.** *Psicologia & Sociedade*, (2010). V26, 407-415.

SOARES, R. 2007. **Imagens do Brasil.** Disponível em: http://www.imagensdobrasil.art.br/produtos/329/1/2/Etnia_Kalapalo/_Parque_Indigena_do_Xingu#.XLgjRehKiUk. Acesso em 18 mai. 2019.

SOUZA, M. L. de. **As Representações Sociais de Crianças em Acolhimento Institucional no Município de Paranaíba-MS.** II Congresso Internacional de política e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. III Seminário de Território e Gestão de Políticas Sociais. II Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Exercício Profissional, trabalho e processos de trabalho. Londrina, 2017. 12p.

WONGWAN, K. (2018). **Escola Ratchut / Design in Motion.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/897697/escola-ratchut-design-in-motion>. Acesso em 10 de mar 2019.

12.1.1 REFERENCIAL LEIS, DECRETOS E CONSELHOS

BRASIL. **Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): Dispõe a organização da assistência social e dá outras providências e legislações correlatas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2013. 156p.

BRASIL. **Lei nº. 12.435, de 2011. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): Dispõe a organização da assistência social e dá outras providências e legislações correlatas.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em 21 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente: e legislação correlata. 9. Ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 270p.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Elaboração de projetos de edificações escolares.** Volume 3. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC/SEB, 2012

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Organização do espaço físico, dos brinquedos e materiais para bebês e crianças pequenas: manual de orientação pedagógica.** módulo 4 / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2012.

CONANDA/CNAS. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente & Conselho Nacional de Assistência Social.** 2008, 63p.

CNAS. **Conselho Nacional da Assistência Social.** 2019. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2019/resolucoes-cnas-2019/>. Acesso em 21 mar. 2019.

CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Brasília. 2ed. 2009. p.105.

MAPAS TOPOGRÁFICOS-VÁRZEA GRANDE. Disponível em <http://pt-br.topographic-map.com/places/Av.-Couto-Magalh%C3%A3es-616-Centro-Norte-V%C3%A1rzea-Grande-MT-78110-400-Brasil-7201525/>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MATO GROSSO. **Lei Nº. 5.892, de 11 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre o Código Estadual de Proteção a Infância e a Juventude e da outras providências. Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/Legislacao/legfinan.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/df9dcec5bdf4d77104256db0006de7e1?OpenDocument>. Acesso em: 14 out. 2018.

MATO GROSSO. **Lei nº 5982 DE 13/05/1992**. Introduz redação ao Artigo 63, ao Artigo 64 e seus §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 5.892, de 11.12.91, cria o Fundo para a Infância e Adolescência-FIA, e dá outras providências.

MATO GROSSO. **Lei Nº 6.696, de 20 de dezembro de 1995**. Cria o Conselho Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social, e dá outras providências. Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/Legislacao/legfinan.nsf/5edf9c5193c5808803256758038916b/7e8fb0a9cd72b2eb04256dad004c8fd4?OpenDocument> Acesso em: 15 out. 2018.

NECA (Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente). **Novos Rumos do Acolhimento Institucional**. 2010, p.96.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Convenção sobre os Direitos da Criança**, 1989.

VÁRZEA GRANDE. **Lei Orgânica do Município de Várzea Grande-MT DE 2005**.